

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**WILLIAN BORGES VIEIRA**

**PERIFERIA URBANA E EXCLUSÃO NA FRONTEIRA CAPITALISTA  
AMAZÔNICA: ESTUDO DO LOTEAMENTO MORADIA BELA VISTA EM  
COLÍDER - MT**

**CÁCERES, MT  
2023**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**WILLIAN BORGES VIEIRA**

**PERIFERIA URBANA E EXCLUSÃO NA FRONTEIRA CAPITALISTA  
AMAZÔNICA: ESTUDO DO LOTEAMENTO MORADIA BELA VISTA EM  
COLÍDER – MT**

Dissertação apresentada à  
Universidade do Estado de Mato  
Grosso (Unemat), como parteda  
exigências do Programa de Pós-  
graduação em Geografia  
(PPGGeo), para obtenção do título  
de Mestre em Geografia.

Orientador: Dr. Aumeri Carlos Bampi

**CÁCERES, MT  
2023**

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

V657p VIEIRA, Willian Borges.  
Periferia Urbana e Exclusão na Fronteira Capitalista  
Amazônica Estudo do Loteamento Moradia Bela Vista em Colíder-  
MT / Willian Borges Vieira - Cáceres, 2023.  
164 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso  
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu  
(Mestrado Acadêmico) Geografia, Faculdade de Ciências  
Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato  
Grosso, 2023.

Orientador: Aumeri Carlos Bampi

1. Segregação Urbana. 2. Periferia. 3. Exclusão. 4. Colíder-  
MT. I. Willian Borges Vieira. II. Periferia Urbana e Exclusão na  
Fronteira Capitalista Amazônica: Estudo do Loteamento Moradia  
Bela Vista em Colíder-MT.

CDU 910

 Portal do Coordenador Stricto	<b>UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO</b> <b>SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES</b> <b>ACADÊMICAS</b>	
EMITIDO EM 24/05/2023 18:30		

## DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o aluno **WILLIAN BORGES VIEIRA** foi aprovado(a) na DEFESA de DISSERTAÇÃO em GEOGRAFIA/CAC-PPGGEO - CACERES do Curso de MESTRADO, no dia 18 de Maio de 2023 às 14:00, no(a) VIRTUAL Identificação da reunião meet.google.com/azw-xtuw-ake, UNEMAT, cuja banca examinadora fora constituída pelos professores:

AUMERI CARLOS BAMPI

(Presidente)

Doutor (a) JUDITE DE AZEVEDO DO CARMO

(Interno)

Doutor (a) EDNEUZA ALVES TRUGILLO

(Externo ao Programa)

Doutor (a) MARION MACHADO CUNHA

(Externo ao Programa)

A sua DISSERTAÇÃO intitulou-se:

PERIFERIA URBANA E EXCLUSÃO NA FRONTEIRA CAPITALISTA AMAZÔNICA: ESTUDO DO LOTEAMENTO MORADIA BELA VISTA EM COLÍDER - MT

*Esta declaração não exclui o aluno de efetuar as mudanças sugeridas pela banca nem vale como outorga de grau de MESTRADO, de acordo com o definido na Resolução 15/2013-CONSUNI.*

Cáceres, 24 de Maio de 2023.

Documento assinado digitalmente  
 EVALDO FERREIRA  
Data: 24/05/2023 19:58:42-0300  
Verifique em <https://validar.itf.gov.br>

\_\_\_\_\_  
EVALDO FERREIRA  
COORDENADOR(A) PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM GEOGRAFIA - CAC

SIGAA | Tecnologia da Informação da Unemat - TIU - (65) 3221-0000 | Copyright © 2006-2023 - UNEMAT - sig-application-02.applications.sig.oraclevcn.com.srv2inst1

## **DEDICATÓRIA**

Dedico o presente estudo a todos aqueles que, de forma direta e/ou indireta, colaboraram para a conclusão de todas as etapas relacionadas à pesquisa e ao seu desenvolvimento.

Em especial, dedico esta dissertação a àqueles cujas vozes foram silenciadas e cujos direitos foram negados, às pessoas marginalizadas e excluídas do mercado legal de terras da cidade. Esta pesquisa é um testemunho da luta contínua por justiça social e igualdade. Ao dedicar este trabalho a esses indivíduos, espero contribuir para a conscientização e a transformação necessárias para alcançar uma sociedade mais justa, na qual a propriedade da terra seja um direito acessível a todos, e não um privilégio exclusivo de poucos.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, expresso meu profundo agradecimento pela orientação do professor Dr. Aumeri Carlos Bampi, cuja paciência, dedicação e tempo dedicados foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Expresso ainda, meu sincero agradecimento à banca avaliadora de qualificação e de defesa, cuja apreciação desta dissertação trouxe valiosas contribuições para o seu desenvolvimento. Agradeço a cada membro da banca pelo tempo dedicado, pelos *insights* fornecidos e pela riqueza de conhecimento compartilhada, que enriqueceram significativamente este trabalho. Sua avaliação criteriosa e construtiva foram fundamentais para aprimorar a qualidade desta pesquisa.

Gostaria também de reconhecer a valiosa contribuição dos meus familiares e amigos, que, direta e/ou indiretamente, desempenharam um papel singular na continuidade da minha formação acadêmica.

Adicionalmente, gostaria de estender minha gratidão à Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) por proporcionar de forma democrática a oportunidade de ingresso e a possibilidade de permanecer e concluir o programa, mesmo em meio à situação pandêmica que vivenciamos.

OS ESTEREÓTIPOS SÃO NUMEROSOS. Os grupos étnicos são estereotipados, os cidadãos de outras nações e religiões são estereotipados, os gêneros e as preferências sexuais são estereotipados, as pessoas nascidas em várias épocas do ano são estereotipadas [...] e as ocupações são estereotipadas. A interpretação mais generosa atribui esse modo de pensar a uma espécie de preguiça intelectual: em vez de julgar as pessoas pelos seus méritos e deficiências individuais, nós nos concentramos em uma ou duas informações a seu respeito, que depois inserimos num pequeno número de escaninhos previamente construídos.

Isso poupa o trabalho de pensar, embora em muitos casos custe o preço de cometer uma profunda injustiça (SAGAN, 2016, p. 426).

## **SOBRE O AUTOR**

Willian Borges Vieira teve a oportunidade de ocupar diferentes espaços urbanos, assim, relações existentes entre os lugares puderam ser experimentadas em diferentes graus, permitindo, desta forma, uma análise da heterogeneidade de espaços e relações sociais. O autor nasceu no município de Colíder, estado de Mato Grosso, no entanto, sua vida escolar se iniciou em Toledo, município situado no estado do Paraná, na Escola Municipal São Francisco de Assis, no pós 2000 (no perímetro urbano). Seu regresso para o Centro-Oeste do país ocorreu antes da conclusão do primeiro nível da educação básica, sua continuidade se deu em ambiente rural, em primeiro momento, na Escola Estadual Nova Galileia (município de Colíder-MT), posteriormente, na Escola Municipal Novo Paraíso (município de Nova Canaã do Norte), e, por fim, concluiu o ensino fundamental na Escola Municipal União Flor da Serra no município supramencionado. Em seguida, o ensino médio foi cursado no perímetro urbano da cidade de Colíder, na (Escola) Estadual Desembargador Milton Armando Pompeu de Barros. Todas as instituições de ensino apresentadas, que fizeram parte da trajetória escolar básica do autor, permanecem em funcionamento até os dias atuais.

O município de conclusão da educação básica é também onde o autor cursou sua formação superior na área de licenciatura em Geografia (2016), pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *campus* universitário do Vale do Teles Pires. A posteriori, o autor especializou-se em educação inclusiva pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT).

O exercício da função como docente teve início logo após sua formação, atuando, portanto, como professor da rede pública de ensino do estado de Mato Grosso até a atualidade. Quanto à continuidade de sua formação, ele se encontra em fase de conclusão de sua pós-graduação *Stricto Sensu* pela Universidade onde se graduou. Para mais informações sobre o autor, acessar o currículo Lattes, disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6620442801720235>

## RESUMO

O objetivo do estudo é compreender a atual configuração da ocupação do Loteamento Moradia Bela Vista, localizado no município de Colíder - MT, e tal intento contempla a análise das condições socioeconômicas dos habitantes nele instalados, bem como seu grau de inclusão na urbanidade local, além das condições físicas. Para isto, tornou-se necessário contextualizá-lo, após análise histórica de formação e ocupação da urbe à qual ele se encontra subordinado, o local pode ser interpretado como uma territorialidade excluída fruto da sociedade moderna, assim, considerando a recorrência deste processo em outras urbanidades supõe-se que este é uma característica das cidades amazônicas, por estar atrelado à mercantilização do solo. Como método de abordagem, tornou-se necessário empregar o materialismo histórico e dialético, visto seu caráter histórico investigativo, que agrega legitimidade aos resultados, sendo possível entender por meio dele a condição espacial atual do objeto de estudo, observando e dando ênfase a diferentes períodos históricos de formação deste, além da possibilidade de análise particular dos agentes produtores do espaço atuantes no objeto de estudo. Portanto, por meio deste, a pesquisa revelou que processos de segregação verificados no país não são de caráter exclusivo de grandes centros urbanos e problemas sociais relacionados à habitação dentro do contexto das cidades capitalistas se manifestam até mesmo em pequenas urbanidades da Amazônia, em decorrência da ação do capital que torna a terra uma mercadoria. Portanto, esse processo de exclusão urbana na cidade de Colíder-MT ocorre desde sua gênese e a segregação induzida verificada no Loteamento Moradia Bela Vista afigura-se continuidade desse processo de fragmentação da cidade. Com isso, conclui-se com a pesquisa que, no objeto de estudo, existe uma segregação induzida, haja vista que as pessoas foram orientadas indiretamente a ocupá-lo principalmente pelo baixo preço da terra, situação fomentada pelos agentes que controlam o acesso à terra aos moldes do capital. Trata-se de um ambiente novo, porém, mesmo como seus habitantes dependendo da cidade, a localidade não é interpretada pelo poder público como parte da urbanidade, por conseguinte, no estudo, este é interpretado como um ambiente excluído carente de forma legal de infraestrutura básica.

Palavras-chave: Segregação urbana. Periferia. Exclusão. Colíder-MT.

## ABSTRACT

The objective of the study is to understand the current occupation configuration of the Moradia Bela Vista Allotment, located in the municipality of Colíder - MT, and such an attempt includes the analysis of the socioeconomic conditions of the inhabitants installed there, as well as their degree of inclusion in the local urbanity, in addition to of physical conditions. For this, it became necessary to contextualize it, after historical analysis of formation and occupation of the city to which it is subordinated, the place can be interpreted as an excluded territoriality fruit of modern society, thus, considering the recurrence of this process in other urbanities, it is assumed that this is a characteristic of Amazonian cities, as it is linked to the commodification of land. As a method of approach, it became necessary to use historical and dialectical materialism, given its investigative historical character, which adds legitimacy to the results, making it possible to understand through it the current spatial condition of the object of study, observing and emphasizing different periods. histories of its formation, in addition to the possibility of particular analysis of the space producing agents acting in the object of study. Therefore, through this, the research revealed that segregation processes verified in the country are not exclusive to large urban centers and social problems related to housing within the context of capitalist cities are manifested even in small urbanities in the Amazon, as a result of the action of capital that turns land into a commodity. Therefore, this process of urban exclusion in the city of Colíder-MT has occurred since its genesis and the induced segregation verified in the Allotment Moradia Bela Vista appears to be a continuation of this process of fragmentation of the city. With this, the research concludes that, in the object of study, there is an induced segregation, given that people were indirectly oriented to occupy it mainly due to the low price of land, a situation fostered by agents who control access to land in the way of capital. It is a new environment, however, even with its inhabitants depending on the city, the locality is not interpreted by the public authorities as part of urbanity, therefore, in the study, this is interpreted as an extra-urban environment lacking in the legal form of infrastructure basic.

Keywords: urban segregation. Periphery. Exclusion. Word three. Colíder-MT.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do Loteamento Moradia Bela Vista.....	16
Figura 2 – Registros fotográficos históricos .....	79
Figura 3 – Áreas de cultivo próximo ao “Patrimônio de Cafezal” .....	80
Figura 4 – Colíder e Chapada dos Guimarães (1970 – 2021) .....	81
Figura 5 – Evolução física do perímetro urbano da cidade de Colíder-MT..	83
Figura 6 – Outros espaços periurbanos próximos a Colíder.....	89
Figura 7– Processo de formação do Loteamento Moradia Bela Vista.....	92
Figura 8 – Habitações não condizentes com padrões periféricos.....	112
Figura 9 – Habitações em fase de construção e/ou inacabadas .....	113
Figura 10– Habitações inacabadas e ocupadas.....	114
Figure 11– Mercantilização da terra: espaços à venda.....	115
Figure 12 – Uso de fossas domésticas e poços comuns.....	121
Figura 13– Condição física das ruas no Loteamento Moradia Bela Vista	126
Figura 14 – Placas de trânsito deterioradas pelas intempéries.....	127
Figura 15 – A cidade de Colíder de acordo com o Plano Diretor Municipal .....	135

## LISTA DE QUADROS

Quadro 2 – Perfil dos entrevistados .....	91
Quadro 3 – Profissão exercida pelo questionado (a) .....	104
Quadro 4 – Número e idade de residentes por família.....	105
Quadro 5 – Relação de moradores e seus meios de transporte .....	107

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – O gênero dos questionados.....	100
Gráfico 2 – Idade dos questionados.....	101
Gráfico 3 – Nível de escolaridade dos questionados.....	102
Gráfico 4 - Rendimento mensal por família.....	103
Gráfico 5 - Formas de acesso à terra .....	116
Gráfico 6 – Estimativa do tempo de construção das moradias.....	117
Gráfico 7 – Tempo de moradia nas residências.....	118
Gráfico 8 – Se há apoio do poder público ao Loteamento Moradia Bela Vista .....	123
Gráfico 9 – Possibilidade de ações do poder público não realizadas.....	123
Gráfico 10 – Razões de se habitar .....	124
Gráfico 11 – Sentimento de pertencimento e inclusão na cidade .....	125

## LISTA DE SIGLAS

ABNT	– Associação Brasileira de Normas Técnicas
CODEMAT	– Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso
CODEPLAN	– Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CONTRAN	– Conselho Nacional de Trânsito
EMGOPA	– Empresa Agropecuária do Estado de Goiás
EMPA/MT	– Empresa de Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso
EMPAER/MS	– Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDECO	– Integração Desenvolvimento e Colonização
PAEG	– Plano de Ação Econômica do Governo
PED	– Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social
PIN	– Programa de Integração Nacional
PND	– Plano Nacional de Desenvolvimento
PNAD	– Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
SOMECO	– Sociedade de Melhoramentos e Colonização
SUDAM	– Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	– Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>22</b>
<b>2.1 Espaço e o Lugar: categorias para explicar a cidade</b> .....	<b>22</b>
2.1.1 O espaço: da evolução do conceito ao lugar.....	22
2.1.2 O espaço geográfico, o espaço urbano e a territorialidade excluída.....	30
2.1.3 O capital, o trabalho e a territorialidade: discussões para compreensão da fragmentação urbana no contexto amazônico .....	34
2.1.4 Consciência social, totalidade e contradição: categorias que explicam o ser excluído .....	40
<b>2.2 A terra como mercadoria: o mercado fundiário (o capital) e a ação do Estado</b> .....	<b>43</b>
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>48</b>
<b>3.1 O Materialismo Histórico e Dialético como método de abordagem</b> .....	<b>48</b>
<b>3.2 Procedimentos metodológicos</b> .....	<b>51</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>55</b>
<b>4.1 A importância do imigrante para o desenvolvimento de urbanidades no contexto amazônico: a formação da cidade por meio da experiência de vida</b> ..	<b>55</b>
<b>4.2 O contexto da expansão capitalista sobre o Centro Oeste e Amazônia associado ao histórico do Município de Colíder - MT</b> .....	<b>64</b>
<b>4.3 Colíder: os agentes produtores da cidade, a exclusão urbana na situação contemporânea</b> .....	<b>83</b>
<b>4.4 A ótica dos moradores: o processo de construção do Loteamento Moradia Bela Vista e a fundamentação das experiências individuais</b> .....	<b>91</b>
<b>4.5 Os moradores do Loteamento Moradia Bela Vista: uma análise da composição social</b> .....	<b>100</b>
<b>4.6 As Moradias: o reflexo das condições socioeconômico-culturais dos moradores</b> .....	<b>110</b>
<b>4.7 Reflexões acerca do Loteamento Moradia Bela Vista</b> .....	<b>118</b>
<b>4.8 O capital, o Estado, os agentes imobiliários e o segregado: condicionantes para existência do Loteamento Moradia Bela Vista e o papel do Plano Diretor Municipal</b> .....	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>144</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>155</b>
<b>APÊNDICE A – PARECER CONSUBSTANCIADO FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ÉTICA PARA EXECUÇÃO DA PESQUISA</b> .....	<b>155</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM MORADORES SELECIONADOS</b> .....	<b>161</b>
<b>APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM IMIGRANTES</b>	

<b>SELECIONADOS .....</b>	<b>162</b>
<b>APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO PARA OS CHEFES DE FAMÍLIA .....</b>	<b>163</b>

## 1 INTRODUÇÃO

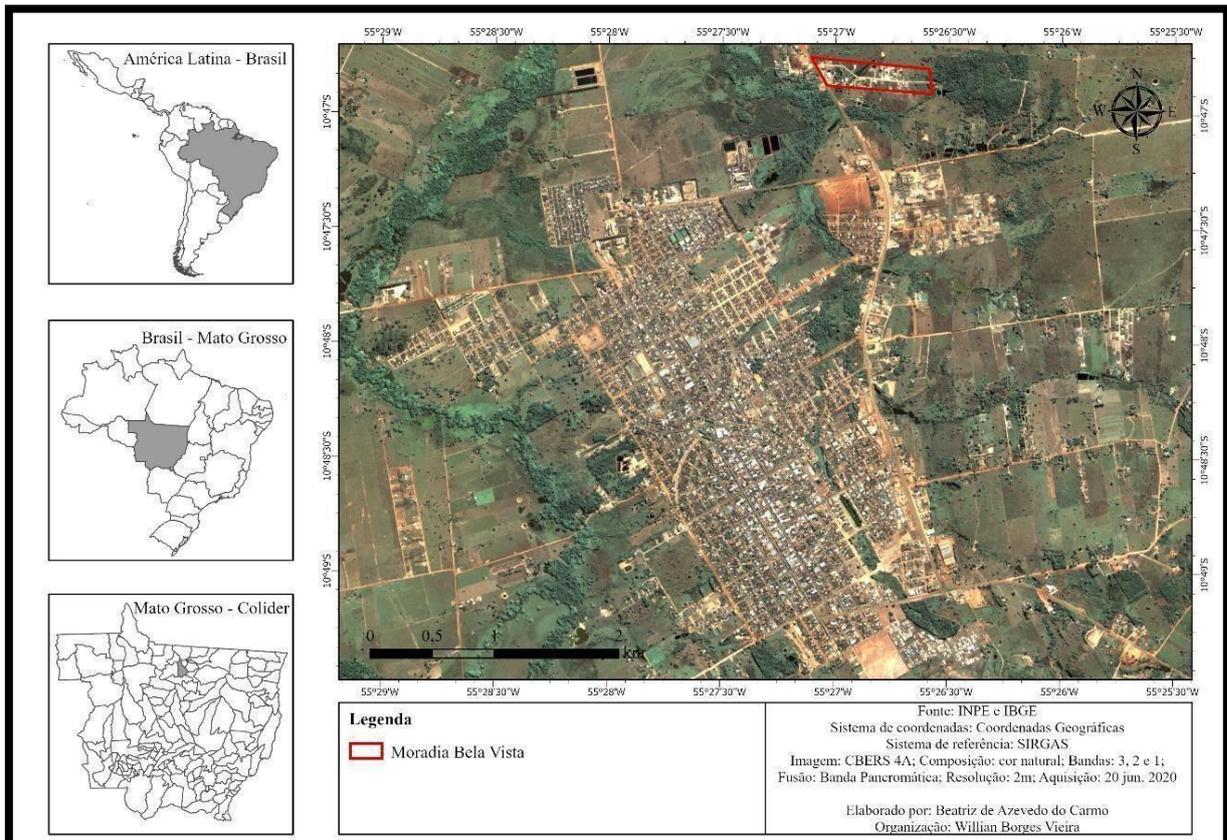
Colíder é um município localizado na porção norte do estado de Mato Grosso, possui um território de 3.112,091 km<sup>2</sup>, sob as coordenadas geográficas: latitude: 10° 48' 19.08" Sul, longitude: 55° 27' 23.22" Oeste (tendo o edifício da prefeitura do município como ponto de referência), em área de bioma amazônico, a uma distância de 650 km da capital do estado, Cuiabá.

O município de Colíder situa-se em uma altitude de aproximadamente 260 metros, dentro da chamada Amazônia Legal, numa área cratônica (o chamado Cráton Amazônico), na depressão Norte de Mato Grosso, com clima equatorial. Quanto à hidrografia, o município se encontra na Bacia amazônica, cujo solo se classifica como Neossolos e o relevo, como ondulado (MIRANDA; AMORIM, 2001).

Dados coletados no último censo demográfico do Brasil, executado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, apontam que o município apresentava uma população estimada de 30.864 pessoas (9,95 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 25.065 residiam no perímetro urbano do município, enquanto 5.799 viviam no campo, com população essencialmente urbana, no entanto, quanto a população estimada do município em 2021, verifica-se um salto populacional para 33.855 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era de, aproximadamente, 0,713, considerado alto. Quanto à economia do município, é baseada na agropecuária, em especial na produção pecuária bovina, seguida da pecuária leiteira e da produção agrícola familiar, além de comércio e indústrias de pequeno porte (IBGE, 2021).

Nesse espaço que compõe a urbanidade local e seus arredores, o objeto de estudo corresponde ao Loteamento Moradia Bela Vista, localizado nas proximidades do perímetro urbano da cidade de Colíder (distante cerca de um quilômetro), porém, aquele não é pertencente de forma legalizada ao espaço urbano (ao menos é o que aponta o Plano Diretor Municipal formulado em 2015). O espaço do loteamento, antes de servir como local de moradias conforme os moldes da cidade, possuía uso da terra ligado a atividades do setor primário da economia, já que era propriedade rural até o ano de 2012 (segundo informações levantadas por meio de entrevistas com moradores locais e atestadas por imagens de satélite (figura 1), a seguir debatido. Verifica-se, portanto, uma mudança na função de uso da terra, conforme observada na figura 01.

Figura 1 - Mapa de localização do Loteamento Moradia Bela Vista



Fonte: Organizado pelo autor (2021).

Quanto ao nome do espaço (Loteamento Moradia Bela Vista), foi proposto, segundo relatos de moradores locais, pelo proprietário da terra que efetivou a fragmentação da área rural em pequenos espaços destinados à venda para habitação. Já no que se refere à quantidade de pessoas residentes no local, o número é impreciso haja vista o contexto atual, pois o número de indivíduos que o habitam sofre constante alteração. Durante o período de coleta de informações *in loco*, constatam-se aproximadamente cinquenta famílias vivendo no espaço delimitado na figura 01, contudo, há constante comercialização de terras, bem como novas construções de moradias em andamento, situação que sugere que os moradores tendem a aumentar nos próximos anos.

O local, dentro do contexto do estudo da cidade, pode ser definido corretamente como espaço periurbano, pois o termo associa-se a um ambiente afastado da cidade propriamente dita (isto é, não se encontra ligado diretamente à malha urbana) e que resulta do próprio crescimento urbano em direção às áreas rurais. Em outras palavras, espaços periurbanos correspondem a ambientes dotados

de características típicas da cidade, porém formados no contexto de espaços rurais próximos às cidades conforme define Monteiro, 2002. Portanto, observando o Loteamento Moradia Bela Vista, constata-se que se encaixa nessa definição, daí ser válido utilizar o termo com relação a ele.

No entanto, considerando suas formas de ocupação, características físicas do espaço, bem como condição socioeconômica da sua população e, ainda, que, se uma territorialidade é entendida como um espaço apropriado, inviolável (pensando a propriedade), destinado à sobrevivência de um coletivo, isto é, um ambiente onde o indivíduo se relaciona com o meio expressando a ideia de pertencimento e que define seu modo de agir, conforme explica Albagli (2004), também se torna válido entender o Loteamento Moradia Bela Vista como uma territorialidade excluída por suas particularidades. Isto é, de modo sintético, os problemas e as características infra estruturais locais, assim como a condição social de quem o habita (claramente pessoas pertencentes à camada mais vulnerável economicamente da sociedade, que foram forçadas a habitar nesse espaço considerando a incapacidade destas de acessarem a cidade tal qual estabelece o mercado fundiário) e sua negação à urbanidade local, denotam que, nesta pesquisa, o termo territorialidade excluída afigura-se mais adequado para se referir ao espaço em questão.

Naturalmente neste contexto, não há como pensar em produção e reprodução de um espaço sem refletir acerca da questão cabedal, visto que, a criação e desenvolvimento de um espaço urbano e/ou parte dele, na maioria das sociedades ocidentais, consiste a regulamentação estatal articulada com a força do capital, e, no que diz respeito ao objeto de estudo, este foi regido desde sua gênese como consequência a ação deste, que se sobressaíram aos interesses sociais.

Assim, a terra urbana sendo utilizada como meio de acesso ao capital promovendo a segregação já é um processo entendido, tendo em vista que analisar o contexto urbano implica na reflexão sobre o ganho, conforme explica Carlos (2008), pois, na atualidade, o capitalismo define a configuração da cidade e leva a sua expansão. Deste modo, a proposta da presente pesquisa procurou contemplar as faces do capitalismo bem como a ação do Estado, que corroborou para a construção e desenvolvimento de tal espaço segregado. Sendo assim, os eventos e situações que envolvem a reprodução do Loteamento Moradia Bela Vista em Colíder não são de ordem exclusiva, ou condicionada, por um padrão único desta localidade, pois se

sabe que, em todos os casos, o capital está ligado ao acesso à terra e, onde há um mosaico heterogêneo de condições sociais, existe, também, uma parcela de residentes com privilégios enquanto outros restam subjugados.

Sendo assim, compreender o dinamismo que levou à estruturação atual do local supracitado colabora para entender situações semelhantes em outros pontos fragmentados da cidade e em demais centros urbanos (por se tratar de um processo recorrente na urbanidade mundial atual) e possibilita compreender o processo e seus impactos sociais.

É evidente que no contexto do mundo submetido ao domínio do capital, a terra, considerada como um objeto de troca e negociação, na qualidade de mercadoria, gera um conflito entre as diferentes classes sociais que constituem o ambiente urbano. A questão do acesso à terra emerge como a principal causa da desigualdade social. É notável o crescente surgimento de áreas caracterizadas pela vulnerabilidade econômica quando se analisa o panorama da produção do espaço urbano. Portanto, faz-se necessário refletir sobre as razões subjacentes à existência e persistência da urbanização segregadora, que promove a exclusão (MARICATO, 2001).

Resende (2018) aborda tal pressuposto:

Nota-se ainda que o mecanismo de especulação, ao acarretar a expansão do tecido urbano a partir do centro original mais condensado, promove o desequilíbrio entre a oferta e a demanda por terra e moradia, através da produção de uma escassez artificial. Neste momento, os agentes imobiliários aumentam seus lucros, uma vez que torna a posse da terra urbana um importante instrumento de barganha, cobrando mais caro pelos imóveis disponibilizados em forma de torres de apartamentos (RESENDE, 2018, p. 82).

Portanto, é necessário entender a cidade e seus agentes produtores, em especial, o setor imobiliário que produz a cidade, e o menos favorecido, que também o faz, no entanto, este último condicionado ao primeiro, pois a especulação imobiliária apresenta-se intimamente ligada à configuração do espaço urbano por estar relacionada com o Estado e seu controle por parcelas de camadas sociais economicamente abastadas. Sobre tal premissa, Resende (2018) explica que: “[...] os agentes imobiliários produzem condições ideais para a reprodução do capital a partir da configuração de novas centralidades (RESENDE, 2018, p.81)”.

Naturalmente, um espaço pode sofrer mudanças em decorrência dos agentes

que constroem a cidade, em especial, o capital, fato possível de ser observado no Loteamento Moradia Bela Vista. Ademais, o espaço pode ser interpretado como segregado por sua posição e construção. Sobre essa ação de marginalização, Corrêa (2012) aponta que:

[...] O valor atribuído a um lugar pode variar ao longo do tempo. Razões de ordem econômica, política e cultural podem alterar a sua importância e, no limite, marginalizá-lo, deixando-o à margem da rede de lugares a que se vinculava. São numerosos os exemplos de portos que no passado eram relativamente importantes [...] (CORRÊA, 2012, p. 41).

Em contrapartida, Corrêa (2012), ainda, destaca o que é necessário para haver uma revalorização de um espaço:

No processo de valorização produtiva do espaço é necessário que se viabilize a reprodução das condições de produção. Isto implica em práticas especialmente localizadas, via de regra efetivadas pelo Estado ou pelas grandes e complexas corporações (CORRÊA, 2012, p. 42).

Nesse sentido, a valorização do solo urbano cria um cenário propício para a existência de indivíduos em situações de vulnerabilidade e fragilidade, tanto em relação à sua subsistência quanto à sua capacidade de reprodução. Essas pessoas se tornam dependentes das forças econômicas em atuação, configurando um fenômeno no qual o poder do capital impõe-se para promover a ampliação das expropriações e sua perpetuação. Esse processo de expropriação estende-se a todas as esferas da vida e do mundo do trabalho. Além do mencionado poder do capital, é importante mencionar a influência do Estado, que legitima essa dinâmica.

Nesta premissa que aborda a atuação do estado, Villaça (1998) expõe que:

[...] Tão logo o capitalismo se impôs, impôs-se também o mecanismo do mercado e a redução da ação do Estado produtor direto do espaço urbano. O Estado passou a ser produtor "indireto" com a legislação urbanística, que, supostamente, regulariza a iniciativa privada (VILLAÇA, 1998, p. 249).

Portanto, a problemática que se constrói observando o Loteamento Moradia Bela Vista se baseou em entender como se deu sua gênese e quais agentes produtores da cidade foram responsáveis por seu constante desenvolvimento, isto é, tornou-se necessário entender se o loteamento surgiu pelo fato de os moradores não conseguirem ter acesso ao solo urbano como estabelece o mercado de terras, sendo assim, um espaço excluído, tendo em vista que o local de pesquisa trata-se de um

bairro periférico, não incluso ao perímetro urbano, tanto que o plano diretor da cidade não o reconhece como parte da urbanidade. No entanto, existem nele serviços prestados no contexto da cidade (como coleta de resíduos sólidos e recicláveis). Sendo assim, interpreta-se como necessária a compreensão dessa dinâmica e se existiu uma exclusão ou inclusão precarizada do bairro no contexto social da cidade.

Deste modo, erigiu-se, como objetivo central, investigar as razões da configuração socioespacial atual do Loteamento Moradia Bela Vista, bem como suas características gerais, como, por exemplo, sua composição sócio-histórica, assim como identificar as camadas sociais que ocuparam em maioria a localidade (desde sua gênese) e seu grau de inclusão/exclusão à urbanidade local. Tal análise, ainda, se observa a partir do contexto da fronteira capitalista amazônica. Em virtude disto, torna-se necessário compreender o processo de ocupação da cidade de Colíder, para validar que o ambiente segregado não é fruto da sociedade capitalista moderna, visto que, ao analisar o contexto histórico, verifica-se um processo antigo e intrínseco à mercantilização do solo, de modo que pode ser entendido como alternativo para habitação (excluído da urbe, corroborando a utilização do termo territorialidade excluída) na conjuntura capitalista amazônica.

Isso porque a análise do processo de construção do loteamento possibilita delinear a forma de segregação do espaço mercantilizado. No entanto, para alcançar tal objetivo, torna-se necessário, ainda, investigar quais dos agentes construtores da cidade foram mais atuantes no espaço em questão. Todavia, considerando a complexa rede intrincada de situações e eventos que formam a cidade e seus ambientes, afigura-se essencial, também (como objetivos suplementares), a descrição da população residente no Loteamento Moradia Bela Vista, pois a análise (principalmente da situação econômica) das famílias permite entender quem são as pessoas excluídas da cidade e forçadas a habitar ambiente à margem da urbanidade e, também, as principais razões. Somente após entender esse ponto, torna-se possível considerar o grau de exclusão urbana dentro e fora da ótica de quem habita o espaço.

Assim, justifica-se a pesquisa em virtude de sua relevância social, visto que o direito à cidade promove vida digna, assim, apresentar a composição social dos grupos excluídos do mercado legal de terras (como é o caso dos moradores do espaço investigado), possibilitará (indiretamente) dar voz aos moradores, considerando que, ao leitor e/ou entidade que tiver conhecimento de caso por meio desta investigação,

poderá conhecer a realidade local e/ou elucidar situações análogas. A presente análise justifica-se, ainda, por sua relevância científica, pois colabora intimamente com a geografia urbana, fornecendo-lhe, por sua natureza descritiva e investigativa, informações úteis para compreensão de uma forma de exclusão, sobretudo no contexto amazônico. Ademais, por meio da pesquisa, é possível entender a complexidade das relações sociais na cidade, as quais envolvem o capital, oportunizando-se, assim, julgar e analisar ações e situações criadas por diferentes agentes produtores do espaço sob a ótica acadêmica, com vistas a expandir os limites do conhecimento urbano além de fomentar a criação de medidas mitigadoras do processo de exclusão urbana. A par disso, contribui, ademais, com questões educacionais, pois as situações evidenciadas e analisadas podem ser levadas ao contexto escolar, onde o corpo de alunos pode aprofundar estudos acerca da cidade pelo acesso ao estudo de espaços.

Destarte, o estudo encontra-se organizado em segmentos distintos (quatro partes), sendo a primeira dedicada à fundamentação teórica onde conceitos geográficos importantes para compreensão da cidade, lugar e o espaço são debatidos. Ainda nesta etapa da pesquisa, a expansão da fronteira capitalista na Amazônia, e o processo histórico de formação da cidade de Colíder são discutidos para dar sustentação sólida às argumentações posteriores. A segunda parte da pesquisa destina-se à apresentação da metodologia adotada, localização geográfica e características gerais do objeto, assim como demais procedimentos metodológicos. Já a terceira parte apresenta os resultados obtidos *in loco*, cujo processo de ocupação do objeto de estudo por meio da própria maneira de ver dos moradores é abordado, assim como a análise socioeconômica destes. Ainda nesta parte da pesquisa, as condições das construções gerais no Loteamento Bela Vista são contempladas, bem como o papel de diferentes agentes produtores do espaço que condicionam a existência deste. Por fim, na quarta parte da pesquisa, apresentam-se as considerações finais, isto é, as conclusões que puderam ser obtidas com base na pesquisa, além das referências bibliográficas utilizadas, que criaram as bases sólidas para esta.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Espaço e o Lugar: categorias para explicar a cidade

#### 2.1.1 O espaço: da evolução do conceito ao lugar

Quando tratamos da noção de espaço, nos deparamos com um termo que, aparentemente, é vago, no entanto, ligado a múltiplas acepções, podendo, da forma como se aborda, constituir algo imaginado/idealizado ou físico, finito ou localizado, ou seja, ele se agrega a diferentes palavras para gerar funções distintas no contexto utilizado.

No dicionário Michaelis (2021) de língua portuguesa, há dezesseis definições de espaço. Os conceitos se distribuem em diferentes segmentos concordando com o pressuposto, indo de definições próximas às vistas no campo da geografia conversando com a questão urbana.

No entanto, com enfoque direto na geografia, Santos (1991) define o espaço, apontando que:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas de geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente. O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, **objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento.** O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento as formas, pois têm um papel na realização social (SANTOS, 1991, p. 10). (grifo nosso)

Portanto, o espaço pode ser interpretado como algo que não existe sozinho. Contudo, aprofundando-se na definição, para a geografia enquanto ciência, o conceito de espaço não surge com os apontamentos recentes, mas nasce com a ciência geográfica.

O conceito traz consigo o pensamento de diferentes autores inseridos em diferentes contextos históricos, que influenciaram a definição de espaço por eles, todavia, as diferentes correntes do pensamento geográfico não ficam restritas ao momento em que surgem, tão pouco findam as antecessoras quanto à conceituação. Deste modo, avaliar como o espaço foi tratado em diferentes momentos torna-se relevante. Neste sentido, Sposito (2004, p.16) aponta que, “como partimos do

pressuposto de que a verdade, em seu estatuto científico, é resultado das mais diferentes manifestações do intelecto humano, não existindo verdade absoluta que reflita qualquer ou todo conhecimento”, portanto, é necessário entender a Geografia enquanto ciência. Para Corrêa (2012), a Geografia surge enquanto ciência por volta de 1870, na Alemanha, neste contexto, que irrompe o que ficou conhecido como Geografia tradicional. Outros conceitos ligados à categoria geográfica de análise ganham mais atenção neste momento, como a discussão sobre paisagem e território, contudo, o espaço, apesar de não provocar profundos debates de imediato, foi abordado indiretamente (quando considerado posteriormente com base em conceitos originados em correntes de pensamento que surgiriam). Corrêa apresenta, então, a discussão ligada a espaço na Geografia tradicional trabalhada de modo indireto por Hartshorne e Ratzel.

Mesmo indiretamente, Hartshorne entendia o espaço como algo absoluto associado a todas as dimensões da vida. Para ele, este seria uma espécie de “recorte do presente” e a Geografia estaria ligada a isto, e, apesar de reconhecer a importância do conjunto “espaço e tempo”, Hartshorne pondera que não basta avaliar os processos temporais, espaço e tempo, desta forma, são desconsiderados na Geografia tradicional. No entanto, a ideia de espaço como algo absoluto continuaria viva e posteriormente retrabalhada na Geografia teórico-quantitativa como “espaço absoluto” (ALFREDO, 2005).

Villaça (2012) confirma tal premissa, ainda abordando Hartshorne, o espaço, na Geografia tradicional, poderia ser descrito como conjunto de elementos (que o autor coloca como pontos, que se pode associar ao contexto espaço) transmitindo a ideia de que este possuía existência em si próprio, daí que considerar espaço e tempo em conjunto seria um debate futuro.

A compreensão do espaço, para Ratzel, dentro da Geografia tradicional, pode ser descrita como algo necessário para uma população viver, no entanto, o debate sobre espaço, na sua ótica, não se configura adequado para pensar o espaço urbano e seus conflitos sociais. Cazarotto (2006) defende essa premissa:

Percebe-se que, na concepção de espaço vital, em Ratzel, aparece com muito mais ênfase a ideia de defesa do território do que a ideia de ampliar ou expandir o mesmo. Pois é compreendido como o espaço de vida, da territorialidade instituída, onde se encontram as condições essenciais da vida, como matéria e energia (CAZAROTTO 2006, p. 08).

O pensamento de Ratzel, portanto, denota o espaço como indissociável da vida humana, claramente referindo-se à noção de Lebensraum (espaço vital), com conceituação mais ligada ao debate acerca de território. Notadamente, distorcer conceitos ou aplicá-los de modo equivocado pode gerar reflexos contraditórios. Assim, correntes consideram Ratzel fonte de inspiração nazista, pela suposta criação de bases teóricas para validar a expansão alemã por meio de suas ideias. No entanto, suas contribuições são amplas, em vários contextos, indo de farmacêutico e zoólogo a jornalista, professor na Universidade Técnica de Munique, até o contexto do círculo de Leipzig a que Ratzel esteve ligado. Com isso, se seus trabalhos foram utilizados para justificar processos expansionistas de terceiros sob a alegação “de espaços necessários” notadamente ocorreram de forma equivocada e/ou errônea, pois, provavelmente, o autor não simpatizaria com tais ações (SEEMANN, 2012).

Passando para a Geografia teórico quantitativa ou nova Geografia, como também ficou conhecida (pensamento que surge por volta de 1950), algumas mudanças no campo da ciência geográfica surgem e o conceito de espaço, neste momento, pode ser entendido como planície isotrópica (CORRÊA, 2012).

O mesmo autor supramencionado define o que elas são:

A planície isotrópica é uma construção teórica que resume uma concepção de espaço derivada de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo. Admite-se como ponto de partida uma superfície uniforme tanto no que se refere à geomorfologia como ao clima e à cobertura vegetal, assim como à sua ocupação humana (...) sobre esta planície de lugares iguais desenvolvem-se ações e mecanismos econômicos que levam à diferenciação do espaço. Assim o ponto de partida é a homogeneidade, enquanto o ponto de chegada é a diferenciação espacial que é vista como expressando um equilíbrio espacial. Diferenciação e equilíbrio não são, assim, estranhos entre si nesta concepção (CORRÊA, 2012, p. 20).

De modo descomplicado, analisando a exposição do autor acerca da planície isotrópica, esta pode ser entendida como uma superfície que possui mesma propriedade e que sofre alterações pelo fator humano impulsionado pelo capital, as quais se configuram como relações econômicas, diferentes usos da terra e relações de cunho social, como centro e periferia (pensando a cidade), ou seja, os componentes inseridos no ambiente geram as transformações neste espaço.

Neste sentido, ainda sob tal vertente, cabe o debate sobre espaço absoluto e relativo. Harvey (2012) descreve ambos, lecionando sobre espaço absoluto que:

Espaço absoluto é fixo e nós registramos ou planejamos eventos dentro da moldura que o constitui. Este é o espaço de Newton e Descartes e é usualmente representado como uma grade pré-existente e imóvel que

permite padronizar medições e está aberto ao cálculo. Geometricamente é o espaço de Euclides e, portanto, o espaço de todas as formas de mapeamento cadastral e práticas de engenharia. É o espaço primário de individuação – ares extensa, como afirma Descartes – e refere-se a todos os fenômenos discretos e delimitados, e do qual você e eu fazemos parte enquanto pessoas individuais. Socialmente, é o espaço da propriedade privada e de outras entidades territoriais delimitadas (como Estados, unidades administrativas, planos urbanos e grades urbanas). Quando o engenheiro de Descartes contempla o mundo com um sentido de domínio, trata-se de um mundo de espaço (e de tempo) absoluto onde todas as incertezas e ambiguidades podem em princípio ser banidas e onde o cálculo humano pode florescer sem entraves (HARVEY, 2012, p. 10).

Quanto ao espaço relativo, Harvey (2012, p. 11) aponta que este pode ser entendido em dois sentidos: “de que há múltiplas geometrias que podemos escolher e de que o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem”. Ou seja, partindo desta visão, não é possível compreender o espaço de forma separada do tempo e de sua construção sócio-histórica.

Neste sentido, trabalhando o espaço absoluto e relativo, o próprio autor supracitado ainda dispõe que não seria nem absoluto, nem relativo, ele não se contradiz, pois define que o espaço pode ser “um ou outro” de modo individual ou coexistindo de modo separado. A ideia do autor considera “espaço e tempo”, porém não os “mistura”. O autor, ainda, justifica o mencionado dizendo que as relações que envolvem “posse” (considerando a terra) criam os chamados espaços absolutos e a movimentação de pessoas e serviços (assim como informações) fazem o espaço relativo. Ou seja, na área da ciência geográfica, o espaço relativo entende a existência do espaço, no entanto, somente quando formado pelas coisas que se relacionam nele enquanto sob a ideia de espaço absoluto tudo estaria contíguo no espaço e faria parte dele.

Já no campo da Geografia Crítica (corrente que ganha força em meados do século XX), as discussões sobre espaço são vistas por meio da análise da sociedade e apropriação da natureza. Nas obras de Marx, o espaço está presente, vinculado às contradições espaciais que envolvem o capital, mais efetivamente trabalhado e analisado a partir do ponto de vista de Lefébvre, pois a conceituação do espaço não era preocupação de Marx. Este o trabalhou, mas interpretá-lo como algo que possui papel importante na estruturação de uma lógica num dado sistema somente é visto na ótica Lefebvriana. Por meio do trabalho de Marx, pode-se interpretar o espaço não apenas como algo social e vivido, mas, sim, como espaço político, *lócus* da perpetuação das relações sociais de reprodução (CORRÊA, 2012).

Sendo assim, por meio da introdução do pensamento marxista, foi possível refletir sobre a sociedade nas suas diferentes formas espaciais, em especial, nas suas contradições. Isto permitiu pensar o espaço não como “palco” da sociedade, mas como “meio” de produção, reprodução e condição fundamental para a existência social. O pressuposto concorda com uma espécie de tríade baseada em compreender o espaço como concebido, percebido e vivido. Ou seja, partindo do ponto de vista “Marxista-Lefebvriano”, as contradições existentes no espaço vivido têm relação com o estado e o capital, pois estes atuam sobre o espaço, definindo o “plano de habitar”, pensando novamente na cidade (ALFREDO, 2005).

Neste contexto, o Estado tem ligação com o espaço, porém, este não seria um “instrumento”. Corrêa (2012) atribui função ao espaço, apontando que não é o espaço em si, mas o resultado das relações sociais:

O espaço também não é um instrumento político, um campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo. Segundo Lefebvre, o espaço é mais que isto. Engloba esta concepção e a ultrapassa. O espaço é lócus da reprodução das relações sociais de produção (CORRÊA, 2012, p. 25).

Analisando a discussão de Villaça (2012), que aborda a obra de Santos (1985), sobre a noção de espaço, em que há uma conversa com o pensamento de Marx e Lefebvre, quando tratado sobre a produção, a questão socioeconômica e espaço são independentes, apesar de estarem ligados. Neste sentido, o espaço poderia ser, para o autor, segundo o pensamento marxista, não apenas um reflexo social, como também um fator social.

Para Villaça (2012), considerando sua análise da obra de Santos (1985):

[...] O espaço deve ser estudado por meio de quatro categorias: a forma é o “espaço visível de uma coisa”, “o arranjo ordenado de objetos”, um padrão; função “sugere que uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa” estrutura “implica a inter-relação de todas as partes de um todo, o modo de organização da construção”; e processo, que “pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo -se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança (VILLAÇA, 2012, p.89).

Ainda no discurso de Lefebvre (partindo do materialismo histórico e dialético), o espaço seria, portanto, organizado e idealizado numa estrutura não autônoma, um componente dialeticamente definido com todas as relações ligadas à produção as quais envolvem o espaço e o indivíduo (LEFÉBVRE, 2006).

Já Milton Santos interpreta o espaço como algo que não é possível separar da

questão socioeconômica. Dessa forma, os diferentes modos de produção precisam de um lugar para se desenvolver, onde cada item teria lugar certo no espaço. Tal pensamento vai ao encontro do que propõe a Geografia crítica (CORRÊA, 2012).

Por sua vez, a Geografia humanista e cultural surge efetivamente (e ganha força) a partir da década de 1970 e, no que concerne à noção de espaço, este ganha novos significados. Existem muitos espaços, segundo Tuan, explicados na obra de Corrêa “Espaço: um conceito chave na geografia”, ele, pode ser, portanto, pessoal, grupal e mítico (este último ligado ao abstrato, ao simbólico), além da existência do chamado espaço sagrado (CORRÊA, 2012).

Neste sentido cultural e social, Lefebvre (2006) aponta que:

O conceito de espaço liga o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: descoberta (de espaços novos, desconhecidos, dos continentes ou do cosmos); produção (da organização espacial própria de cada sociedade); criação (de obras: a paisagem, a cidade com a monumentalidade e o cenário). Tudo isso evolutivamente, geneticamente (com uma gênese), mas segundo uma lógica: a forma geral da simultaneidade; pois todo dispositivo espacial repousa sobre a justaposição na inteligência, e sobre a ensambletagem material de elementos com os quais se produz a simultaneidade (LEFEBVRE, 2006, p. 126).

Santos (2002) aborda a compreensão do espaço, dizendo que:

O que pensamos de espaço jamais poderá ser compreendido sem que se reflita sobre **o próprio movimento que cria, recria, nega e, pela superação, redefine a espacialidade dos próprios homens**. Espaço e tempo, considerados aqui como as categorias básicas da ciência moderna, são, na verdade, redimensionados na medida em que as sociedades se redimensionam (SANTOS, 2012, p. 23). **(grifo nosso)**.

Basicamente, o espaço (e também lugar) define a natureza da Geografia e, a partir do ponto de vista humanista, este deve ser visto e abordado também por meio dos sentimentos e ideias. Holzer (2008) aponta que:

Tuan ia mais longe ligando o tempo e o espaço a partir da noção de distância, afirmando que ambos os conceitos são orientados e estruturados pela intencionalidade do ser [...] os temas abordados eram do corpo e dos valores espaciais, do espaço mítico, da relação entre tempo e lugar, do espaço humanizado, da importância da experiência e das relações intersubjetivas na constituição dos lugares (HOLZER, 2008, p. 142).

Quanto às contribuições de Sauer (1996) para as definições de espaço no contexto da Geografia humanista e cultural, o autor considera as questões do mundo vivido como ponto de partida para uma análise dentro da perspectiva geográfica,

segundo o qual cada indivíduo atua separadamente no processo de significação, pressuposto ligado às noções de que espaço e tempo podem ser interpretados ainda como “experiências sensoriais” quando consideramos o sujeito no espaço.

Sob esta ótica, de significação relacionada à noção de espaço, Santos (2002) defende que:

[...] a categoria “espaço” tornou-se tão rica de significados que fica mais e mais difícil dizer qual deles (geralmente expressos na forma de pré-noções) expressa claramente nosso pensamento. [...] o jogo simbólico que construímos na nossa relação com o mundo (e, nesse mundo, devemos encontrar, entre outros, a nós mesmos) permitiu-nos construir um mundo específico para o próprio simbólico (onde os idealismos de todas as matrizes e tempos são exemplos mais que consistentes). Antropomorfizamos o mundo sem perder a noção da alteridade e o ato do pensar tornou-se, nesse processo, ele mesmo alteridade (SANTOS, 2002, p. 27).

Desta forma, criando uma “ponte” entre espaço e lugar, tem-se a contribuição de Suertegaray (1999), para o qual o espaço, por ser algo vivido, torna-se algo “experienciado”, onde, por fim, tem-se o conceito de lugar como centro de significado, assim, os espaços são inter-relacionais, possuindo dimensões naturais, sociais e culturais.

Sendo assim, a afirmação de Tuan sobre o espaço ganha significado, visto que, para ele, os lugares possuem experiências individuais e coletivas que constroem valores e referências ao espaço, desse modo, uma relação do sujeito com os lugares que não é apenas necessária, e sim inevitáveis (SAUER, 1996).

Nesse momento, o espaço e o lugar passam a conceitos chave para a Geografia. E é na geografia humanista e cultural que o espaço é discutido efetivamente como vivido, valorizando as experiências pessoais de um grupo sobre determinado tempo e local. Os sentimentos e evidências sensoriais estão envolvidos neste debate, há concepção sobre espaço sagrado, proibido e permitido. Tuan discute os sentimentos espaciais, basicamente a ideia de grupos sobre o espaço a partir da experiência e sua ligação e noção de pertencimento que diz respeito a lugar.

Passando para “lugar” no contexto atual, ele consiste em algo fundamental nos estudos geográficos, no entanto, apesar de tal importância, só recebe destaque por volta de 1980. Torna-se importante salientar que, durante o período da Geografia clássica, o conceito era abordado como definição para a própria ciência geográfica. La Blache defendia que a Geografia seria, portanto, uma ciência com foco nos lugares

(HOLZER, 1999).

No entanto, ao refletir sobre o lugar, este pode ser interpretado como uma manifestação social. Outro ponto interessante se baseia em determinar o lugar como algo temporal, construído e vivido considerando o contexto histórico, e autores como Carlos (2007) o definem como algo que abre diferentes perspectivas:

O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis (CARLOS, 2007, p. 52).

Isto é, o lugar pode ter múltiplos significados, pode ser local de existência e coexistência, nele cabem sensações, como afetividade, ou se mostrar de modo inverso, de forma cruel e perversa, mas, de qualquer forma, o lugar é considerado um espaço apropriado (SOUZA, 1997).

Concorda com este pressuposto Yi-Fu Tuan (1983), apud Santos (1996). O autor defende que o lugar possui sentido de identidade e pertencimento, e cada objeto num dado local possui afetividade e sua própria história para o sujeito, o lugar seria, portanto, um espaço vivido dotado de valores.

Sendo assim, Moreira e Hespanhol (2007) destacam que:

O lugar seria o centro de valores indispensáveis para a nossa identidade. O lar, por exemplo, expressa a relação do indivíduo com seu lugar. Todavia, o lar é mais amplo que o objeto - casa. Essa relação entre a percepção de lar, o objeto casa e como a casa aparece em nossa consciência (valores, bem-estar, significados) é o que se chama de princípio de intencionalidade ou a intencionalidade da consciência (MOREIRA E HESPANHOL, 2007, p. 52).

Além disso, conforme aponta Santos (1996), o lugar pode ser interpretado/entendido como cotidiano ambiente de interação social, em que os sujeitos se organizam e se relacionam, ademais, os lugares afetam a existência social por alguns se tornarem especializados. O lugar ainda pode organizar um espaço para receber interações externas e internas, ele, portanto, seria algo real, podendo tanto incluir como excluir.

Neste sentido, Moreira e Hespanhol (2007) defendem que:

A apreensão teórica do lugar enquanto um espaço vivido e uma construção socioespacial vêm ao encontro das reflexões sobre os bairros rurais e as mudanças (sociais, econômicas, culturais e políticas) que ocorrem em seu interior, sobretudo em virtude do crescimento das atividades sem vínculos agrícolas. Compreender o lugar é considerá-lo não como uma soma de objetos, mas como um sistema de relações (subjetivo-objetivo, aparência-essência, mediato- imediato, real e simbólico). Desse modo, nos bairros rurais é possível presenciar os pares

dialéticos, o novo e o velho, o tradicional e o moderno, o exógeno e o endógeno, enfim, as mudanças e as permanências (MOREIRA e HESPANHOL, 2007, p. 49).

Destarte, o lugar poderia ser considerado como base da reprodução social, pois, este é o lócus dos acontecimentos sensíveis e concretos, este fato deve-se ao lugarpossuir característica de espaço vivido. Logo, a partir do ponto em que o homem escolhe um local apropriável para viver, aquele espaço passa a ter significado social para o sujeito (CARLOS, 1996).

E, para contextualizar o lugar nesta ótica, Moreira e Hespanhol (2007) destacam que:

Quando se propõe contextualizar sobre o lugar, vem à tona abordar a memória do indivíduo em relação ao lugar. Isso porque a memória traz a possibilidade de resgatar o lugar. O bairro se coloca como lugar da reprodução da vida imediata, seja da ordem próxima ou distante (MOREIRA; HESPANHOL, 2007, p. 55).

Rodrigues (2015, p.5036) concorda com o exposto, defendendo que “o lugar é visto como o locus do sujeito que o constrói, ao mesmo tempo em que constitui a si mesmo se relacionando com o mundo e com a coletividade social”.

Em virtude disto, o espaço, para esta pesquisa, assume caráter de algo “possuído” de caráter histórico-social, cercado de significância imaterial por aqueles que o produzem e reproduzem, tomando-o para si e constituindo seu(s) lugar(es) de existência, de ser indivíduo/sociedade.

#### 2.1.2 O espaço geográfico, o espaço urbano e a territorialidade excluída

O espaço geográfico, para Moreira (2009), pode ser entendido como a relação do homem com o meio, em precisão, o autor destaca que:

O espaço geográfico é a materialidade do processo do trabalho. É a relação homem-meio na sua expressão historicamente concreta. É a natureza, mas a natureza em seu vaivém dialético: ora a primeira natureza que se transforma em segunda, ora mais adiante a segunda que reverte em primeira, para mais além voltar a ser segunda. É a história em seu devir perpétuo. História na sua expressão concreta de dada sociedade. E espaço como resultante/determinante dessas relações [...] (MOREIRA, 2009, p. 49).

No entanto, como mencionado pelo autor, o espaço geográfico também possui dimensão histórica, neste sentido, o mesmo autor dispõe acerca de espaço no tempo, apontando que:

Produto histórico e tendo, por conseguinte um conteúdo histórico, o espaço é, assim, a própria sociedade. Não é, então, o lugar onde a

sociedade se aloja, como uma cidade encravada no fundo de um vale, uma vez que a história dos homens ocorre na superfície da Terra. Também não é como um reflexo da sociedade e da história. Não é receptáculo ou espelho. O espaço é a sociedade pelo simples fato de que os homens produzem sua existência produzindo o espaço. É a sociedade porque é condição de existência dos homens na história (MOREIRA, 2009, p. 51).

Analisando a afirmação, o espaço geográfico pode ser interpretado como aquilo que foi apropriado e transformado pelas atividades humanas. Sendo assim, o espaço (bem como o espaço urbano), sob a ótica do espaço geográfico, pode ser entendido como ambiente das reproduções, ou seja, é ali onde as manifestações sociais ocorrem de modo distinto e esta produção se dá por meio das interações cotidianas do homem com o espaço, onde ele se encontra inserido, como a cidade (SANTOS, 1994).

Nesse contexto de produção social e também histórica do espaço e os processos de produção e reprodução podem se encontrar de modo articulado: a produção refere-se ao específico, já a reprodução transmite ideia de divisão do trabalho, deste modo, produção e reprodução do espaço urbano possuem relações íntimas com o capital e, em consequência disto, a apropriação do urbano (LEITE, 2012).

Corrêa (1989) aborda o espaço urbano dizendo que:

O espaço urbano aparece, num primeiro momento de sua apreensão, como um espaço fragmentado, caracterizado pela justaposição de diferentes paisagens e usos da terra. Na grande cidade capitalista estas paisagens e usos originam um rico mosaico urbano constituído pelo núcleo central, a zona periférica do centro, áreas industriais, sub-centros terciários, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo, como as favelas e os condomínios exclusivos, áreas de lazer e, entre outras, aquelas submetidas a especulação visando futura expansão. O arranjo espacial da fragmentação pode variar, mas ela é inevitável (CORRÊA, 1989, p. 14).

Neste sentido, deve-se considerar a malha urbana como, de fato, o espaço urbano, interpretado assim como qualquer outro objeto de estudo como um “paradigma de consenso ou de conflito” conforme expôs Corrêa (1989, p.01). Assim, o arranjo de interações sociais que constroem a cidade compreende o espaço urbano que pode ser fragmentado.

Neste sentido, o autor defende que esta fragmentação espacial ocorre em decorrência da ação dos sujeitos que modelam o espaço, produzem e consomem o urbano, e, mais que isso, o espaço urbano é reflexo tanto dos agentes modeladores do presente quanto do passado.

E este pressuposto não ocorre de modo homogêneo. Corrêa (1989) defende que:

[...] Em primeiro lugar, o espaço urbano capitalista, é profundamente desigual: a desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista, refletindo, de um lado, a desigualdade social expressa no acesso desigual aos recursos básicos da vida, de outro, as diferenças locacionais das diversas atividades que se realizam na cidade. Em segundo lugar, ressalta-se que por ser reflexo social e porque a sociedade apresenta dinamismo, o espaço urbano é também mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados. Mas é preciso considerar que a cada transformação o espaço urbano se mantém desigual, ainda que as formas espaciais e o arranjo delas tenham sido alteradas. Mantém-se, ainda, fragmentado e articulado (CORRÊA, 1989, p.16).

O mesmo autor supramencionado ainda define o espaço urbano como um ambiente que possui diferentes usos em estado fragmentado, para o mesmo:

Em termos gerais, o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado. Eis o que é espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais (CORRÊA, 1989, p. 01).

O espaço urbano, em outras palavras, pode ser entendido como local de disputa e, por não apresentar consciência (não é um organismo), não possui decisão individual, tampouco impõe condições quanto a uso. Assim, adquire feições e estruturas de forma passiva em vista de quem o detém, pois a produção do espaço e a sua organização consiste em produto das relações socioeconômicas que ocorrem (CARLOS, 1982). A mesma autora, ainda, aponta que o espaço urbano é algo social e sua construção, além de envolver o capital, ainda o reproduz, criando espaço para divergências entre classes sociais. Para a autora:

O processo de urbanização é um processo de reprodução de capital [...] este processo se materializa na cidade, uma vez que a cidade viabiliza as condições de produção. O urbano é o lugar particular onde se realiza a reprodução ampliada da força de trabalho nas condições de quantidade e qualidade requeridas pelo avanço da divisão social do trabalho [...] A cidade é ainda, um campo privilegiado das lutas de classe, pois se por um lado o espaço urbano é cada vez mais socializado (tanto no que se refere ao potencial de expansão, quanto no que se refere a sua produção), por outro lado a sua apropriação geral é privada (CARLOS, 1982, p. 111).

No que diz respeito ao espaço e às lutas de classes, Moreira (2009) define que,

por ser estruturada em classes a sociedade, cada qual se organiza em seu espaço particular, seu espaço próprio, e há relações entre elas exprimindo a ideia de “força”.

Desta feita, analisando todos os pressupostos no que diz respeito ao espaço urbano, este pode ser entendido (e foi considerado nesta pesquisa) como o resultado de diferentes relações que se manifestam no espaço e as lutas de classes fragmentam o espaço e criam condições para embates sociais relacionados ao capital.

Neste estudo, a categoria do "espaço" desempenha um papel crucial na análise e compreensão do desenvolvimento do espaço urbano a partir da perspectiva da geografia crítica. No âmbito desse contexto, o conceito de espaço vai além de uma mera delimitação física ou geográfica, sendo considerado como uma construção social, permeada por relações de poder, desigualdades sociais, processos de dominação e exclusão no contexto urbano. A utilização dessa categoria, nesse sentido, permite fundamentar a compreensão das interações e desafia a visão neutra que ela pode apresentar, promovendo uma compreensão mais aprofundada de como as estruturas econômicas, políticas e sociais se manifestam e se reproduzem na configuração urbana. Dessa forma, é possível realizar uma análise abrangente sobre como as políticas públicas, as práticas de planejamento urbano, o mercado imobiliário e outros atores influenciam a produção do espaço urbano, muitas vezes contribuem para a perpetuação das desigualdades sociais. Portanto, ao associar a categoria do espaço ao conceito de lugar, entendido como o *lócus* de pertencimento individual, cria-se uma base adequada para além de questionar as estruturas de poder presentes na cidade permite a compreensão da função da terra destinada à habitação, assim como a relação existente entre os moradores e as áreas periféricas.

Assim, evidenciam-se as territorialidades, que podem ser interpretadas como ambientes idealizados pelo homem em razão do interesse pelo acúmulo de capital. Nelas, os indivíduos encontram-se sujeitos a um conjunto de normas diversas (explicando, desta forma, as territorialidades legais e as excluídas). Além de não se referirem ao singular, existem, em todas elas, relações de poder não disponíveis a todos, em especial, a quem vende sua força de trabalho, mas atinentes a quem domina as camadas sociais. Desta forma, num mesmo espaço urbano, podem-se verificar territórios à margem da centralidade por serem espaços destinados ao proletariado em que, curiosamente, são os imigrantes os principais responsáveis pela produção e reprodução do capital (ALBAGLI, 2004).

Assim, as urbanidades amazônicas apresentam semelhanças físicas e sociais

considerando a forma como se desenvolveram. Obviamente, a exclusão da centralidade urbana fomenta a existência da territorialidade excluída (entendida na forma de segregação imposta), visto que grupo de pessoas de baixo poder aquisitivo é forçado a ocupar espaços periféricos. Todavia, quanto maior for a separação de classes em virtude da fragmentação urbana, mais visível a dependência entre as camadas sociais que compõem a urbanidade, visto que os ocupantes das áreas centrais necessitam do segregado para cumprir funções específicas na centralidade da urbe, enquanto o vulnerável economicamente busca por sustento e permanece subalterno aos interesses alheios. Ademais, o Estado (agente regulamentador do acesso à terra) permite esse cenário ao manter neutralidade e/ou privilegiar os proprietários, os especuladores ou a classe abastada no que diz respeito ao mercado fundiário (MOREIRA JÚNIOR, 2010).

Partindo disso, Oliveira e Oliveira (2017) apresenta que:

[...] ao destinar áreas afastadas da cidade para a construção de conjuntos habitacionais, destinados para a classe pobre, não dispendo de infraestrutura e serviços públicos de qualidade, promove a segregação induzida dessa classe, que por não terem escolha do local de moradia, passam a ter uma série de restrições no uso da cidade, seja por questões de deslocamentos, por conta da ineficiência do transporte público, ou até mesmo por fatores econômicos (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2017, p. 179).

Portanto, o uso do termo territorialidade excluída é o mais adequado para referir-se ao Loteamento Moradia Bela Vista devido a sua condição de vulnerabilidade socioeconômica e posição no espaço em relação à cidade de Colíder.

### 2.1.3 O capital, o trabalho e a territorialidade: discussões para compreensão da fragmentação urbana no contexto amazônico

Antes de tecer comentários sobre o capital na contemporaneidade, é importante discutir seu momento de origem, sua gênese (ao menos brevemente), para só, então, apresentá-lo em seu estágio atual enquanto condicionante para a fragmentação do espaço urbano, pois o que ele possibilita em seu início imediato se reflete na atualidade, visto que se verifica a permanência das mesmas características, daí que as problemáticas observadas no estudo são tão antigas quanto o próprio capital. Esse aspecto histórico se refere ao esgotamento do sistema feudal entre o fim dos séculos XIV e início do século XV, momento em que se criaram possibilidades para que o capitalismo se enraizasse como sistema dominante, transição que não se deu de modo acelerado, mas por processo lento e gradativo.

No entanto, considerando as características surgidas no sistema baseado no capital, como, por exemplo, a possibilidade de seu acúmulo, assim como a propriedade privada, condiciona-se à separação das pessoas em classes sociais, visto que não são todos que conseguem se beneficiar dele. Portanto, diante do capitalista, não constitui novidade a quantidade de capital acumulado ser fator decisivo e fundamental para definir a vida pessoal e social de um indivíduo e da própria sociedade que abarca tal sistema (IAMAMOTO, 2001).

Em vista disso, relevante destacar o que vem a ser o capital e o lucro antes de adentrar na temática das territorialidades, assim, utilizar-se do pensamento marxista de forma a manter fiel a definição destes torna-se algo de extrema relevância. Em síntese, o capital, de acordo com Marx (2013), consiste em moeda de troca e acúmulo (em análise mais simplória), todavia, em caráter mais amplo, o capital refere-se, ainda, a outros ativos, como, por exemplo, bens passíveis de aplicação visando à geração de riqueza, em que se incluem os meios de produção e as próprias propriedades. Portanto, nesse contexto, para realizar o acúmulo de capital, as classes dominantes se utilizam da exploração econômica, assim, tem-se a mais-valia (que, para Marx, pode ser obtida de duas formas), a qual representa a diferença entre o salário ganho pelo proletariado frente ao valor produzido pelo trabalho, para a burguesia, entendido como a renda. A primeira forma de obtenção de mais-valia relaciona-se ao prolongamento do tempo de trabalho, notoriamente, quem controla as horas empenhadas em funções é a burguesia, ou seja, o tempo empreendido pelo proletário vai além do que seria necessário para a sua subsistência. Essa prática, claramente, visa unicamente à obtenção de lucros, método que Karl Marx define como mais-valia absoluta. Já a segunda forma de obter o lucro é definida como mais-valia relativa, na qual as horas trabalhadas não são alteradas (porém, isto não significa um olhar humanizador para o trabalho), cujas mudanças no método estão nas técnicas empregadas visando a aumentar a produtividade, como, por exemplo, o emprego de máquinas e a organização operária de forma mais eficiente num espaço produtivo, isto é, aumenta-se a produtividade num tempo menor, fazendo a extração da mais-valia aumentada pelo fato de o trabalhador produzir mais ganhando o mínimo (MARX, 2013).

Outro elemento importante na questão do lucro é a acumulação primitiva, cujo pressuposto Marx e Engels (2019) explicam:

Foi provado que a apropriação do trabalho não pago era a forma fundamental da produção capitalista e da exploração dos operários que é dela inseparável; que o capitalista, mesmo quando compra a força-

trabalho do operário pelo preço máximo a que essa força atingiu como mercadoria oferecida no mercado, ainda nesse caso, dela tira valor maior do que o que pagou para adquiri-la; e que esta mais-valia, afinal, é que serve para formar a massa do capital sempre crescente, acumulada nas mãos das classes dominantes. (MARX; ENGELS, 2019, p. 14).

Portanto, o capital encontra-se não só preexiste ao trabalho, mas também subordinado a ele, pois a força produtiva que possibilita o acúmulo (o trabalho) aparece como força do capital, porém não feita pela classe que o detém, conforme visto nas duas formas de obtenção de mais-valia. Assim, o poder emana dos trabalhadores, contudo, a classe pobre não se movimenta visando a uma equiparação e/ou ganhos justos, ou seja, o capital, para este estudo, é um dos agentes que constroem o espaço urbano de forma predatória (DIAS, 1998).

Assim, a forma como as classes se relaciona com o capital na construção do espaço urbano afigura-se o modo como a mais valia funciona. O proletário vende sua força de trabalho e recebe por isto (não de forma justa como visto), ou seja, em virtude de sua situação de necessidade, ao pobre cabe a permanência no sistema. Verifica-se, nesse sentido, a dominação de uma classe frente à outra, por isso, o capital é visto como agente predatório, como se constata no contexto das cidades modernas (nas quais se incluem as urbanidades amazônicas) e, inclusive, na territorialidade, alvo deste estudo, pois ocorre nestas subordinações de indivíduos a interesses de terceiros controladores dos meios de produção na urbanidade, justificando, portanto, a profissão adotada por eles, discutida e apresentada em momento oportuno.

Assim, no contexto das cidades capitalistas, existe sede de disponibilização de indivíduos voltados para o trabalho, conforme expõe Fontes (2008), cujos detentores do capital não veem a ascensão social como vantajosa a seus interesses, alhures, a sede citada é inesgotável. Logo, para o capital, é interessante a desigualdade e a subordinação a fim de que o sistema continue existindo. Refere-se, portanto, ao ponto de dominação capitalista e, a par disso, considerando as cidades capitalistas da fronteira amazônica, observa-se a necessidade de manutenção de espaços periféricos desprovidos de suporte e/ou infraestrutura, o que cria condições para essas pessoas permanecerem exercendo sua função dentro do sistema.

Denota-se, dentro do sistema vigente, que o capital preexiste ao trabalho e, por meio dele, a obtenção de renda, daí que a força de trabalho é vista como mercadoria como outra qualquer, com valor determinado pela quantidade de trabalho despendido na execução/produção de bem rentável.

Notoriamente, o valor refere-se aos salários, porém, mesmo com variações, os ganhos sempre são para subsistência dos trabalhadores, pois, independentemente da ação e/ou intensidade da atividade, o capitalismo funciona pela exploração e assim a burguesia se beneficia (ANTUNES, 1999). Portanto, esperar que a classe pobre, que sofre com baixos ganhos e habita em áreas periféricas da cidade, mude sua situação de vida unicamente pelo trabalho é irreal.

As relações que exprimem desigualdade fomentada pelo capitalismo e o trabalho como mercadoria, abordadas por Marx, são apresentadas e discutidas por Dias (1998):

Marx, ao examinar o capitalismo, mostrou como as relações de desigualdade estrutural entre pessoas aparecem como meras relações entre coisas. O fetichismo da mercadoria demonstra como a relação mercantil oculta, no mais simples ato produtivo, a estruturação do poder, a presença das classes e sua organização/desigualdade estrutural. Tudo se passa como se houvesse uma troca entre mercadorias. A estruturação e a expropriação do sobretrabalho, com todo o seu cortejo de dominação e subalternidade, “desaparece”, some na poeira da estrada. O capitalismo constituiu-se como o “horizonte ideológico da sociedade” e o fez através do processo de fetichização próprio às relações mercantis. Os trabalhadores foram e estão sendo permanentemente transformados em sujeitos abstratos de uma cidadania e de uma institucionalidade que os negam. Para seus teóricos e práticos o capitalismo aparece sempre como o fim da história, plena realização da espécie humana, negação da existência das classes antagônicas. Para eles os antagonismos são coisa do passado. Capital e trabalho são parceiros ativos. Essa aparência tem o poder de colocar o conjunto das classes subalternas na defensiva (DIAS, 1998, p.05).

Estando, portanto, o trabalho atrelado ao capital, esse comportamento humano é a principal característica que o distingue dos demais seres terrestres, pois, o trabalho humano (este motor do capital) possui formas e altera territórios, curvando-os a formas úteis à própria existência humana, conforme Marx e Engels (2019):

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material (MARX; ENGELS, 2019, p.10).

Já com o sistema capitalista estabelecido como dominante (dada a quantidade de países adeptos a ele), antes de entender o capital como um dos agentes produtores do espaço urbano das cidades amazônicas dos séculos XX e XXI, tem-se que lembrar que classes sociais antagônicas sempre estiveram alinhadas ao sistema (e basicamente nasceram com ele). No entanto, além disto, é importante destacar que,

em países capitalistas desenvolvidos, observa-se uma desproletarização do trabalho, isto é, parte do trabalho industrial fabril se reduziu em decorrência das modernas formas de produção, que dispensam mão de obra assalariada. Verifica-se, portanto, o predomínio da exploração da mais-valia relativa. No entanto, no caso dos países emergentes (como o Brasil), em especial nas urbanidades amazônicas, observa-se a atuação da mais-valia absoluta (IAMAMOTO, 2001).

Sabendo disso, resta dizer que as pessoas que vivem numa vulnerabilidade econômica (incluindo a periferia urbana das cidades amazônicas), não estão nessa situação por conta de suas próprias ações e/ou falta de entusiasmo em desenvolver atividades que lhes possibilitem sair dela. Em realidade, a condição socioeconômica atual resulta de um sistema desigual que interpreta o ser humano como mercadoria a ser aproveitada. Assim, ao tecer considerações sobre capital e trabalho, resta discutir o campo de atuação das territorialidades, mas, antes disso, o debate sobre a categoria território também é necessário.

Em síntese, numa abordagem do conceito de território mais crua e abrangente, ao menos no contexto dos países ocidentais, pode-se definir essa categoria como a base física de um Estado soberano, onde se podem incluir, além dos limites físicos de terras emersas, as águas oceânicas e o espaço aéreo sob suas jurisdições, porém, sabe-se que a categoria apresenta diferentes dimensões. Assim, considerando-se que as territorialidades urbanas não possuem grandes extensões como as citadas, neste estudo, o conceito de território e territorialidade alinha-se às concepções de território da geografia urbana e, para tal, não há possibilidade de dissociar a categoria em questão das concepções já abordadas de espaço e lugar.

Além disto, deve-se ter em mente que essa categoria pode ter faces distintas (isto já dentro da geografia urbana), conforme explica Haesbaert (1998), cuja primeira delas consiste em o território ser como um espaço apropriado, porém de caráter material (cujos limites podem ser vistos), enquanto a segunda face refere-se àquela apropriação simbólica produzida socialmente, isto é, a um espaço que ganha identidade em razão de indivíduos que o produziram. Assim, por possuir dupla dimensão, deve ser analisado por seu caráter material e imaterial (em constante alteração), para ganhar validade concreta (como se discute adiante com a territorialidade que norteia a pesquisa).

Dadas as alterações que ocorrem nele, Silva (2000) debate sobre e valida as arguições realizadas por Haesbaert:

As relações sociais que produzem o espaço urbano não resultam apenas em formas materiais e funcionais que sustentam o processo de produção capitalista. Elas também são marcadas pelos códigos e símbolos que se constroem na vida cotidiana e que estabelecem um sentido particular no processo de produção da cidade (SILVA, 2000, p.09).

Portanto, de imediato, é correto dizer que o espaço alvo do estudo identificado na figura 01 possui limites físicos, ou seja, observa-se a primeira face do território, e suas dimensões abstratas ligadas àqueles indivíduos que nele residem e lhe deram identidade singular também foram consideradas, verifica-se, portanto, a segunda face do território. De momento, prendendo-se à categoria, às considerações e às definições para o espaço sob um olhar geográfico, torna-se de fundamental importância associá-lo à noção de territorialidade, visto que esta categoria encontra-se alinhada com a cidade fragmentada, pois cada centralidade e periferias carregam características próprias e, nelas, há grupos predominantes, que dão sentido e valor a esses ambientes, portanto, ambas as categorias podem, juntas, explicar a realidade; Por exemplo, se um território refere-se a um espaço apropriado por um autor (e/ou grupo de indivíduos), que passa a exercer relações de poder e simbolismo em diferentes dimensões com o território apropriado, tem-se uma territorialidade carregada de abstrações, assim como o lugar (ALBAGLI, 2004).

Naturalmente, conforme explica Albagli (2004), cada territorialidade afigura-se fruto da intervenção do capital, isto sob o ponto de vista das cidades capitalistas, nesse aspecto, as do contexto amazônico não são vistas como exceção. Isto é, cada territorialidade é um produto da reprodução do capital (por meio da exploração da mais valia), portanto, as características físicas dos espaços urbanos dependem do grau de acúmulo de capital dos indivíduos que neles habitam, e, ainda, é certo que estes não são limitados pelas suas dimensões físicas, pois a área de influência do capital independe de limites concretos. Além do supramencionado, deve-se ter em mente que os territórios se projetam no presente, porém foram construídos em diferentes contextos históricos e possuem diferentes escalas (como visto), portanto, no contexto das cidades fragmentadas, as territorialidades excluídas (isto é, as que não estão de acordo com o mercado de terras) têm diferentes perspectivas e/ou significados dependendo de como se analisa cada contexto.

Portanto, neste debate, a noção de territorialidade mostra-se crucial para compreender o espaço alvo de estudo, pois categorias como esta são indispensáveis para estudos sociais, pois os comportamentos e as características humanas gerais

(como a cidade fragmentada, o trabalho e o capital) devem ser analisados dentro de seus espaços de atuação.

Desta maneira, o espaço especifica essas relações entre os indivíduos e o espaço (compartilhado e/ou explorado), logo, nessa conjuntura, convém se referir a ele como espaço pessoal. Assim, mesmo que existam diferentes territorialidades dentro de um espaço urbano, por exemplo, estas estão sujeitas a um mesmo conjunto de leis, regras e/ou normas que as regem, entende-se, aí, a necessidade de trabalhar também o Estado como agente produtor do espaço urbano e, como consequência disso, as territorialidades excluídas que têm sua gênese em desacordo com a legislação local (AGAMBEN, 2009).

Assim, devem-se pensar as territorialidades como heterogêneas e, como elas estão submetidas aos interesses do capital, há uma pluralidade de simbolismo em cada uma delas (FILHO, 2005).

#### 2.1.4 Consciência social, totalidade e contradição: categorias que explicam o ser excluído

Antes de abordar a consciência social como categoria propriamente, torna-se importante discutir o que fomenta a falta dela. A classe trabalhadora teve suas ideias moldadas, afinal, nenhum sujeito nasce dotado de concepções concretas sobre o espaço. Todavia, isso se efetivou no contexto capitalista, fortemente influenciadas pela classe dominante. Assim, para explicar as razões, deve-se abordar este contexto sob a ideologia alemã, já que Marx e Engels (2007) definem o processo como natural dentro do sistema capitalista, isto é, por ter a posse dos meios de produção, a classe dominante controla indiretamente o conhecimento (não a nível acadêmico, e sim pelo contato direto com sua força de trabalho), isto fez com que seus objetivos fossem representados como os únicos pontos corretos e /ou ainda, universais para o bem coletivo, mas, obviamente, têm-se interesses muito particulares da classe dominante nisso, trata-se, portanto, de um controle de massa fomentado por interesses capitalistas.

Assim sendo, é correto dizer que os trabalhadores não vivem para atender seus próprios interesses, objetivos e relações. Por conseguinte, a primeira ideia de consciência social que a classe trabalhadora tem (erroneamente) é aquela compartilhada com a burguesia. Contudo, conforme explica Gramsci (1999), não espanta o proletário defender interesses que não o atendem de imediato, pois o

que ocorre é um desconhecimento sobre sua identidade e se criam, assim, contradições no momento da construção da própria consciência. Verifica-se um risco nessa condição social, pois cada classe deveria possuir interesses heterogêneos (de forma a atender suas necessidades particulares), porém, como há uma dominação de consciência coletiva por parte de uma classe, torna-se contraditório para outra delas uma concepção própria das relações sociais existentes (na qual se inclui a autocompreensão do explorado apoiar ideias dos exploradores). Sendo assim, é de suma importância que o indivíduo adote (principalmente aquele em situação de vulnerabilidade social) uma visão de sujeito concreto, dono e protagonista de sua história. E, para isso, apresenta-se como necessária uma análise sobre suas relações atuais, conforme Adorno (1978), o qual expõe que a negação de suas capacidades faz do sujeito excluído mero espectador de consequências produzidas por ele e para ele, porém pelas ideias, noções e razões erradas. O autor reforça, portanto, que o homem é reflexo imediato de suas ações na sociedade, determinadas pelas condições criadas em seu espaço de vivência (que contempla a moradia e o trabalho), assim, cabe a ele decidir ser ativo ou passivo.

Considerando o mencionado, Aguiar (2000) complementa:

[...] parece ser mais adequado a postulação de uma condição humana, na medida em que ela se refere a um homem que constrói sua existência a partir de uma ação sobre a realidade, com o objetivo de satisfazer suas necessidades. É, pois, por meio da ação significada no mundo que o homem vai não só transformar a realidade objetiva em realidade humana como também criar suas próprias condições de existência, transformando-se a si próprio. Homem e sociedade vivem, portanto, uma relação de mediação, em que cada polo expressa e contém o outro, sem que nenhum deles se dilua no outro ou perca sua singularidade (AGUIAR, 2000, p.127).

Desta forma, sabendo do potencial protagonismo do indivíduo, é necessário fomentar este "descolamento" de potencialidades. Urge frisar, ainda, que o proletário não está à parte da sociedade ou de um grupo isolado, ele, conforme explica Martins (1998), dentro do pensamento marxista, é parte de um todo, portanto, a consciência social que tanto se almeja deve ser entendida em sua totalidade para surtir efeito na classe como um todo. Isto explica a razão de alguns na classe trabalhadora entenderem as contradições envolvendo o capital e o trabalho, porém, reflexões na forma de vida não são latentes, pois, para mudanças de fato ocorrerem, necessita-se de uma comoção social maior, ou seja, que toda a classe mais pobre da população tenha consciência de que é vista como peça substituível dentro do sistema capitalista,

onde não há interesse, por parte dos detentores dos meios de produção, em justiça social.

Em síntese, Offe (1989) defende que a permanência de pessoas na condição de proletário não é um poder de escolha, e sim algo necessário para que as classes dominantes sigam acumulando. Portanto, o capitalismo amarra (de forma abstrata) a classe trabalhadora em sua função, está-se diante, por conseguinte, de uma dominação. Sabendo disto, a consciência social deve ganhar ênfase para que a própria classe saiba sua real situação e como ela é utilizada dentro do setor produtivo. Somente com a adoção de autorreconhecimento resolve-se um dos problemas centrais da periferia urbana, a consciência situacional.

Assim, categorias como totalidade e contradição são coerentes com o que a pesquisa tem como objetivos, pois, conforme explica Carlos (2011), novas categorias de análise aplicadas a questões sociais (onde se incluem o trabalho e o capital) se impõem de tal maneira que as relações sociais passam a ser compreendidas concretamente.

Daí, portanto, a necessidade de se verificar, ainda, a categoria de totalidade (para entender a condição social enquanto pesquisador), vistas as ligações que se criaram. Acerca desse pressuposto, o autor explica que:

É uma orientação que pressupõe uma concepção de totalidade [...] que assegura ao pesquisador a descoberta e a compreensão dos nexos visíveis e invisíveis que tecem a realidade social. [...]. É o que dá uma extrema riqueza de interpretação da realidade social [...]. Nessa [...], o homem não é um fragmento, um detalhe, um acidente, um instrumento de processos objetivos que o dominam e subjugam. Ele é um agente de seu próprio destino e, ao mesmo tempo sujeito dotado de consciência e de vontade (MARTINS, 1998, p.14).

Portanto, torna-se crucial desenvolver argumentos sobre a contradição, sobretudo pensando a dialética, pois a busca pela identidade coletiva de um grupo é um dos focos da pesquisa, está se mostra ideal para distinguir diferenças num cenário de difícil entendimento (sobretudo em temas complexos cuja conciliação parece dificultosa, como, por exemplo, o capital e as relações sociais). Contudo, por mais que o termo passe a ideia de contraposições, ele é mais que isso, visto que, no percurso dialético, ocorrem relações/conectivos entre os “contrários”, isto é possível por meio da categoria (contradição) entender a dimensão do contrário daquilo que se estuda. Portanto, conhecendo o proletário em seu local de vivência, entendem-se os que controlam os meios de produção e não de forma superficial, mas detalhada (NETO,

2011).

Logo, a categoria explica concretamente as contradições existentes na realidade, de modo aprofundado, de tal forma que é possível desmistificar situações e informações duvidosas difundidas como verdadeiras no cenário social. No contexto das cidades capitalistas amazônicas, onde a relação do trabalho e do capital também é observada com atenção, a contradição mostra-se o caminho para analisar a formação social e a alienação do proletariado (LUKÁCS, 2007).

Desta forma, para encontrar a contradição dando ênfase na vida daquele que vive em situação de vulnerabilidade econômica, tem-se que entender como este enfrenta situações diversas ao longo de seu processo de formação, obviamente, como visto, é uma interferência na forma de pensar do proletário, contudo, a individualidade condiciona a existência de alternativas baseadas em escolhas que estas pessoas podem fazer. Conforme Lukács (2007) defende, no contexto histórico de formação de uma sociedade, há um campo de possibilidades que refletirá em suas condições atuais. Em caráter mais simples, mesmo estando influenciado pela burguesia, o proletariado tem escolhas (obviamente dentro daquilo que o mantém como subordinado), por exemplo, este pode aceitar as áreas periféricas da urbe ou habitar espaços distantes da centralidade e do mercado legal de terras, tem-se, aí, poder da escolha. Obviamente não são escolhas saudáveis, tampouco justas, considerando seu empoderamento, mas há a construção do espaço ao longo do tempo fomentado por decisões precarizadas.

## **2.2 A terra como mercadoria: o mercado fundiário (o capital) e a ação do Estado**

A cidade tem suas formas, estruturas e funções, no entanto, os indivíduos que nela vivem, aparentemente, se interessam em suprir suas necessidades individuais e isto só pode ser feito se a condição social for adequada, do contrário, financeiramente estando longe daquilo que deseja e merece, o indivíduo se encontra à mercê dos interesses e imposições alheios, como o mercado de terra e o Estado (LEFEBVRE, 2016).

E, nas cidades brasileiras, o processo de urbanização é desigual, cuja produção do espaço urbano não considera as condições particulares de todos os envolvidos na produção do espaço urbano (DUMONT, 2014).

Neste sentido, o autor supracitado aponta que a cidade pode ser entendida como um local de disputas (servindo aos moldes do capitalismo) em constante

construção e desconstrução. Desse modo, áreas outrora ocupadas por uma população economicamente vulnerável passam a ser habitadas por outras, de acordo com a condição imposta pela especulação imobiliária e/ou ação do Estado, que atua como agente regulador do acesso à terra, e a ação dos detentores da terra urbana representa um obstáculo aos direitos sociais, como a habitação, pois se observam, em muitos casos, investimentos públicos destinados ao mercado imobiliário desconsiderando a população carente por serviços básicos. Isto é, ocorre renovação urbana condicionada por diferentes produtores do espaço urbano, que pode fazer com que passe a ser ocupado por pessoas de status diferente das já ali fixadas, a denominada invasão-sucessão (CORRÊA. 1997).

Neste contexto, as áreas excluídas das urbanidades têm a ver com a própria questão das residências, pois, conforme as cidades vão se desenvolvendo, existe uma propensão de pessoas que se encontram na mesma situação econômica passarem a habitar espaços com outros indivíduos em condição semelhante, distanciando-se, assim, de quem ocupa outras posições sociais. Notoriamente, tem-se, aí, o início das segregações e exclusões urbanas, dada a concentração de pessoas de determinado poder econômico pela ação da invasão-sucessão.

Além do pressuposto, Corrêa (1997) também dispõe que esse fenômeno é esperado dentro de uma sociedade capitalista, visto que o espaço urbano à mercê dos interesses do capital é passível de constantes mudanças e, em decorrência disso; ocorre um condicionamento social daqueles que vivem em partes da cidade. Isto é, o presente reflete diretamente, em suas características, ações do próprio presente e do passado motivadas pelo acúmulo.

Sendo assim, dentro de uma mesma urbanidade existe o espaço legal (dotado de planejamento, padrões pré-estabelecidos e infraestrutura adequada a uma boa condição de vida) e o ilegal (lugar sem planejamento e infraestrutura básica), e cada local destes reflete na estrutura física as condições dos habitantes que nelas residem, existindo, na cidade, formas desiguais. Tal situação ocorre não porque o Estado não seja onipotente e onipresente, mas porque o Estado é capitalista e segue os interesses das classes dominantes que manipulam a urbanidade a seus interesses.

Sobre essas formas desiguais, Dumont (2014), ainda, destaca que:

[...] Numa mesma cidade, o ritmo de transformações decorrentes do crescimento urbano pode gerar formas desiguais de uso e organização do seu espaço. Tal estruturação se dá sob a ação do conflito de classes em torno de vantagens e desvantagens do espaço urbano, sob a segregação socioespacial da cidade, sob a junção entre força de

produção e reprodução da força de trabalho (DUMONT, 2014, p. 132).

Neste sentido, Suriano e Reschilian (2012) confirmam tal premissa, apontando que, na sociedade urbana, constatam-se situações em que elementos naturais são postos como comercializáveis aos homens, portanto, observa-se a terra tomada como mercadoria à mercê do capital.

Assim, entender como se efetiva o acesso a terra é algo de extrema valia, conforme explicam Suriano e Reschilian (2012) destacando que:

É preciso entender porque o papel da aquisição da terra, do processo de urbanização e da industrialização é tão importante, para que se possa entender a forma de organização do território. E, derivado desse processo em escala global, perceber como esses elementos foram fundamentais para a configuração, em países periféricos, como o Brasil, do padrão de urbanização que consagrou a lógica da segregação socioespacial que ocorreu nas cidades brasileiras (SURIANO; RESCHILIAN, 2012, p. 191).

Portanto, a terra, quando transformada em um item (como mercadoria), obtém valor à mercê do capital (variando de acordo com a infraestrutura que a cerca) e tal valor não condiz com os ganhos reais da população de baixa renda, assim, em muitos casos, por não haver opções de moradia, a ocupação de áreas periféricas ganha força e alimenta a segregação socioespacial (VILLAÇA, 1998). Logo, o acesso à moradia digna não se resume apenas na vontade, pois, no mundo capitalista, para tal, é necessário pagar e, sobre essa premissa, Sposito (1996, p. 73) aponta que “a possibilidade de acesso à moradia, por exemplo, está subordinada ao nível salarial” e a terra (pela ação daqueles que a detém) possui múltiplos usos. Logo, a cidade não é algo acabado, pois está em constante transformação, além disso, pensar no espaço urbano é pensar em algo que foi construído de forma desigual (SPOSITO, 1996).

Desta forma, Negri (2008) explica que:

Cada vez mais a cidade é lugar de atuação dos agentes de produção do espaço. Uma vez humanizados, esses espaços refletirão na sua arquitetura e na sua organização o padrão de desenvolvimento da complexidade das relações sociais. Este padrão ocorre por meio da segregação socioespacial, também denominada de segregação residencial da sociedade, principalmente por meio da diferenciação econômica (NEGRI, 2008, p. 130).

Por conseguinte, quanto mais se produz o espaço urbano mais o preço da terra se eleva, garantindo, assim, a posse por somente aqueles que têm condições de posse aos moldes do capital já que a valorização expulsa financeiramente a camada mais vulnerável para a outra face do urbano, as áreas periféricas (RODRIGUES,

2007).

Sobre o valor da terra, Rodrigues (2007) explica que:

Quanto mais cidade se produz, na lógica do capital, maior o preço da terra e das edificações. A cidade-mercadoria, a mercadoria terra e unidades edificadas não obedecem à lógica da produção de objetos. O preço da terra e da cidade aumenta mesmo quando numa determinada porção de seu território não há nenhum trabalho produtivo direto (o que explica a especulação em terras vazias) (RODRIGUES, 2007, p. 80).

Isto é, basicamente, a especulação imobiliária é um mecanismo que garante a expansão da área urbana e, atuando diretamente sobre quem terá acesso a terra, garante o valor e serviços que determinada área possuirá, sendo assim, esse acesso não é algo de necessidade social e, sim, algo que obedece à lógica do capital (CAVALCANTI, 2007).

Sendo assim, a especulação imobiliária, ao zonear a cidade e estabelecer os critérios de ocupação, passa a atuar como agente segregador, uma vez que se sabe que não serão todas as pessoas que conseguirão ocupar determinada área (SOUZA, 2005).

Deste modo, é seguro afirmar que essa especulação no setor imobiliário tem seus interesses e fortalece a crise habitacional, basicamente, ela acaba conduzindo os pobres para áreas desprovidas de condições adequadas para moradia, ou seja, há uma periferização dos mais pobres, daí que o controle do acesso à terra é o principal responsável pela segregação (SANTOS, 1993).

Sobre os interesses do setor imobiliário mencionados, Sposito (1999) aponta que:

Interesses fundiários e imobiliários têm impulsionado as cidades a um constante processo de extensão de suas áreas. O crescimento territorial urbano dá-se através da produção de novas locações urbanas (ao menos no plano jurídico) que ao se apresentarem no mercado, alteram o preço de todas as outras locações. A tendência à abertura de novos loteamentos, num ritmo maior do que o crescimento populacional nas cidades brasileiras, provoca o aumento do número de terrenos não edificados, ilustrando essa lógica (SPOSITO, 1999, p. 16).

Noutro viés, torna-se interessante entender o Estado no arranjo da cidade. Cabe a ele, além de controlar o acesso à terra, por meio de legislação, dar suporte com infraestrutura e serviços básicos aos habitantes da cidade legal e ilegal. O Estado exerce poder sobre o espaço urbano e desempenha um papel significativo na alocação das pessoas em áreas adequadas, levando em consideração sua condição

econômica. Isso ocorre porque é o Estado quem estabelece as leis e regulamentações que orientam a ocupação do espaço urbano. Conseqüentemente, apenas aqueles que possuem os recursos necessários para atender aos requisitos preestabelecidos conseguem habitar legalmente tais áreas. No entanto, este não possui consciência própria, tampouco é algo “vivo”, haja vista que o grupo de pessoas que detém o seu controle não é formado por cidadãos da periferia, portanto, o Estado (por ser articulado por representantes que não vieram da cidade ilegal) acaba atuando em favor dos capitalistas por meio da garantia de acesso à propriedade através de um ordenamento jurídico que os favorece (VASCONCELOS; CORRÊA; PINTAUDI, 2013).

Contudo, caso proporcione a uma região periférica toda uma infraestrutura, indiretamente, propicia condições para uma especulação imobiliária que não beneficia o vulnerável economicamente, apesar de caber ao Estado fornecer subsídios para uma melhor condição de vida da população. Neste sentido, não necessariamente seria o Estado responsável pela segregação, porém, indiretamente, está ligado a isso e caberia a ele impedir a expulsão da classe vulnerável de um ambiente (RODRIGUES, 2007).

O Estado, assim, pode ser descrito como um agente de organização espacial (sua atuação é complexa), com ação direta ou indireta na dinâmica urbana. Ele pode, entre outras coisas, desapropriar e/ou regulamentar uma posse, cobrar impostos ou investir na cidade (este último, um item que é de obrigação) e ocorrer em três vertentes: municipal, estadual e federal (CORRÊA, 1989).

Com isso, é evidente que cabe ao Estado a fiscalização da ocupação do espaço urbano. Entretanto, considerando a existência da divisão de classes na sociedade, associá-la aos interesses privados não é difícil, pois ele pode atuar para interesses particulares conforme supramencionado. Neste aspecto, este (o Estado) deveria assumir uma postura democrática, que beneficia a todos os envolvidos na produção da cidade, possibilitando, a partir daí, soluções para mitigar os problemas socioespaciais. (RODRIGUES, 2007).

Sobre a ação do Estado no que tange ao espaço urbano, Sposito (1996) diz que:

A nível intra-urbano, o poder público escolhe para seus investimentos em bens e serviços coletivos, exatamente os lugares da cidade onde estão os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo; ou que poderão ser vendidos e ocupados por estes segmentos, pois é preciso valorizar as áreas. Os lugares de pobreza, os mais afastados, os mais densamente ocupados vão ficando no abandono (SPOSITO, 1996, p. 74).

Com isso, cabe aos grupos segregados em muitos casos recorrerem à "pressão popular" como forma de reivindicação de melhorias para seu local de habitação. Esse movimento de requerimento consegue após muito custo (de emocional e tempo empreendido) recursos políticos em forma de obras por parte do Estado (e no objeto de estudo isto também ocorreu, e a situação serve como prova de tal situação). Mas, quando se tem uma área desprovida, ou em abandono como menciona Sposito (1996), ela é associada geralmente a regiões periféricas, onde a população não possui condições financeiras suficientes para ocupar áreas centrais de um espaço urbano. Este fato justifica-se pela presença certa de toda uma infraestrutura onde a classe mais abastada vive. No entanto, ao inserir no espaço periférico uma infraestrutura, isso pode ocasionar a expulsão dos menos afortunados para novos locais segregados.

Neste sentido, Rodrigues (2007) expõe:

Porém, a implantação de infra-estrutura, via de regra, aumenta o preço da terra, "valoriza" o lugar, expulsa os trabalhadores para áreas mais distantes e precárias, principalmente, os que estão fora da legalidade jurídica. A presença e ausência do Estado para a criação de condições de reprodução no urbano, são inerentemente contraditórias (RODRIGUES, 2007, p. 78).

Portanto, manter um espaço desprovido de recursos que garantam boas condições de vida, para o Estado, em certas situações, mostra-se apropriado para não investir em infraestrutura obrigatória de espaços urbanos, conforme disposto como dever do poder público no Plano Diretor do município.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 O Materialismo Histórico e Dialético como método de abordagem**

Como método de abordagem, esta pesquisa tomou por subsídio o materialismo histórico e dialético. Nesta premissa, analisando a importância do materialismo histórico e dialético, considerando o objeto como algo concreto, tem-se a contribuição de Lefebvre (2013), o qual defende que:

[...] considerando o objeto de uma maneira concreta e com uma existência concreta, observando o seu significado. A partir desse ponto, observam-se os determinantes históricos de relacionamento do objeto em sua totalidade. No curso do desenvolvimento histórico avalia-se o que foi incorporado e envolvido no objeto. Analisa, então, o que foi modificado e transformado. A análise permite reencontrar o movimento real em seu conjunto, portanto o expõe e compreende a totalidade concreta vigente na atualidade, isto é, a estrutura atual. O conhecimento dessa totalidade,

através de seus movimentos históricos e de seu devir, é um resultado do pensamento (LEFEBVRE, 2013, p. 37).

Assim, por meio do método, as características do objeto puderam ser melhor analisadas e, considerando as categorias trabalhadas, a investigação tornou-se mais legítima. Aprofundando no método de abordagem, a presente pesquisa “conversou” com o pensamento marxista, pois se tornou necessário interpretar o homem e seu conjunto (a sociedade) enquanto produto destes, portanto, as interações e atividades sociais são por eles definidas e o meio natural o completa.

Torna-se importante destacar que, na dimensão metodológica adequada das ideias marxistas, conforme explicam Soares, Campos e Yonekura (2013), a dialética deve ganhar atenção pelo fato de mostrar as relações entre um determinado fenômeno e a totalidade discutida, desta forma, possibilita-se verificar mais claramente os objetos no espaço e a forma como eles são transformados e apropriados, sendo, portanto, recortes da realidade. Adotando, por conseguinte, esse olhar sobre as relações sociais do espaço urbano, houve possibilidade de revisar as relações que envolvem seus diferentes agentes produtores e o contexto em que eles se apresentam, seja por meio quantitativo quanto qualitativo, envolvendo aspectos gerais sobre os moradores e o espaço abordado, bem como as relações transversais entre o Loteamento Moradia Bela Vista e a cidade de Colíder.

Em síntese, o método possibilitou a explicação da dimensão das relações entre capital e espaço ali existentes, da realidade e da possibilidade de se criarem formas de minimizar impactos sociais negativos presentes numa territorialidade excluída. Assim, Neto (2011) explica a dialética e valida os argumentos supracitados (incluindo as categorias analisadas) dentro das ideias de Marx e Hegel:

A dialética é mais do que um método de investigação da realidade em Hegel e Marx. Ela não é um mero recurso discursivo de exposição da investigação das coisas, porque é imanente ao próprio movimento objetivo e subjetivo das coisas. A dialética não é uma imposição externa do filósofo à realidade, mas é o próprio movimento efetivo do real. O movimento imanente das coisas revela seu caráter eminentemente dinâmico e contraditório, em que os elementos opostos e as diferenciações ocupam apanágio fundamental. A categoria da dialética tem como corolário essencial o entendimento da realidade de forma verdadeiramente fluída e paradoxal. A contradição é uma das peças elementares para o entendimento do processo de investigação dialética. É fundamental entendermos que as categorias não brotam prontas da cabeça do filósofo como a deusa Palas Atena. Elas têm uma natureza essencialmente ontológica, pois são formas moventes e movidas da realidade. As categorias são determinações da existência objetiva das coisas, são formas expressivas do ser. E são tanto dadas no cérebro quanto na realidade (NETO, 2011, p. 138).

Portanto, quando Marx e Hegel abordam a dialética, abre-se caminho para o entendimento das relações sociais de modo aprofundado, sobretudo pensando nas categorias, pois a pesquisa, tendo como base a dialética, inicia-se com a análise do processo de formação histórica do objeto (daí a importância de contextualizar o processo histórico da cidade e do Loteamento Moradia Bela Vista), permitindo, assim, além do supramencionado, a compreensão dos conflitos, das relações e das contradições que se manifestam nesses espaços.

A dialética, portanto, orienta integralmente a pesquisa para apresentar o espaço em suas múltiplas concepções. Fazendo a análise, desta forma, da construção do espaço urbano, levando-se em consideração o contexto histórico, elucida-se como as territorialidades excluídas foram criadas pela sociedade capitalista. Assim, o materialismo histórico e dialético é um método que condiciona a compreensão do real (SOARES; CAMPOS; YONEKURA, 2013).

Desta forma, pensando na cidade por meio dessa ótica e na segregação nela existente, foi possível interpretá-las como consequência da ação do homem sobre o espaço. Partindo dessa lógica, considerando a segregação social no urbano, as classes excluídas não devem ser interpretadas como as responsáveis por sua própria condição.

Marx propôs uma visão que “inocenta” a classe, defendendo que o futuro de uma sociedade depende de fato da ação dos sujeitos, porém, o desejo ou a intenção de um grupo social não se sobrepõe ao que foi estabelecido pelos agentes que controlam os processos sociais. Assim, pensando a cidade nesta perspectiva, as classes excluídas vivem na condição imposta pelos detentores do capital urbano, isto é, aqueles que controlam o acesso à terra. Entender a cidade, portanto, sua estrutura e arranjo por meio desta perspectiva e apoiada neste método, possibilitou uma aproximação mais profunda à realidade socio territorial encontrada (MARX, 2004).

Desta forma, conforme explica Fernandes (1984), o materialismo histórico dialético é um método que trata da realidade material e suas modificações, indo de encontro com a concepção marxista baseada na produção material condicionada na vida social. Sendo assim, pode-se utilizar esse método para entender a história bem como as lutas sociais, pois ele revela as complexidades histórico-sociais de um grupo, possibilitando contemplar assuntos políticos e econômicos que envolvem o meio urbano.

E, partindo da ideia de que existe um materialismo histórico e uma dialética,

ambos atuam em conjunto para compreensão espacial quando considerados juntos. Com base no pressuposto, o materialismo histórico pode ser utilizado para análise da construção urbana, uma vez que a cidade se figura como algo produzido de diferentes modos no contexto histórico.

Sendo assim, Badiou (1979) detalha o materialismo histórico:

Detalhando um pouco mais podemos dizer que o materialismo histórico tem por objeto os modos de produção que surgiram e surgirão na história. Estudar sua estrutura, sua constituição e as formas de transição que permitam a passagem de um modo de produção para outro (BADIOU, 1979, p. 34).

Já o materialismo dialético pode ser interpretado como uma ferramenta que visa a entender como ocorrem as relações sociais, no entanto, o ser social é responsável pela produção daquilo que é material, por isto o nome “materialismo”, enquanto o “histórico” se ocuparia destas manifestações considerando o contexto histórico. Desta forma, a dialética marxista, que pode ser interpretada como método do materialismo histórico, acaba sendo considerada como um instrumento lógico, que possibilita a interpretação da realidade por meio da contextualização histórica do Loteamento Moradia Bela Vista em Colíder-MT, do local e de sua relação com os elementos que o constroem. Neste sentido, o materialismo histórico e dialético considera as diferentes práticas, expondo a realidade e a identidade do objeto de estudo (BADIOU, 1979).

### **3.2 Procedimentos metodológicos**

Quanto aos procedimentos, a presente pesquisa foi desenvolvida em três fases: a primeira corresponde à atividade de gabinete, isto é, ao levantamento bibliográfico responsável por fundamentar a percepção do encontrado *in loco*; a segunda fase corresponde à atividade a campo, onde as informações reais sobre o local de estudo foram coletadas e, por fim, a terceira fase refere-se à análise das informações obtidas e à discussão destas.

Desta forma, a pesquisa bibliográfica, amplamente utilizada, faz-se presente do início ao fim da pesquisa. Por meio dela, tornou-se possível construir uma base teórica para explicar o objeto de estudo tendo como suporte situações semelhantes (como, por exemplo, entender a cidade e seu processo de construção, o capital e o Estado) por meio da revisão bibliográfica (análise de materiais publicados em livros, revistas e jornais (mídia física e/ou digitais). Etapa essencial, pois o contato com o publicado

proporciona não só um embasamento teórico, mas uma ferramenta que possibilita a construção de um enfoque mais profundo sobre o objeto de estudo (GIL, 1994). Desta forma, tornou-se possível entender o processo histórico da produção do objeto de estudo, havendo probabilidade de identificar o processo de autosegregação e/ou segregação imposta. Portanto, a pesquisa bibliográfica configurou-se como responsável por apresentar respostas sobre como ocorre o processo de constituição de um “bairro” periférico e quem são seus agentes construtores.

A pesquisa a campo caracterizou -se como de grande importância, pois, por meio dela, coletaram-se informações “direto na fonte”, tendo em vista que, dificilmente, documento ou material teórico consegue oferecer a vasta gama de informações que só a pesquisa *in loco* pode proporcionar ao pesquisador (GIL, 2008). E o campo possibilitou, ainda, a aplicação de interlocução, através de questionários aos moradores. Estes foram aplicados a todos os chefes de família no Loteamento Moradia Bela Vista, com criação de um roteiro de questões pertinentes que foram respondidas a fim de reunir informações socioeconômicas sobre os moradores, o levantamento de dados diretamente no espaço de estudo fornece informações não disponíveis ao público em fontes alternativas, considerando a natureza singular da ocupação.

Além da aplicação do questionário, houve, na atividade de campo, a execução de entrevistas com três proprietários de terras da localidade (também com perguntas baseadas em roteiro). Torna-se importante destacar que suas atividades cotidianas foram interrompidas brevemente durante a aplicação de questionários/entrevistas, por, possivelmente, terem ocorrido em momento indevido, fazendo o questionado se incomodar com a duração da pesquisa. Consequentemente, para reduzir eventual desconforto existente, para contato com o interlocutor, as questões só foram respondidas por livre e espontânea vontade, havendo situações em que o interlocutor pode optar por não responder. Quanto a assuntos transversais sem coerência com o objetivo da pesquisa, eles foram desconsiderados. Nesse aspecto, o pesquisador responsável assumiu que os sujeitos da pesquisa não serão identificados em qualquer das formas de divulgação do estudo e de seus resultados, preservando, assim, o anonimato, conforme determinações éticas.

Sobre as técnicas de coleta de dados utilizando questionamentos aos habitantes de um determinado espaço, Gil (1994) aponta que:

As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das

pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados (GIL, 1994, p. 76).

Assim, o objeto de estudo pode ser contemplado em sua essência e, em paralelo ao campo, realizou-se a observação direta intensiva, um olhar de cunho científico para o objeto de estudo. Assim, os resultados obtidos por esses meios foram os mais próximos da realidade, pois se trata de uma pesquisa intimamente ligada ao conhecimento pessoal e de quem vive no espaço (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Além do pressuposto, como complemento aos questionários aplicados aos moradores do loteamento, para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se a entrevista compreensiva, esta possui roteiro previamente elaborado com perguntas pertinentes. Pode, portanto, ser entendida como um caminho para a compreensão de uma situação, fruto da necessidade de se encontrar caminhos para a investigação. Ferreira (2014, p. 98) a descreve dizendo que “a entrevista compreensiva se trata de uma técnica qualitativa de recolha de dados que articula formas tradicionais de entrevista”, ou seja, pode estar ligada à usual, porém, possui algumas particularidades.

Sendo assim, a entrevista compreensiva pode ser entendida como uma ferramenta abstrata para compreensão profunda de uma situação social, caracterizada como uma abordagem qualitativa. A entrevista compreensiva coloca o entrevistado numa posição de destaque, onde este apresenta a realidade que apenas ele consegue descrever, algo que não é possível fazer apenas observando de forma direta o local de estudo, desta forma, com base nas informações colhidas e aparadas pelos caminhos supramencionados, foi possível compreender como o capital define a forma de apropriação do espaço, analisando a situação do entrevistado bem como o ponto de vista dele com relação às ações do Estado.

Assim, a entrevista compreensiva pode ser encarada como um complemento à atividade de campo, conforme explica Kauffmann (2013, p. 40), defendendo que “o entrevistador está ativamente envolvido nas questões, para provocar o envolvimento do entrevistado” e pode voltar novamente ao diálogo com os interlocutores, assim que dúvidas surgirem, desta forma, busca-se aprofundar o entendimento do objeto de estudo a partir do real vivido. E, sabendo que o método qualitativo compreende um arranjo de técnicas que tem como objetivo explicar algo que não pode ser “contado

ou enumerado” evidentemente ligado a questões sociais, utilizar a entrevista compreensiva revelou algo de extrema necessidade, levando em conta o recorte espaço-temporal onde há um objeto de estudo repleto de significado e pertencimento (NEVES, 1996).

Portanto, por meio da entrevista compreensiva, os valores e a própria fala dos sujeitos podem ser captados, dando assim, sentido e importância para seu comportamento social (WEBER, 2001). Por isto, pela necessidade da compreensão dos aspectos relacionados à condição de vida dos moradores do Loteamento Moradia Bela Vista, pode ser alcançado no tocante à situação estrutural que os fez habitar tal espaço.

No entanto, Neves (1996) ainda defende que a entrevista compreensiva por si só não basta, já que as informações obtidas devem também estar ligadas aos demais métodos de pesquisa adotados, somente desta forma será possível dar “validade” ao que foi coletado a campo, por isto a importância de se adotar para a pesquisa o uso de registros fotográficos. Considerando isso, foi realizado registro fotográfico das vias do bairro e das residências, para, desta forma, ilustrar a situação vivida pelos moradores do bairro.

E sobre estes registros, Guran (2012, p. 67) define que “as fotografias, portanto, podem funcionar como instrumentos de investigação”. Sabendo disto, o pesquisador precisa ter ciência de que investigar é fundamental para compreender a essência de um objeto ou fenômeno. Sendo assim, a fotografia pode ser entendida como uma ferramenta que captura uma perspectiva no tempo, como uma técnica de diagnóstico, que, no campo social, registra a vivência e, em paralelo com a entrevista compreensiva, torna-se uma forma de observação lógica de ocupação do sujeito no espaço (DUARTE, 2004).

Desta forma, Bauer e Gaskell (2015) defendem que pesquisas que se utilizam de fotografias denotam que o mesmo objeto de estudo pode ter múltiplas concepções dentro de um eixo temático, isto é, novas conclusões podem ser analisadas sempre por outro ângulo. Portanto, nesta pesquisa que possuiu como foco o meio social, o conteúdo de uma imagem depende de como ela for percebida.

Com base nisto, Rios et. al. (2016) destacam que:

A importância de pensar a função da imagem, o porquê de sua produção e para que tem servido a veiculação das imagens é fundamental quando utilizada como fonte para estudo, como objeto de pesquisa ou de conhecimento, de modo a contextualizá-la histórica e culturalmente (RIOS et al., 2016, p. 104).

Ainda sobre a importância da fotografia, Guran (2012) expõe que:

Uma fotografia pode ser o ponto de partida de uma reflexão antropológica ou resultado dessa reflexão. No entanto, jamais poderá se constituir na própria reflexão em si, já que a fotografia, por natureza, é eminentemente descritiva, sem prejuízo das suas dimensões simbólicas e opinativas. Ela descreve, representa ou até mesmo interpreta tudo o que pode ser visto e somente isso, ficando fora do seu alcance a apresentação de conceitos, ideias e processos de raciocínio (GURAN, 2012, p. 64).

O autor supracitado defende que se pode interpretar o uso da fotografia como um complemento à pesquisa, pois o olhar do pesquisador já se encontra aguçado pelo objeto de estudo devido ao conhecimento obtido em materiais teóricos, no entanto, destacar o mundo visível por ele observado se dará apenas com o uso de fotografia, que atesta o que defende em teoria, desta forma, registros fotográficos podem ser descritos como o “resultado” visível de uma reflexão, um apoio para outros métodos de coleta de dados (GURAN, 2012).

Portanto, o campo, aplicação de questionários e registro fotográfico do bairro, fornecerá informações necessárias para descrever como socioeconomicamente (e, ainda, se se trata de um bairro segregado e/ou excluído) se encontra a população, além de proporcionar dados acerca do grau de urbanização existente.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 A importância do imigrante para o desenvolvimento de urbanidades no contexto amazônico: a formação da cidade por meio da experiência de vida**

No contexto um dos processos humanos que vale ressaltar é a migração, que teve importante papel na formação das sociedades. Todavia, devemos entendê-la como algo associado à categoria de espaço, que, conforme discutido, possui múltiplas dimensões. Portanto, apesar de existirem movimentações humanas entre continentes diferentes através dos séculos motivadas por razões muito singulares, o presente se prendeu ao fenômeno ao nível de Brasil em concordância com o processo de ocupação da região Centro-Oeste do país, dando, portanto, ênfase à segunda metade do século XX, considerando que, os imigrantes que se deslocaram para a região norte de Mato Grosso a partir do referido período foram responsáveis por construir o espaço urbano de Colíder, compor sua população inicial, bem como formar seus descendentes.

Tecendo arguições sobre o processo de movimentação, conforme explica

Oliveira (2001), podemos entendê-lo como, basicamente, deslocamentos humanos dentro de um determinado território. Alguns associam o movimento à liberdade, porém, ele não se encontra restrito a isso, pois a escassez é, também, forte razão pela qual a movimentação é um condicionante necessário à sobrevivência, trabalho e renda. A procura por melhores condições de vida, por exemplo, foi o motor central da movimentação de pessoas entre regiões diferentes do país ao longo do século XX, por exemplo, consiste na razão pela qual o nordestino, em grande maioria, migrou para o Sudeste, assim como uma das principais causas da migração de pessoas da região Sul para o Centro-Oeste brasileiro (citam-se os “sulistas” também associados ao processo de movimentações para a referida região como exemplo pelo fato de eles constarem como maioria no fluxo migratório nesta direção, no entanto, eles não foram os únicos).

Ademais, em conjunto com a busca por melhores condições de vida e outros fatores, o próprio governo agiu como impulsionador de deslocamentos internos no país, pois alargar a fronteira agrícola para as porções centrais entendidas como “desocupadas” significaria (além de criar alternativas para instalação de colonos) evitar a reforma agrária no sul do país ou alterar significativamente a configuração da posse da terra naquela região, além de os imigrantes serem entendidos como mão de obra para as frentes agrícolas que se desenvolveram. Em síntese, o lavrador de baixo capital que alcançou as novas frentes agrícolas amazônicas tinha como objetivo trabalhar no campo a fim de reunir condições para acessar a terra por meio da venda de sua força de trabalho, um caminho difícil, em que muitos não conseguiram sair da situação de empregado mal remunerado (OLIVEIRA, 2016, apud SILVA e BAMPI 2020).

No entanto, esses deslocamentos também não podem ser associados à neutralidade, pelo contrário, motivadas pela necessidade, as migrações rompem violentamente as ligações que o migrante possuía com seu local de morada interior (nota-se a relação de afetividade com os lugares), e a forma como ele é inserido em outro espaço causa marcas que refletem na contemporaneidade. Assim, apresentar quem foram e quais razões levaram os imigrantes a ocupar as urbanidades amazônicas explicam como a sociedade atual está configurada, discussão apresentada adiante. Por hora, é crucial contemplar o sujeito migrante (DURHAM, 1984).

Assim, para o indivíduo que migra (sobretudo aquele desprovido de boa

condição econômica), além do supramencionado, há outros obstáculos para as movimentações internas no país, a distância, por exemplo, é uma delas. Imagine se deslocar com a família por longas distâncias, para um trabalhador, é algo com um custo que demanda valores que muitos não dispunham. Além disso, a própria busca por melhores condições de vida também não é uma causa neutra, ela se manifesta associada à incerteza, considerando que, para a maioria das pessoas que se deslocam, não há como saber o que acontecerá (isso pode ser evidenciado quando discutida a impossibilidade de acessar o mercado legal de terras ao chegar no lugar de destino por parte das pessoas pobres, conforme visto adiante) e se junta o temor de que o planejamento não se concretize pelas circunstâncias que vão se construir no espaço de destino.

Ao se considerar a sociedade capitalista, juntamente com suas incertezas e receios, o migrante enfrenta a ameaça constante de desrespeito, pois, para o proletariado, sempre haverá a negação de permanência em ambientes privilegiados, já que, como mencionado anteriormente, o proletário, dentro do sistema, é visto apenas como força de trabalho e não existe oportunidade de igualdade social sob a perspectiva da burguesia. Portanto, restam espaços específicos para ele, com condições apropriadas para a sua classe (como a periferia). Consequentemente, muitos migrantes carregam cicatrizes em sua nova residência, sejam trazidas de sua terra natal ou adquiridas no processo de deslocamento e fixação. (VAINER, 2005).

Desta forma, conforme explica Oliveira (2001), o indivíduo migrante se assemelha muito ao estrangeiro, pois, em ambos os casos, existe a "sensação" de ser diferente dos demais ali instalados e, ainda, a admissão da ideia de que beneficiarão apenas a burguesia, tem-se, aí, o problema da consciência social. Assim, a incapacidade de se adaptar, muitas vezes, faz com que aqueles que possuem condições de retorno se movimentem novamente pelo território, notoriamente o pobre, cujo retorno não é objetivo de fácil alcance, isto explica a instalação de pessoas nas urbanidades amazônicas (como ocorreu em alguns casos na cidade de Colíder), após o acesso ao mercado fundiário não ter sido alcançado na segunda metade do século XX.

O migrante, no contexto brasileiro, possui importância (além de ser interpretado como mão de obra), como exemplo, destaca-se seu importante papel na construção das urbanidades interioranas do país, por exemplo, afiguram-se essenciais para a ocupação dos "vazios demográficos" que se discutiam no contexto do governo de

Getúlio Vargas. Assim, a chegada de pessoas nesses espaços significava a posse do território, então, a grosso modo, a ida das pessoas para a região do país não era entendida como forma de ascensão social (até porque não havia critério para quem poderia se deslocar para estes espaços). Naturalmente, a burguesia, com capital disponível para acesso à terra, conseguiu espaços adequados enquanto os demais foram inseridos precariamente, com destaque para o fato de que os que não possuíam condições de compra da terra, muitas vezes, trabalhavam para terceiros. A questão é que a força de trabalho - mão de obra - do trabalhador operário ou camponês era essencial para a expansão da fronteira agrícola na região que se idealizava dentro de um conjunto de Programas e projetos governamentais nacionais. E, sobre a relação das migrações e a expansão da fronteira agrícola, Brito (2009) expõe que:

As migrações internas redistribuíam a população do campo para as cidades, entre os estados e entre as diferentes regiões do Brasil, inclusive para as fronteiras agrícolas em expansão, onde as cidades eram o pivô das atividades econômicas (BRITO, 2009, p.12).

Portanto, conforme explica Gaudemar, Jean Paul (1987), a mão de obra é vista, desde a gênese das cidades capitalistas amazônicas, como essencial para o desenvolvimento desses espaços. Essas migrações, portanto, encontram-se inseridas dentro da lógica da modernização conservadora brasileira (mecanização do campo e industrialização), que ocorreu de forma mais ampla a partir da segunda metade do século XX. Existe, desta forma, uma relação entre a necessidade de mão de obra no campo e a demanda de matéria prima oriunda do campo. Assim, a crescente oferta de empregos na nova fronteira agrícola no Centro-Oeste brasileiro fomentou a atração populacional para a região, enquanto as regiões Sul e Sudeste mecanizaram o campo. Pode-se observar, aí, o espaço como um agente participante no contexto do trabalho. Contudo, é certo que as migrações foram determinantes para o contexto das cidades interioranas do Brasil pois o trabalhador contribuiu de forma decisiva para o processo de urbanização, conforme explica Brito (2009), dizendo que:

Vale a pena refletir sobre o papel das migrações internas dentro do processo de urbanização. Elas foram decisivas para alinhar e integrar territorialmente a sociedade brasileira, na segunda metade do século XX. Com a expansão dos sistemas de transporte e de comunicação, os migrantes fluíram aceleradamente, contribuindo para a estruturação de um sistema de cidades de dimensão nacional, comandado pelos grandes aglomerados metropolitanos. A presença do Estado, no caso, foi preponderante, tanto nas políticas que condicionavam a alocação espacial dos investimentos públicos e privados, quanto na expansão da fronteira agrícola e mineral. Os fluxos migratórios, que contribuíram para consolidar o sistema de cidades, intensificaram-se com o

desenvolvimento da economia e da sociedade, entre 1950 e 1980. Não só eram necessários para a economia urbano industrial que se expandia, principalmente no Sudeste, como transferia maciçamente população das áreas agrícolas tradicionais, estagnadas ou não, para as regiões urbanas (BRITO, 2009, p.13).

Com base nisto, é importante mencionar que, dentro do sistema capitalista, o imigrante, além de ser interpretado como indivíduo, deve ser visto como grupo ou classe que, para a burguesia, é essencial para acumulação, conforme explica Oliveira (2002), pois, no sistema baseado em economia de mercado, os donos dos meios de produção (assim como os grandes proprietários fundiários), ou seja, os burgueses, usam da força de terceiros por meio do pagamento mínimo (salários baixos) ao proletário (que, no contexto da expansão da fronteira agrícola amazônica, corresponde ao imigrante) para acúmulo. Isto é, verifica-se uma relação do capital com o trabalho, onde a força produtiva é comprada para geração de riqueza.

Contudo, é importante frisar que essa relação entre capital e trabalho se mostra conflituosa, evidenciando um cenário controverso, pois a oferta de emprego, assim como a função remunerada, passa a ideia de harmonia em que todos se beneficiam, porém, na prática, a classe mais rica atua para se manter como os reais beneficiados no sistema por meio da maximização dos lucros enquanto a classe mais pobre procura maiores ganhos (quase sempre sem resultados positivos) e melhores condições de vida. Verifica-se, neste contexto, por exemplo, a necessidade de se movimentar pelo espaço em busca de possíveis melhores oportunidades.

E, quanto ao contexto do norte de Mato Grosso, para entender a forma em que estas motivações fomentam o desenvolvimento de urbanidades no contexto amazônico (além de todas as informações supramencionadas), tornou-se interessante e pertinente ouvir de alguns indivíduos que vieram para a região central do país suas histórias de vida como forma de legitimar os argumentos já discutidos para entender a realidade com base na experiência particular de dois migrantes. O primeiro deles, tomado como entrevistado A (para fins de preservação de identidade), possui idade entre 61 e 70 anos, sendo natural da região Sul do país, enquanto o segundo entrevistado (abordado neste como entrevistado B) é oriundo da região Nordeste do país e possui idade entre 71 e 80 anos.

Antes de apresentar as situações vivenciadas, é importante esclarecer que contemplar informações baseadas em experiências de vida de pessoas de regiões diferentes, assim como situação socioeconômica, foi premeditado, pois, observar

situações distintas permitiram analisar de modo mais aprofundado o processo de movimentação pelo território em direção ao contexto amazônico.

O entrevistado A, segundo informações por ele apresentadas, é descendente de italianos que residiam na região sul do país (no estado do Rio Grande do Sul) e a condição financeira que eles possuíam na região de origem não permitia caracterizá-los como economicamente vulneráveis. No entanto, não eram detentores de latifúndios ou meios de produção, mas, conforme descrito por ele, a condição de vida os colocava numa situação confortável, tanto que o deslocamento com a família o levou diretamente à terra na porção central do país. A condição descrita pelo entrevistado se sustenta quando se verifica o seu grau de instrução, este afirmou que conseguiu estudar até o nível superior e se especializar na área de atuação, isto é, o trabalho no campo que, para muitos, representou a única alternativa de sustento pela incapacidade de continuar a formação pessoal não foi uma experiência vivida por ele. Em seu relato, o entrevistado revelou (quando questionado sobre sua atividade remunerada que exerceu após chegar no norte do estado de Mato Grosso), que se tornou servidor público habilitado por sua formação, fato que o coloca numa situação diferente daquela exercida por seus pais (atividades ligadas ao campo), porém, mantendo-o como proletário considerando a dependência salarial continuada.

No entanto, quando questionado acerca da forma como o espaço foi ocupado, este descreveu como dificultoso num caráter geral, pois a movimentação dele e de sua família se deu no pós década de 1980 e, em seu relato, o entrevistado aponta que as vias de acesso ao interior do Mato Grosso não estavam bem estruturadas, portanto, não ofereciam um deslocamento rápido e confortável (mesmo considerando os incentivos de ocupação que se faziam presentes no contexto e que serão abordados de forma mais abrangente adiante). O entrevistado citou a rodovia BR- 163 como exemplo. Em seu relato, ele afirmou que ela ainda estava em estágio de construção (sobretudo no extremo norte do estado, no que corresponde à Amazônia Legal) e boa parte não possuía pavimentação asfáltica, portanto, no período de seca, a poeira era abundante e, no período onde as chuvas eram frequentes, a lama representava grande problema de locomoção viária.

Porém, além das dificuldades do trajeto que o entrevistado destacou, o mesmo (quando questionado sobre as razões que motivaram a vinda dele e de sua família para a região) foi sucinto em sua fala. dizendo que cada um que chegava possuía motivos e objetivos próprios, por exemplo, muitas outras famílias que não possuíam

condições de adquirir uma propriedade como a que ele possuía, vieram atraídos pela oferta de terras que seriam distribuídas pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), e muitos conseguiram, conforme ele reforçou.

No entanto, mesmo que a busca pela posse da terra para o cultivo seja interpretada como o motor central das movimentações conforme debatido teoricamente e sustentado pelas informações descritas pelo entrevistado A, é importante ressaltar que a falta de condições de permanência no campo também foi responsável pela urbanização local, e isso também foi citado pelo entrevistado, que destaca que, mesmo tendo acesso à terra, muitos que a “ganharam” e até mesmo que a adquiriram, não conseguiram permanecer nela, pois eram necessários subsídios maiores por parte do Estado para garantir a permanência deles no campo. Em seu relato, o entrevistado aponta que apoio financeiro em formas de financiamento para pequenos produtores rurais era difícil de se conseguir e isso levou muitos a venderem suas propriedades e se mudarem para as cidades próximas que se desenvolviam neste contexto. Isso sem considerar detalhadamente a infraestrutura pública, que não conseguia atender todos os lugares com qualidade (em que se enquadram vias de acesso em boas condições, sistema de saúde e educação, fornecimento de energia elétrica e afins), que também se configuraram em razões para deixar o campo e habitar a cidade.

É importante destacar, ainda, que a formação de latifúndios ocorreu em decorrência disso, pois, segundo afirmado pelo mesmo, aquelas pessoas que tinham condições financeiras começaram a adquirir essas terras que se tornaram improdutivas em decorrência da falta de auxílio. E, se considerar que cenários como estes se repetiram em outros espaços dentro do contexto amazônico, é certo que houve um processo de êxodo rural que contribuiu para o crescimento das cidades interioranas, visto que muitas pessoas viram nas urbanidades que se desenvolviam um novo local de moradia, como, por exemplo, a cidade de Carlinda, distante cerca de 130 quilômetros de Colíder, local onde o referido entrevistado reside atualmente.

É importante salientar que a concentração de propriedade de terras em questão pode ser interpretada como uma acumulação de riqueza pelos seus detentores. Isso ocorre porque essas terras dão acesso a benefícios exclusivos que são inacessíveis para a população mais pobre, resultando em sua marginalização, conforme explicado por Oliveira (2001), que expõe:

Essas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de

inúmeros grupos econômicos porque, no Brasil, estas funcionam ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Assim, estamos diante de uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, também, diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis. [...]. A lógica contraditória é uma só: o desenvolvimento capitalista que concentra a terra, concomitantemente, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nas mesmas uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis. Mas, ao mesmo tempo, esta exclusão atinge também o próprio campo. Certamente, a maioria dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares, jamais terão condição de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra (OLIVEIRA, 2001, p.187).

Por fim, o entrevistado em questão aborda mais diretamente a razão pela qual sua família mudou-se para o norte do estado. O principal objetivo a ser alcançado baseava-se na busca por melhores condições de vida, considerando que, no sul do país, era difundida a ideia de que a região Centro-Oeste e Norte do país possuía terras férteis e acessíveis, portanto, o progresso era certo.

De maneira geral, a nova fronteira agrícola que estava sendo desenvolvida através dos programas de colonização na região amazônica promovia campanhas publicitárias que incentivavam o sucesso e crescimento pessoal, o que estimulou a migração de pessoas, incluindo a família do entrevistado em questão. Em resumo, o interesse do governo em ocupar essas áreas era evidente, com o objetivo de gerar novas áreas de produção e solucionar conflitos e divergências sobre terra em regiões antigas de ocupação, como o Sul do país. Por isso, a Amazônia foi vista como uma questão nacional que necessitava de atenção, como evidenciado pela infraestrutura criada para permitir a expansão da agricultura, incluindo a construção da rodovia BR-163 mencionada. Portanto, em relação à situação dos sulistas, concordando com o que o entrevistado afirmou, ter acesso à terra era essencial. Dessa forma, considerando a escassez de opções para os migrantes na região onde estavam, deslocar-se para o centro do país poderia significar maiores oportunidades de acesso ao mercado de terras. Caso permanecessem no Sul, enfrentariam uma luta mais difícil pela terra ou seriam forçados a se submeter a uma inclusão precária nas áreas urbanas locais, sobretudo quando se verifica a modernização do campo sulista, que fomentava o desemprego rural ao mesmo ritmo que dificultava o acesso à terra (PINHEIRO; BAMPI; SILVA, 2020).

As motivações que levaram ao deslocamento para o contexto das urbanidades

amazônicas por parte do entrevistado B foram as mesmas (busca por melhores condições de vida conforme mencionado por ele, obviamente com outras palavras).

Atualmente em situação de aposentado, ele focou nas dificuldades enfrentadas. O cenário socioeconômico em que estava inserido era totalmente diferente do entrevistado A, a começar pelo local de moradia compreendido como o semiárido nordestino (precisamente no interior do estado do Maranhão). Em seu relato, ressalta que a dificuldade no campo ainda no nordeste do país era muito maior, pela condição climática, por exemplo, que impedia a produção em larga escala, o que obrigava as famílias a produzir apenas o necessário para subsistência. Portanto, a falta de condições de provimento de boa qualidade de vida, somada a fatores naturais, pode ser descrita como a principal responsável pela saída de pessoas do semiárido. No entanto, conforme mencionado pelo entrevistado, em vista da vulnerabilidade econômica em que estavam inseridos, mudar-se de lugar era tão difícil quanto juntar água na cisterna ou açude, tanto que, a família do referido precisou se mudar em partes para o norte do estado de Mato Grosso. Primeiro vieram os filhos em idade adulta e recaiu sobre eles a responsabilidade de encontrar um local de moradia, mesmo que não necessariamente correspondesse ao acesso à propriedade privada, o importante era habitação e trabalho. Posteriormente veio a mãe com um dos filhos e, por fim, o pai com o restante da família.

Notoriamente se tem-se diferenças na forma como a família do entrevistado B se inseriu no contexto da fronteira agrícola da Amazônia em relação ao entrevistado

A. No entanto, outras diferenças são evidentes, por exemplo, a data de mudança. O deslocamento de toda a família do entrevistado B ocorreu mais recentemente no contexto histórico (no fim da década de 1990), passando a residir em área rural do município de Alta Floresta (distante cerca de 160 quilômetros de Colíder).

O intervalo de tempo entre as movimentações dos entrevistados sugere e reforça a ideia de atração populacional de pessoas de diferentes regiões do país em momentos históricos distintos e tais indivíduos tiveram basicamente as mesmas motivações, porém, não as mesmas oportunidades. Verifica-se, portanto, o trabalho e o capital associado à tentativa de melhoria na qualidade de vida, pois essas pessoas se movimentaram dispostas a serem inseridas num contexto produtivo como assalariadas, há, portanto, a busca pelo capital para autossustento) por meio da venda da força de trabalho. Isto evidencia outra situação: mesmo sendo dois indivíduos que

estavam inseridos em condições socioeconômicas diferentes, ambos pertencem à mesma classe social ao chegar nas urbanidades amazônicas, o proletariado.

Assim, para a formação de urbanidades no contexto amazônico, verifica-se a forte contribuição dos imigrantes, pois foram estes que formaram as bases populacionais dessas cidades além de terem fomentado novos postos de trabalho, técnicas produtivas ou, simplesmente, mão de obra. Todavia, assim como a relação entre capital e trabalho não pode ser entendida como harmoniosa, a chegada do imigrante em novos espaços também não deve ser observada como processo tranquilo e fácil (vistos os relatos e as informações debatidos sobre as migrações internas no país). Além de tudo que foi exposto, que representaram dificuldades para esses indivíduos, é necessário mencionar, ainda, que a busca por trabalho nem sempre terminava em sucesso ou em condições dignas de trabalho, haja vista a situação de desemprego, salários irrisórios ou condições degradantes análogas à escravidão em que muitos estiveram (VAINER, 2005).

#### **4.2 O contexto da expansão capitalista sobre o Centro Oeste e Amazônia associado ao histórico do Município de Colíder - MT**

Durante parte da história do Brasil, o motivo das migrações internas não indígenas está baseado na busca por riquezas, desde o Período Colonial, com a busca por metais preciosos, até o contexto do Brasil republicano das novas frentes agrícolas (GUIMARÃES, 1988).

Desde as primeiras formas de ocupação (a partir do século XVIII), a região centro-oeste e norte do país eram regiões com baixa densidade demográfica até o século XX, ocupadas por indígenas, ribeirinhos, extrativistas e sertanistas. No entanto, no contexto histórico, havia um interesse por parte do poder público (na esfera federal) em preencher esses espaços não ocupados na forma das regiões litorâneas baseadas na reprodução da realidade econômica.

Assim, a partir de 1930, observou-se uma intensificação da ocupação visando à produtividade, que serviu como ponto de partida para o processo de urbanização. Essa intensificação foi impulsionada pelo aumento do fluxo migratório em direção à porção central do país. Nesse contexto, destaca-se a importância dos imigrantes na consolidação da ocupação desse espaço, uma vez que a força de trabalho necessária para cultivar a nova fronteira agrícola era predominantemente composta por pessoas provenientes de outras regiões do país. Como resultado dessa dinâmica, diversos

núcleos urbanos foram estabelecidos e se desenvolveram ao longo da segunda metade do século XX. Tanto a ação estatal quanto a iniciativa privada desempenharam papéis fundamentais como formas de incentivo à ocupação. Essas medidas merecem crédito pelo fato de que a ocupação representou, na prática, uma maior integração dessas regiões com as demais áreas do país. (PAVÃO, 2005).

Durante o governo Vargas (1930-1945), houve a preocupação de ocupar o que era difundido ideologicamente como “espaços vazios”, isto é, ocupar aquelas áreas que não estavam ocupadas (desconsiderando totalmente a presença indígena e em detrimento de seus modos de ser e de suas territorialidades), principalmente no que diz respeito às regiões fronteiriças do país.

Ocupar essas áreas garantiria a sua posse além da abertura de novas frentes agrícolas em extensas áreas. Surge, neste contexto, a chamada “Marcha para o Oeste”, cujo slogan governamental era baseado em “integrar para não entregar”. Em verdade, apesar dos resultados modestos dessa ação, o modelo Vargas de ocupação foi decisivo para o aumento do fluxo migratório para a região Centro Oeste e Norte do país (CUNHA, 2002).

Galvão (2011) descreve a Marcha para o Oeste dizendo que:

A chamada — Marcha para o Oeste foi um projeto governamental que buscou povoar e desenvolver o interior do Brasil, região distinta do litoral no que dizia respeito ao desenvolvimento humano e econômico. Visando uma maior integração nacional, os potenciais naturais e humanos do sertão não poderiam ser mais desperdiçados, entendidos como fundamentais para a garantia da prosperidade da Nação. A proposta governamental incluía a construção de escolas, hospitais, estradas, ferrovias e aeroportos no interior, com objetivo de integrar e consolidar o País, de acordo com uma visão de unidade (GALVÃO, 2011, p. 02).

Contudo, é sabido que as terras da região da Amazônia sempre foram consideradas espaços estratégicos para o desenvolvimento, embora este beneficiasse apenas uma parcela da população. Assim, a exploração dos recursos naturais locais foi vista como o impulsionador da ocupação e colonização, por meio de um processo que ficou conhecido na história como “internacionalização dos recursos naturais”. Como o trabalho na terra gera riqueza para o proprietário da terra e não para o camponês que trabalha nela, essa internacionalização resultou em lutas pela sobrevivência para aqueles que ocuparam essas áreas, incluindo aqueles que tiveram acesso à terra através de pequenas propriedades, diante da expansão de grandes latifúndios na região amazônica. Assim, a história da ocupação da região pode ser caracterizada como um processo de exploração tanto dos recursos naturais

quanto humanos. Esse fato ajuda a explicar o uso frequente do slogan "celeiro do mundo" para se referir a essa região, pois, naquela época, a frase "exportar é o que importa" era amplamente difundida, o que justifica a verdadeira natureza da colonização dessas áreas: produzir bens para o mercado externo, o que exigia a maximização da produção em grandes latifúndios (OLIVEIRA, 2016).

Portanto, este movimento migratório crescente para a região não tinha as áreas urbanas como destino final, como instrumento para a constituição da frente agrícola que se expandia. Essa era a razão que levou muitos migrantes a ocupar áreas amazônicas, pois buscavam terras agricultáveis. No entanto, impossibilitados para tal, acabavam por se concentrar nas cidades que surgiam no contexto. A urbanização amazônica recebeu um grande número de habitantes excluídos que não tiveram acesso à terra do espaço capitalista do Sul, Sudeste e Nordeste do país (MARTINE; TURCHI, 1988).

O crescimento populacional urbano nas cidades existentes em área de floresta amazônica também foi verificado pelos mesmos autores supramencionados, que expuseram:

Os dados existentes comprovam que, de fato, o crescimento populacional recente da Amazônia, embora condicionado por movimentos migratórios que se dirigem para esta nova fronteira agrícola em busca de terra, vem se concentrando basicamente nas áreas urbanas [...], no período 1960-70, o crescimento urbano variava entre 3,47 e 6,87 a.a, atingindo na década seguinte, uma média de 7,0% a.a. Enquanto isso, a área rural apresentava taxas muito inferiores para os mesmos períodos. Isso significa que, no período mais intenso de expansão da fronteira Amazônica (i.e. 1970-80), apenas 35% do crescimento demográfico desta região ocorria na área rural (MARTINE; TURCHI, 1988, p. 168).

Se considerarmos que a inclusão urbana precária na região amazônica é resultado de um acesso desigual à terra, que obrigou muitos migrantes a se dirigirem às cidades durante os períodos de incentivos ou planos governamentais de ocupação e colonização, podemos afirmar, com certeza, que o acesso digno à terra sempre foi negligenciado para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica. Fatores como a dificuldade de obter crédito rural ou infraestrutura adequada criaram um quadro burocrático que limitou a liberdade dos trabalhadores rurais, condicionando-os a uma espécie de servidão moderna como mão de obra barata (BECKER, 2013).

Dessa forma, é inquestionável que as terras são tratadas como commodities, cujo valor é determinado pela sua posse e não necessariamente pelo seu uso produtivo, o que explica o fato de muitas delas estarem concentradas nas mãos de

poucos proprietários sem serem de fato exploradas. Portanto, é imperativo considerar que a redistribuição de terras sempre foi necessária, especialmente ao se pensar no processo histórico de ocupação da região amazônica, conforme explica Oliveira (2001), expondo que:

[...] a terra, na sociedade brasileira, é uma mercadoria toda especial. Muito mais do que reserva de valor, é reserva patrimonial. A retenção da terra não é feita com fins de colocá-la para produzir, motivo pelo qual a maioria das terras deste país mantém-se improdutiva. Mais do que isso, esta terra improdutiva é retida com a finalidade de constituir instrumento a partir do qual se vai ter acesso por parte, evidentemente, das elites às políticas do Estado. Assim, as elites não têm permitido que o Estado implemente qualquer política de Reforma Agrária no Brasil (OLIVEIRA, 2001, p.10).

No entanto, a implementação de programas de reforma agrária nesta situação deveria ter sido significativa. Mas, como mencionado, o próprio governo indiretamente incentivou a concentração de terras, tornando-se, assim, um agente que marginaliza parte da população.

E, a partir de 1940, o Centro Oeste e áreas de influência na região Norte passam por transformações, em decorrência da industrialização das áreas ocupadas primeiramente (capitais e arredores), há um crescente aumento da ocupação das áreas mais ao norte da região Centro-Oeste e Sul da região Norte, criando-se, assim, um avanço da fronteira agrícola. A incorporação dessas regiões ganha ênfase com o plano de metas do governo Juscelino Kubitschek nas décadas de 1950 e 1960 (HOGAN et al., 2000).

Contudo, torna-se importante destacar, que antes da Marcha para o Oeste de fato ocorrer, a estratégia de ocupar Mato Grosso, via colonização, de modo mais efetivo (avançando para a região Norte), já estava sendo algo planejado, tanto que “terras reservadas” também era a denominação dada para os chamados “espaços vazios” ainda no período político brasileiro conhecido como Estado Novo. E, em tais terras reservadas, idealizava-se a colonização agrária propriamente dita e para povoação em forma de núcleos urbanos (BERTRAN, 1988).

Essencialmente, a região Centro Oeste, antes de qualquer coisa, podia ser descrita como uma região cuja economia era essencialmente agrícola, contudo, havia uma crescente urbanização. A partir da década de 1960, mudanças ocorreram internamente em decorrência da atuação do Estado em sua cadeia produtiva (modernizando-a e a integrando mais profundamente com outras regiões brasileiras) (CUNHA, 2006).

Para Guimarães (1988), nas décadas de 1950 e 1960, o aumento do fluxo migratório para o Centro-Oeste deve-se à atração gerada pelas capitais (em especial Brasília). No entanto, para o interior da região, foram outros os atrativos responsáveis pela expansão populacional, em especial, o aprimoramento da infraestrutura interiorana, assim como o surgimento de novos núcleos urbanos e diversificação do setor produtivo.

Sobre a preocupação em ocupar o Centro e Norte do país, Hespanhol (2000) aponta que:

[...] Os incentivos fiscais repassados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) a partir de 1966 para projetos na chamada Amazônia legal (que abrange uma parcela da região Centro -Oeste) e pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), a partir de 1967, para investimentos nos distritos industriais da capital amazonense, bem como os incentivos fornecidos pela superintendência do desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), a partir de 1967, concorreram para o deslocamento de atividades econômicas e de população em direção ao Norte e ao Centro - Oeste do país (HESPANHOL, 2000, p. 12).

Abreu (2001) descreve o objetivo de ocupar os espaços vazios da região central do país:

Os anos 50 inauguraram uma época de colonização que está de acordo com o processo de ocupação e com as políticas desenvolvimentistas nacionais e regionais desse período. Estão presentes tanto a preocupação com a manutenção/consolidação das fronteiras, com o discurso de “ocupação de vazios”, como a ampliação da produção de gêneros alimentícios para abastecer os centros urbano-industriais [...] (ABREU, 2001, p. 60).

A década de 1960 foi marcada por alguns planos que alimentaram a chamada ocupação. Nesta década, criou-se o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), cujo objetivo era aumentar a produção de alimentos e matéria-prima por meio de crédito rural e incentivo à mecanização do campo. Na mesma década, surge o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (PED). Tal plano visava, assim como o crédito rural, além de melhorar a infraestrutura agrícola, criar rodovias e locais para armazenamento de material oriundo da agricultura (PIRES, 2000).

No entanto, tais planos não beneficiam a todos da mesma forma. Pequenos produtores rurais ou aqueles sem-terra ficam à margem destas ações. Conforme explica Pires (2000, p. 116), “é importante lembrar que durante esse período as grandes fazendas eram consideradas mais adequadas à modernização que as pequenas propriedades e, por isso, contavam com privilégios creditícios”. Em palavras

simples, o governo da época não objetiva dar subsídios aos menos afortunados e a opção da política econômica consiste no apoio aos latifundiários.

Ainda naquele período, surge a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). Por meio dela, organiza-se o desenvolvimento na região Centro-Oeste, basicamente, por meio desse órgão, traçam-se estratégias para o “crescimento induzido” da região (PIRES, 2000).

Já no fim da década de 1960, surge, ainda, o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) e, na década de 1970, o II PND, sobre seus objetivos, Pires (2000) expõe que:

[...] o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), ligado ao “Projeto Brasil Grande Potência”, que atribuía importância estratégica ao desenvolvimento agrícola no país. Houve um grande enfoque regional na agricultura, culminando, entre outros, na criação do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste), cujo objetivo estava no desenvolvimento econômico do Centro-Oeste e na criação de uma infra-estrutura que possibilitasse ao empresário investir na região. O II PND [...] apresentava, ainda como meta mais importante, a modernização da agricultura. A partir dele, foram criados alguns programas voltados para a região amazônica, como o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), e, para o Centro-Oeste, o Programa Especial da Região da Grande Dourados (Prodegran), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília. A visão predominante indicava que o papel estratégico da agricultura no processo de desenvolvimento seria ref orçado com a ocupação das extensas áreas agricultáveis nessas regiões (PIRES, 2000, p. 115).

Novos programas surgem a partir da década de 1970, conforme explica Hogan et al. (2000), apontando que:

A partir da década de 70 foram criados programas específicos para o desenvolvimento da agricultura comercial na região Centro -Oeste, viabilizadas por um aparato institucional que incluiu a SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento do Centro -Oeste), a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o Banco do Brasil, dentre outros. Na esfera estadual os programas foram conduzidos por empresas como a EMGOPA – Empresa Agropecuária do Estado de Goiás, a EMPA/MT - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso, e a EMPAER/MS - Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (HOGAN et al.,2000, p. 197).

O INCRA, de modo geral, atua em todo território nacional, no entanto, na região Centro-Oeste e Norte, teve papel fundamental nesse processo de administrar e executar a ocupação, e mais, o órgão estava ligado ainda no que diz respeito à atração de investimento privado para a Amazônia (em sua porção mato-grossense) e também

para o estado do Pará (ABREU, 2001).

De modo geral, o processo de ocupação da Amazônia sempre esteve envolto por uma série de políticas governamentais que visavam a incentivar a ocupação da região por meio da instalação de grandes projetos, todavia, muitos desses projetos idealizados e executados foram desenvolvidos sem a devida preocupação com suas consequências futuras no que diz respeito a divergências sociais, o que gerou uma série de conflitos. Além disso, a atuação do INCRA na região foi limitada, fato que favoreceu a concentração de terras. Vale mencionar, ainda, que a ocupação da região amazônica foi impulsionada por políticas governamentais que incentivavam a instalação de grandes projetos e, por muitos, estes foram vistos como solução para problemas e acesso à concentração de riqueza. No entanto, muitos projetos que visavam à ocupação e exploração foram executados sem considerar as suas consequências futuras, o que levou a um cenário de divergência, fato agravado pela atuação limitada do INCRA na região. A utilização de grilagens e documentos sem validade como meios legítimos de posse foram estratégias para legitimar a posse sobre partes do espaço, situação que agravou ainda mais os conflitos entre indígenas, camponeses e a burguesia, ainda nos estágios iniciais da ocupação da região (OLIVEIRA, 2016).

Em síntese, a distribuição de terras deveria ter recebido maior atenção durante o processo de ocupação da região, uma vez que o acesso justo à terra poderia ter permitido às pessoas conquistarem sua cidadania. Isso é defendido por Oliveira (2001), que argumenta:

Mas, mesmo assim, a história tem sido implacável com aqueles que tentam ignorá-la. No Brasil, é quase consenso que qualquer alternativa de remoção da exclusão social no país passa pela Reforma Agrária. Ela tem, portanto, um objetivo social, ou seja, é o caminho para retirar da marginalidade social, no mínimo, uma parte dos pobres. Mas, a Reforma Agrária é também econômica, porque certamente levará a aumento da oferta de produtos agrícolas destas pequenas unidades ao mercado. A Reforma Agrária, porém, tem que ser também política. Tem que ser instrumento mediante o qual esta parcela da população conquiste a sua cidadania (OLIVEIRA, 2001, p.13).

No entanto, na década de 1970, a região Centro-Oeste passa por um processo de mudanças internas, sobretudo no que diz respeito a sua base produtiva, há uma modernização das atividades agrícolas além de uma maior integração da região com as demais, fruto de medidas estatais e de colonizadoras que tornam a região atrativa (CUNHA, 2002). Para tal, um dos programas governamentais é o Programa de

### Integração Nacional - PIN.

Este programa federal, apesar de ter sido idealizado e posto em prática num dos períodos mais negros da história do Brasil (ditadura), possibilita a integração nacional (da Amazônia com as demais regiões, aos poucos deixando de ser vista como “vazio demográfico”). O Programa de Integração Nacional – PIN, criado pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970 (durante o governo de Emílio Garrastazu Médici), visa a oferecer obras para integração nacional, visto que, além do fomento à criação de agroindústrias e projetos agrários, observa-se a criação de rodovias, como a BR-163 (Cuiabá x Santarém), possibilitando a frente de ocupação em direção à Amazônia, onde Colíder e demais cidades circunvizinhas são criadas (CARDOSO, 1977).

Portanto, o Estado de Mato Grosso (assim como outros estados da região Centro-Oeste e Norte) é colonizado por meio de duas formas a partir da década de 1970: uma delas baseia-se numa colonização particular, enquanto a outra é oficial. Empresas privadas vêm para o Estado e incentivam a ocupação de diferentes áreas, as consideradas colonizações privadas, já a promovida por órgãos e planos do governo federal é a oficial, como, por exemplo, a colonização feita pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT), atualmente extinta, e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (ARANHA, 2019).

Acerca da iniciativa privada, Hespanhol (2000) explica que:

O governo federal (através do INCRA) continuou implantando projetos de colonização. Entretanto, a partir de meados da década de 1970, ganhou impulso a colonização gerida por empresas privadas, principalmente ao longo da rodovia Cuiabá - Santarém, no Estado de Mato Grosso (HESPANHOL, 2000, p. 13).

Assim sendo, na urbanização amazônica, verifica-se a influência de agentes construtores do espaço diferentes que moldaram as formas de acesso à terra para habitação e/ou como investimento. Portanto, o Estado e a iniciativa privada (colonizadoras) ditavam a configuração espacial, visto que a terra como mercadoria é vista como item especial, portanto, o monopólio fundiário significa poder, desta feita, localidades de prestígio não eram destinadas ao proletário, este conseguia acessar apenas ambientes que viriam a ser bairros segregados, observa-se, portanto, a influência do valor da terra (MARTINE; TURCHI, 1988).

Estas empresas privadas de colonização tiveram muito sucesso em suas atividades, as terras por elas administradas eram recebidas a um preço simbólico

(muito abaixo do valor correto), dezenas de empresas atuaram na colonização do Mato Grosso e outros estados do Norte do país (HESPANHOL, 2000).

Basicamente o estado e a iniciativa privada atuaram simultaneamente para ocupar efetivamente a região amazônica, cada qual com suas características próprias conforme explica Oliveira (2016) dizendo que:

Nesse aspecto estrutural, o Estado e o capital privado sempre deram as mãos. O capital privado, através da venda da terra aos camponeses, procura, por um lado, realizar, extrair a renda da terra e, por outro, simultaneamente, ir formando os "viveiros de mão-de-obra" para seus projetos de exploração capitalista da terra. O Estado, por sua vez, tem ficado com a tarefa de buscar conter as tensões sociais e, nesse processo, tem feito dos projetos de colonização "válvula de escape" das áreas de tensão social. Assim tem sido historicamente a "marcha para o Oeste" e a colonização na fronteira (OLIVEIRA, 2016, p.158).

Contudo, torna-se importante destacar que o processo de colonização privado não se baseia apenas em bons frutos que culminaram na criação bem sucedida de vários centros urbanos na região Centro-Oeste e Norte do país, alguns pontos negativos foram evidentes. Abreu (2001) descreve-os explicando que:

[...] O processo em pauta está imbuído do discurso ideológico que omite a desigual estrutura fundiária regional e nacional, bem como a política de contenção de ebulições sociais. Ao deslocar as populações, "esvazia-se a temática", ao mesmo tempo em que empresas colonizadoras particulares enriquecem, exploram e ainda garantem um exército de reserva, formado por ex-agricultores, ex-colonos, enfim, para as empresas capitalistas que vêm instalar-se com incentivos, para explorar a madeira, os minerais, ou ainda, introduzir os megaprojetos agropecuários, agrominerais e agrofloretais induzidos pelos Programas Especiais (ABREU, 2001, p. 62).

Sobre o acesso desigual à terra, HOGAN et al. (2000) destacam que os incentivos da SUDAM, por exemplo (anos de 1960 e 1970), criaram condições para o surgimento de fazendas na região Centro Oeste geridas por grandes grupos, como, por exemplo, a Goodyear, Mitsubishi, Swift, Nestlé, Bradesco, Camargo Corrêa, entre outros, isto é, o processo de ocupação visto não foi igualitário.

A partir de 1970, a crescente ocupação veio acompanhada de desigualdade, conforme explica Fernandes (2000, p. 02), dizendo que "o modelo de desenvolvimento agropecuário implantado, desde a década de 1960, gerou a intensificação da concentração fundiária".

Nesse contexto, é possível entender o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) como programa/orgão de suma importância no que se refere ao incentivo à

ocupação da região central do país, devido ao seu êxito em promover um aumento significativo nessa ocupação. No entanto, é imprescindível ressaltar que essa ocupação não ocorreu sem consequências, especialmente no âmbito social (CUNHA, 2006).

Com base nisto, Cunha (2006) aponta que:

Como consequência desta “colonização acelerada”, ocorreu a multiplicação de diversos novos municípios nas áreas de fronteira, como é o caso do norte de Mato Grosso, os quais sofrem até hoje com a ausência de infraestrutura e serviços. São cidades pequenas, na maioria das vezes com população variando entre 20 e 50 mil habitantes, distantes geograficamente umas das outras (CUNHA, 2006, p. 89).

Com isso, as novas frentes agrícolas, somadas ao aprimoramento das técnicas de produção a partir de 1970, geraram uma atração maior das pessoas para a região Centro-Oeste do país, que passava a estar mais integrado com as outras regiões (HESPANHOL, 2000).

O mesmo autor supramencionado ainda destaca que:

Nas décadas de 1970 e 1980 a implantação de infra-estrutura viária e de comunicações, o desenvolvimento de pesquisa agropecuária, os baixos preços da terra e os incentivos fiscais e de créditos oferecidos pelo governo federal, possibilitaram uma grande expansão da produção agrícola [...] na região Centro-Oeste (HESPANHOL, 2000, p. 23).

Notoriamente, do ponto de vista geopolítico, a ocupação dessas áreas centrais do país era conhecida e encarada pelo governo da época como “espaços vazios”, como supramencionado, no entanto, além disto, essas áreas também apresentavam importância estratégica, principalmente nas áreas que correspondem à região de floresta amazônica, isto é, a ocupação destas também foi pensada como segurança nacional em âmbito interno e externo, atuando como uma “área escape”, cujos projetos de colonização mitigariam os conflitos agrários no Nordeste, Sul e Sudeste (SANTANA, 2009).

Tanto interesse necessita de recursos, conforme explica Santana (2009), apontando que:

Entre as medidas tomadas pelos governos militares podemos citar o incentivo aos grandes projetos na Amazônia. Estes projetos chamam a atenção, pelo volume de verbas que o Estado disponibilizava para estes projetos, destacando-se as áreas de mineração, agropecuária e madeireira. Em 1970 o jornal O Estado de Mato Grosso noticia que, mais de um de bilhão de cruzeiros já haviam sido investidos na Amazônia, desde 1966. Deste montante, o estado de Mato Grosso havia recebido 446,1 milhões de cruzeiros (SANTANA, 2009, p. 04).

Por outro lado, o interesse em expandir a área agricultável estava ligada à necessidade de produzir alimentos, para atender à demanda interna e, principalmente, à externa, no entanto, quem se beneficiava com isto eram apenas os grandes produtores de grãos (HOGAN et al., 2000).

Torna-se importante destacar que o processo de ocupação do Centro Oeste e Norte do país, além de não beneficiar os menos afortunados que viriam em busca de melhores condições de vida, também não beneficia as pessoas que já viviam nestas regiões, conforme explica Santana (2009):

Esse “vazio”, ao qual os textos e discursos dos governos militares se referem, nega a existência de mais de 170 nações indígenas, desconhecendo que esse território era terra de ocupação antiga, que abrigava posseiros, garimpeiros, populações quilombolas, entre outros indivíduos. A política dos governos militares para a Amazônia, utilizou o lema “ocupar para não entregar”, como se aquela imensa região fosse um “vazio demográfico” (SANTANA, 2009, p. 03).

O processo de ocupação partindo de Cuiabá a Santarém não foi pacífico, batalhões de engenharia de construção foram encarregados da missão da abertura de vias de acesso, conforme explica Santana (2009):

O Nono Batalhão de Engenharia e Construção (9º BEC) ficou responsável pelos quase 800 km de estrada em território mato-grossense, e o Oitavo Batalhão de Engenharia e Construção (8º BEC) estava encarregado da abertura da mesma rodovia no território paraense (SANTANA, 2009, p. 06).

Pessoas acompanharam a abertura da rodovia, eram colonos, visionários, posseiros, garimpeiros, grandes latifundiários e afins, todos em busca de melhores condições de vida e/ou riqueza e prosperidade, no entanto, como já havia pessoas instaladas nesses locais, o contato não ocorreu de modo pacífico e o saldo negativo de perdas foi para os povos indígenas da região (SANTANA, 2009).

Basicamente, no cenário atual, a região Centro-Oeste, em especial o norte do estado onde se localiza o objeto de estudo, possui uma crescente urbanização, porém, o campo já não é mais o destino final das pessoas que chegam à região, visto que as cidades se tornaram mais atrativas e/ou o campo mais inacessível. Sobre essa situação, Cunha (2006) aponta que:

[...] hoje, particularmente em termos migratórios, está muito aquém daquilo que foi na década de 70 e parte dos anos 80, fruto do progressivo desaparecimento de um dos fatores que mais contribuíram para a sua ocupação: a expansão e/ou manutenção das áreas de fronteira agrícola (CUNHA, 2006, p. 88).

Portanto, atualmente, observa-se um arco de urbanização na Amazônia de forma rígida e estes centros urbanos não estão estagnados, seu avanço é progressivo e sua função capitalista (que condiciona o trabalhador de baixa renda a exclusão), bastante delineada (BECKER, 1985).

O autor supracitado ainda expõe que:

Quanto menor o núcleo, mais exclusiva a função de circular a mão-de-obra, mais precários os equipamentos e menor o seu tempo de permanência, o que lhes atribui o caráter dominante de espaço de reprodução (BECKER, 1985, p. 367).

Deste modo, analisando a rápida urbanização da Amazônia, considerar a qualidade de vida das pessoas nos bairros segregados, bem como as atividades desempenhadas, condição de renda e habitação é necessário, visto que a renda dessa população se inseriu nas cidades de forma precarizada e se submeteu ao setor econômico que a acolheu (precariamente), como a áreas de serviço e comércio (que, muitas vezes, estão ali para atender à demanda da terra rural apenas). Basicamente, a urbe amazônica apresenta segregações modernas condicionadas por situações antigas (MARTINE; TURCHI, 1988).

Assim sendo, as pessoas que se estabeleceram como moradores da urbe amazônica enxergam as cidades como ponto de parada obrigatória (visto a impossibilidade de habitar em outro espaço), no entanto, fomentou -se, também, a existência de demandas sociais básicas, sobretudo em bairros periféricos excluídos. Portanto, cabe aos gestores compreenderem essas particularidades e ampliarem os serviços públicos, em especial, aqueles de natureza básica que, na maioria das vezes, são deficientes e/ou inexistentes nas cidades amazônicas (SATHLER; MONTE-MÓR; CARVALHO, 2009).

Portanto, é neste contexto de urbanização amazônica e de incentivos governamentais atrelados ao interesse privado que surge o município de Colíder. No entanto, as medidas adotadas que culminaram na criação da urbe são anteriores a sua criação oficial. Portanto, na década de 1970, o supramencionado Programa de Integração Nacional (PIN), cujo objetivo (por meio de obras de infraestrutura) fomentou a ocupação do país, em especial das regiões Norte e Nordeste do País, na prática, a região norte do Centro Oeste também acabou sendo beneficiada, pois, na primeira etapa do PIN, houve, entre outras coisas, a abertura de rodovias, como a BR-163 (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009).

Sobre o pressuposto, Hespanhol (2000) aponta que:

No início dos anos de 1970, foi lançado o Programa de Integração Nacional (PIN), sendo construídas rodovias como a Transamazônica, a Perimetral Norte e a Cuiabá-Santarém. Ao longo de tais rodovias, principalmente da Transamazônica, foram criados vários núcleos urbanos de colonização oficiais pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), através da doação de lotes a colonos provenientes sobretudo do Nordeste e do Centro - Sul do país. As dificuldades impostas pela exuberante floresta tropical, a distância de mercados e a não implantação de infra-estrutura básica pelo INCRA, concorreram para o fracasso da colonização oficial através do assentamento de pequenos produtores rurais (HESPANHOL, 2000, p. 13).

Em decorrência disto, colonizadoras privadas começaram a atuar. Na prática, além da Colonizadora Líder (responsável pela fundação do município de Colíder), outras empresas privadas foram responsáveis pela criação de vários centros urbanos. Abreu (2001) descreve algumas:

[...] é possível citar empresas colonizadoras, como a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, que atuou em Batayporã, Anaurilândia e Bataguassu; a Companhia Moura Andrade, que loteou áreas nas altas bacias dos rios Samambaia, São Bento e Anhanduí-Guaçu e a Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMECO), que atuou em Ivinhema e Glória de Dourados, para destacar as mais expressivas. No Norte, várias foram as colonizadoras instaladas como Rio Branco e Jauru, em Cáceres-MT; Colonizadora SINOP S/A, em Aripuanã e Juruena; INDECO, em Aripuanã, nas Glebas de Paranaíta e Alta Floresta; a CODEMAT, também em Aripuanã entre outras (ABREU, 2001, p. 60).

O espaço urbano da cidade teve início a partir da década de 1970, com a chegada de imigrantes atraídos pela oferta de terras férteis na região. No entanto, desconsiderando de momento este fluxo migratório para a localidade, é certo afirmar que os primeiros habitantes da região não foram os migrantes, pois já viviam, nesta, diferentes povos indígenas, conforme explica Aranha (2019), dizendo que:

Os primeiros habitantes da região foram povos indígenas de etnia Kayabi, que ocupavam as margens do rio Teles Pires (geograficamente conhecido por São Manoel) e Paranatinga. Seus descendentes se encontram atualmente no Parque Nacional do Xingu e na Terra Indígena Kayabi, à margem esquerda do Rio dos Peixes na Aldeia Tatuí, em Juara (ARANHA, 2019, p. 17).

É neste contexto de incentivos fiscais, com a abertura da rodovia supramencionada, que o início da ocupação do espaço que atualmente corresponde à cidade de Colíder foi iniciado por meio de comercialização de terras por uma empresa privada (a Colonizadora Líder, de titularidade de Raimundo da Costa Filho). Portanto, para todos os fins, pode-se dizer que a cidade teve seu início planejado,

considerando que topógrafos vindos do estado do Paraná seguindo a abertura da BR-163 realizaram estudos (por meio de voos) para identificar o local onde a colonizadora estabelecerá a cidade que estava sendo idealizada.

A criação oficial do patrimônio de Cafezal (Gleba Cafezal ou ainda Cafelândia, como era chamada a cidade inicialmente) ocorreu precisamente a 07 de maio de 1973. Registros apontam que um grande número de pessoas veio de outras regiões a partir do ano em questão, atraído pelas novas frentes agrícolas que prometiam terras férteis nessa região da Amazônia Legal (IBGE, 2020). Isto é, o migrante enxergou, nesses espaços, novas oportunidades de trabalho e a possibilidade de acesso à terra, com o Estado e o capital agindo e sendo protagonistas no processo de desenvolvimento da porção central do país.

A expectativa de oportunidades e grande produção agrícola foram as responsáveis pelo nome inicial da urbanidade que se instalava, no entanto, a facilidade produtiva prometida logo se mostrou fantasiosa. As primeiras famílias que se instalaram na localidade não receberam (de imediato) auxílio por parte do Estado ou da empresa responsável pela colonização. Muitos se viram deixados na localidade por conta própria, em certos casos, sem ter o que fazer e/ou para onde ir, assim, a inclusão precarizada da localidade já se fez presente na gênese da cidade. Com o desenvolvimento da cidade a posteriori, estas situações ocorridas representam uma contradição à imagem de “cidade planejada” que passou a ser veiculada e que logo verificou-se ser infundada conforme será abordado adiante. Quanto ao termo “Gleba Cafezal”, este, remete à tentativa de plantio de café nos estágios iniciais da ocupação, porém, tal cultura não teve êxito devido à emergência de se produzir outros itens de primeira necessidade, além de condições naturais do bioma amazônico inviabilizaram (na época) o cultivo da planta. Sobre esta questão, Aranha (2019), esclarece que:

O sonho de implantação da lavoura cafeeira não pode ser realizado pelas dificuldades financeiras e necessidades de produzir cereais devido a escassez de alimentos, além da falta de adaptação da cultura com o clima da região amazônica (ARANHA, 2019, p. 53).

Contudo, a permanência do nome ligado a uma cultura que não deu certo se deve (provavelmente) a uma localidade no Sul do país (provavelmente no estado da Paraná) que possuía o mesmo nome, o termo seria, portanto, associado ao pressuposto, uma homenagem de imigrantes paranaenses a esta nova frente agrícola que se iniciava. Todavia, as razões para o uso do nome também podem estar

associadas a uma estratégia de marketing, visto a intenção de comercializar as terras para paranaenses e estes (no sul do país) trabalhavam com esse tipo de produto. Assim, inicialmente, o nome Gleba Cafezal e/ou Cafelândia era usado intensamente para se referir à localidade de uma forma atraente, cuja propaganda passava a ideia de uma localidade bem estruturada, o que não representava a realidade, conforme explica Aranha (2019):

[...] famílias descarregaram suas mudanças na margem esquerda da BR-163, na altura do quilômetro 615 no meio da floresta sem nenhuma assistência por parte da colonizadora, sofrendo assim inúmeras dificuldades e aborrecimentos. Nesse mesmo ponto a colonizadora havia fixado uma placa grande com uma frase entusiasta "GLEBA CAFEZAL - AQUI SEU FUTURO É HOJE - CAFELÂNDIA A 42 km", passando a falsa impressão de que já havia um núcleo urbano, quando na realidade nem estrada existia para que os pioneiros que haviam comprado terras pudessem chegar à seus lotes, que aliás, nem sabiam onde seria assentado, As primeiras famílias que aqui chegaram, tiveram que aguardar até que fosse feito um picadão para levar as mudanças em cima da carreta de um trator fornecido pela colonizadora ao local dos lotes, quando estes eram definidos ou localizados. Como os lotes eram distantes, pois o início da gleba ficava a cerca de 20 km (vinte quilômetros) e o picadão era muito ruim, muitos móveis quebravam-se provocando prejuízo aos colonos (ARANHA, 2019, p. 23).

As dificuldades podem ser verificadas em registros históricos referentes aos estágios iniciais do que viria a ser o município de Colíder, alguns deles expostos na figura 02, onde, em A, se constata o descrito por Aranha (2019) como uma serraria no que seria um dos pontos de acesso à cidade que se iniciava e a própria atividade extrativista do setor primário evidencia o uso da terra para fins agrários conforme idealizado.

Outra via de acesso à urbe em estágio inicial é vista em B, que, assim como em A, trata-se de vias não pavimentadas, evidenciando, portanto, o acesso dificultoso supramencionado e/ou precário, condicionado a situações como a exposta em C. Em D, no entanto, verifica-se que a propaganda de futuro promissor surtiu efeito, visto o crescente fluxo migratório atestado, haja vista na figura do registro se constatar grande presença de veículos de transporte de pessoas.

Figura 2 – Registros fotográficos históricos



Fonte: Aranha (2019).

No entanto, além da prática extrativista, referente ao setor primário, outras foram amplamente realizadas próximas à urbanidade que se tornaria Colíder e que também foram responsáveis por difundir a ideia de progresso na região entre as pessoas, como, por exemplo, atividades ligadas à exploração de metais preciosos além das áreas de monocultivo e criação de animais.

A figura 03, exemplificada por Aranha (2019), traz o que seriam as primeiras áreas cultivadas na localidade. Em A, é visto um agricultor (não identificado) posando ao lado do milho colhido e, em B, o que parece ser uma área de pastagem. Portanto, a expansão agrícola delineada antes mesmo das ocupações realmente ocorrerem na região. Em C, é visto um armazém geral, já na urbanidade que se desenvolvia, assim como a construção em D.

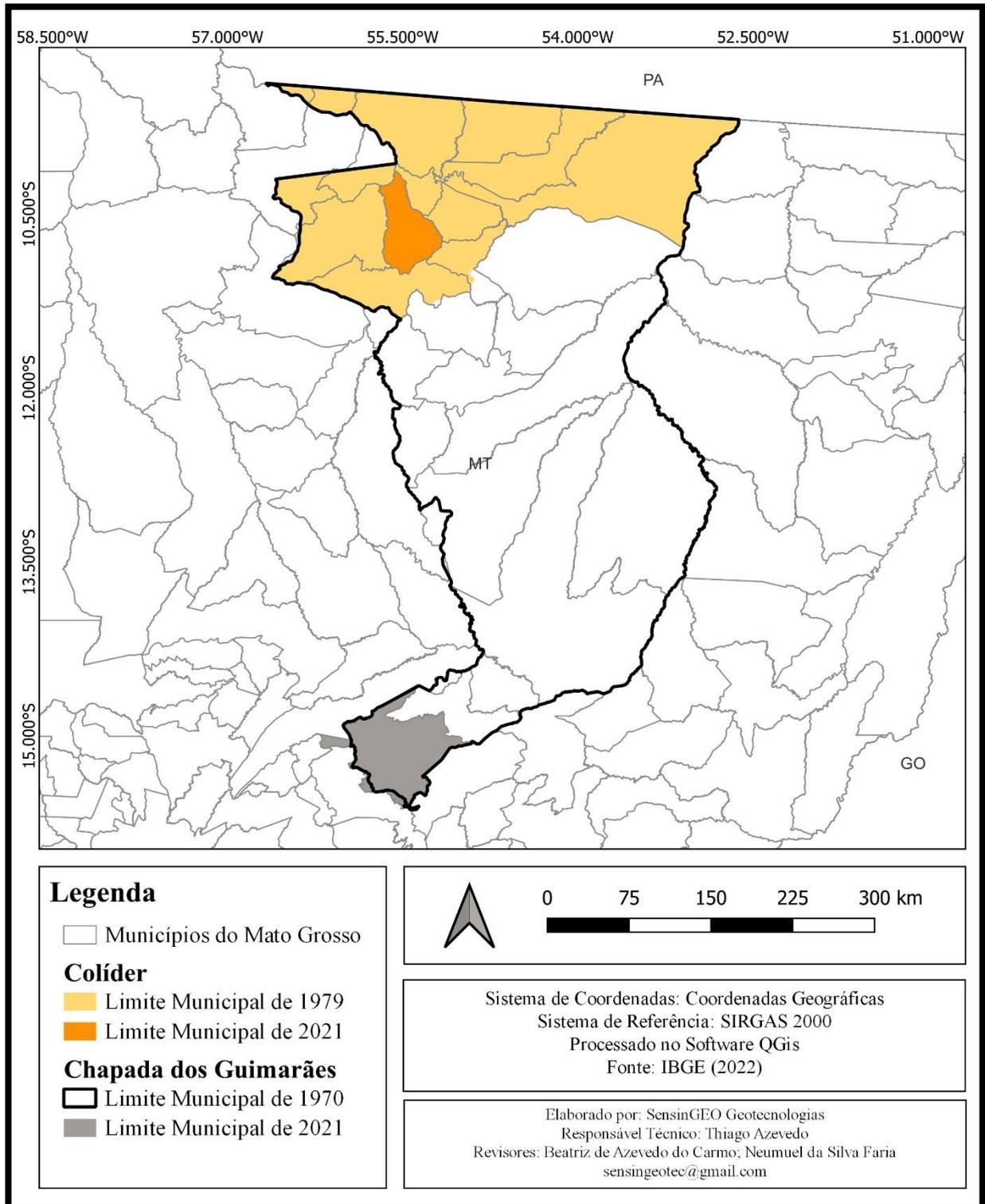
Figura 3 – Áreas de cultivo próximo ao “Patrimônio de Cafezal”



Fonte: Aranha (2019).

Somente após o aumento da população local, o nome "Patrimônio de Cafezal" foi substituído pelas iniciais da colonizadora responsável por organizar a ocupação da área (Colonizadora Líder), surgindo, então, o nome Colíder (Co+Líder). Em 1979, por meio da Lei Estadual nº. 4.158, criou -se, de forma oficial, o município, sendo desmembrado de Chapada dos Guimarães, e, no contexto atual, a extensão territorial do referido município bem como a configuração atual dos limites municipais pode ser observada na figura 04.

Figura 4 – Colíder e Chapada dos Guimarães (1970 – 2021)



Fonte: Organizado pelo autor (2022).

Conforme citado (e também verificado na figura 04), após a criação do município, é verificado uma área territorial muito maior do que a atual. Este fato se deve a presença de distritos no interior do espaço delimitado (como por exemplo o distrito de Garantã, Nova Canaã e Terra Nova) que mais tarde no contexto histórico

se tornaram outros municípios diferentes, sobre os referidos, Aranha (2019) os apresenta dizendo:

Itaúba, Nova Canaã, Terra Nova, Peixoto de Azevedo e Guarantã, todos por sua vez, transformados em municípios, respectivamente através das Leis 4.995, 4997, 5.005 e 5008, sancionados pelo ex-governador Júlio José de Campos no dia 13 de maio de 1986 (ARANHA, 2019, p. 65).

Todavia, com relação ao perímetro urbano de Colíder, é importante frisar que este não foi idealizada como outras urbanidades circunvizinhas. Sobre o pressuposto, Aranha (2019) explica que:

A cidade de Colíder, ao contrário de Sinop e Alta Floresta, não teve um processo colonizatório arrojado e planejado por grandes empresas estruturadas, tendo sido um imenso território repartido por pequenos e médios proprietários [...] (ARANHA, 2019, p.65).

Assim, a falta de organização explica a ocorrência de situações que acabaram impactando diretamente os imigrantes que tinham como destino esta localidade. O mesmo autor supramencionado ainda explica que muitos foram atraídos pela oferta de terras abundantes pela Colonizadora Líder (conforme explicado anteriormente), e ainda fizeram a compra das referidas propriedades antes mesmo de chegar ao município. Notoriamente a compra antecipada se deu na maioria dos casos pela parcela de imigrantes com condições financeiras para tal, e ainda, a compra prematura também evidencia a confiança com relação às boas terras de cultivo que eram propagandeadas. Porém, em muitos casos houve problemas em relação às propriedades adquiridas, pois, quando muitas destas famílias chegavam, às terras adquiridas já haviam sido vendidas novamente a outros colonos, isto acabou fazendo com que muitas destas fossem obrigadas a aceitar outra propriedade, porém, distante da urbanidade que iniciava.

Mesmo assim, o desenvolvimento da urbanidade ocorreu gradualmente e, vale ressaltar que nem todos os migrantes tinham o ambiente rural como objetivo e/ou destino final. Muitos se instalaram no perímetro urbano, atraídos pela oportunidade e/ou por serem impedidos (financeiramente) de ter acesso a algum pedaço de terra, visto que as terras não eram oferecidas em gratuidade, portanto, o início planejado não evitou a ocupação desordenada nem a segregação de grupos economicamente vulneráveis.

Todavia, sobre o desenvolvimento da urbanidade, alguns registros históricos mais recentes do contexto histórico podem ser verificados na figura 05, cujo

desenvolvimento é notável. Em A e B, vê-se a avenida principal da cidade em estágio inicial, agregando, ainda, vias não pavimentadas, no entanto, em C, verifica-se o que seria a primeira pavimentação asfáltica da urbe que se desenvolvia e, em D, a mesma avenida após anos de desenvolvimento.

Figura 5 – Evolução física do perímetro urbano da cidade de Colíder-MT



Fonte: Aranha (2019).

Portanto, após considerar o desenvolvimento dessa urbe amazônica, verifica-se que, desde os estágios iniciais, o acesso à terra era restrito apenas a grupos que detinham condições para fazê-lo, tornando a segregação induzida uma possibilidade intrínseca à cidade capitalista, mesmo que o território seja amplo no sentido de poder abrigar a população.

#### **4.3 Colíder: os agentes produtores da cidade, a exclusão urbana na situação contemporânea**

Para Corrêa (1989), os agentes que fazem e refazem a cidade são muitos, cada um com seus motivos inerentes. Para todos os fins estes são: os proprietários fundiários (aqueles que detêm a terra), os promotores imobiliários (os especuladores), o Estado, os grupos excluídos e, por fim, os proprietários dos meios de produção.

Portanto, cada um desses agentes produz o espaço urbano (suas mazelas e/ou benfeitorias) e, para Corrêa (1989), os donos da terra (descritos como proprietários fundiários) possuem objetivo de obter lucro dela em seu sentido de venda, isto é, eles as têm não para fins de moradia/uso.

No que diz respeito aos promotores imobiliários, por estarem envolvidos direta ou indiretamente com operações de financiamento, engenharia e ou com o comércio de imóveis, também reproduzem o espaço urbano, obviamente para grupos seletos, pois produzem habitações voltadas à negociação e, na sociedade capitalista, não são todos que conseguem ter acesso ao mercado de terras de forma igualitária.

Desta forma, considerando a cidade de Colíder, verifica-se a comercialização de terras por estes dois agentes, tem-se aí o objetivo do capitalista explícito, que se baseia na busca por acúmulo de capital por meio da objetificação da terra como mercadoria.

Quanto ao Estado, este organiza a cidade por meio de suas legislações e ações públicas, cabe a ele, entre outras coisas, fazer a regulamentação da terra, definir área de ocupação legal, recolher impostos, oferecer crédito fundiário e infraestrutura básica e de habitação, neste sentido, todas essas ações do Estado constroem a cidade assim como os agentes supracitados.

Todavia, este mesmo estado que pode regulamentar a terra habitada, pode negá-la, caso está não cumpra seus requisitos legais. Na cidade de Colíder, por exemplo, o Plano Diretor Municipal age como instrumento norteador sobre como devem ser realizados os empreendimentos imobiliários, como sabe-se. Portanto, toda e qualquer habitação e/ou conjunto de habitações no perímetro urbano deve estar alinhado com o documento, do contrário o poder público municipal tem o poder de embargo, o que interrompe a comercialização de terras e assim, a ocupação de áreas consideradas irregulares. Dependendo do ambiente ocupado, a paralisação da ocupação é de fundamental importância (considerando os riscos humanos e ambientais existentes, como, por exemplo, a ocupações de encostas e/ou em áreas de preservação permanente). Contudo, nos últimos anos verifica-se diferentes espaços periurbanos em construção nas proximidades da cidade de Colíder semelhantes ao Loteamento Moradia Bela Vista, conforme pode ser verificado na figura 06, porém, nenhuma delas foram barradas legalmente pelo poder público por este entender estes espaços como áreas rurais, estando, portanto, desobrigadas de seguir protocolos urbanos que interromperam ocupações dentro da urbanidade.

Ainda sobre os agentes que constroem a cidade, Corrêa (1989), ainda, descreve que os grupos excluídos também produzem a cidade e, por não terem condição financeira que possibilite a inserção no espaço urbano de forma legal, instalam-se em locais impróprios e/ou periféricos de forma precarizada, tendo em vista que, nestes espaços, há deficiência de infraestrutura básica. Note, no contexto da cidade de Colíder, existe uma relação entre estes agentes produtores da cidade e os supracitados, visto que, a averiguação sobre a forma como o estado tem atuado no que diz respeito à referida cidade, e quem detém aos moldes do capital a posse da terra direciona as pessoas pobres para a exclusão, contudo, é importante salientar que quanto ao poder de embargo do estado, a interrupção de ocupações nestes espaços periurbanos não deve ser realizada, pois, como visto, para muitos, são estes os únicos espaços onde a posse da terra é possível.

E quanto aos proprietários dos meios de produção (que podem ser descritos como donos de grandes empresas)? Bem, por consumirem grandes espaços e serem detentores do capital, eles acabam por configurar a cidade, pois a localização de um grande complexo industrial concede-lhes o controle do espaço, permitindo a segregação residencial (devido ao valor da terra no entorno de sua posse), que pode tanto atrair certas camadas sociais como expulsar outras.

Em síntese, os produtores da cidade são os responsáveis pela forma que ela assume o espaço conforme apontou Carlos (2011). Assim, entender como ocorre a produção e a reprodução do espaço tornou-se a peça chave para compreender o mundo urbano. Novos padrões são observados na cidade a partir disto e, nela, o capital mostrou-se intimamente ligado à dinâmica urbana como supramencionado. Assim, pensando no contexto da cidade de modo geral (onde inclui-se as urbanidades amazônicas como a cidade de Colíder), observa-se que elas sofrem com o aumento populacional ao longo de seu contexto histórico (e diferentes classes produzem o urbano), o que acaba possibilitando muitas transformações internas pelos agentes citados. Nota-se que a procura por um local de moradia (ou forma de uso distinto) em decorrência deste aumento de número de habitantes na urbe, gera um aumento do território da cidade (mancha urbana) e, em decorrência disso, existe um “adensamento habitacional”. Assim, como o mercado de terras é restrito, ocorre assim a fragmentação espacial conforme explicou Sposito (1996). Temos aí a origem das territorialidades excluídas como o Loteamento moradia Bela Vista assim como os demais espaços periurbanos.

Portanto, quando se verifica o crescimento da malha urbana de qualquer cidade, Burgess (1970) salienta que não deve ser levado em conta apenas o aspecto físico dela, isto é, o crescimento urbano vem acompanhado de uma série de situações particulares de cunho social que devem ganhar atenção. Deste modo, é certo que, com o aumento da cidade, observa-se, também, a intensificação da segregação urbana na forma supracitada. Além disto, vale ressaltar que este reordenamento dos espaços realoca e classifica os indivíduos conforme seu poder econômico de apropriação do território, vemos então os contrastes econômicos da cidade.

Assim, na cidade contemporânea, uma crise urbana é inevitável conforme destaca Maricato (2015), já que o Estado não tem controle total sobre a ocupação do solo e o acesso informal à terra pela parcela da população que não consegue de modo formal (ou apenas passar esta ideia, considerando a classificação de áreas como não pertencentes à cidade para então se desobrigar de levar infraestrutura básica a estes espaços). E, na cidade produzida por diferentes agentes, as classes baixas são claramente mais afetadas na utilização do território, podendo ser classificada de duas formas: o grupo dos proprietários, que consegue a posse da terra de alguma forma, e o grupo dos sem propriedades, que não possui posse alguma, dependendo, assim, de outras formas, como aluguel, por exemplo. No entanto, ambos os grupos, caso inseridos num local ocupado de forma irregular, estão à mercê de um processo de segregação, à margem da sociedade que consegue, aos moldes do capital, acesso à cidade (SANTOS, 1999).

Sendo assim, conforme exposto por Davis (2008), a construção do espaço urbano pelos agentes que a produzem, revela suas contradições, pois, apesar de unidas em uma malha urbana, as classes sociais não compartilham as mesmas oportunidades. As cidades são, portanto, locais de conflitos de classes onde a população pobre precisa lutar por sua sobrevivência como grupo excluído territorialmente. Aparentemente, o crescimento da pobreza nas cidades é algo sem solução, mas são necessários meios para minimizar tal acontecimento.

Neste sentido, Davis (2008) aponta que um dos problemas urbanos mais latentes é a carência habitacional, isto é, o mercado de terras à mercê dos proprietários fundiários e dos promotores imobiliários exclui grande parte da população em decorrência da ausência de condições financeiras desta. Existe, portanto, uma única saída para essas pessoas, o acesso marginal à cidade.

Estes ambientes no contexto de Colíder, podem ser observados na figura 06.

Note-se que estes conjuntos de habitações são numerosos, e vale destacar que o processo de crescimento destas não se encontra estagnado. É muito provável que nos próximos anos o número de espaços como este continuará aumentando. Portanto, uma reflexão sobre o reconhecimento destes espaços como parte da cidade é pertinente reconhecê-los como sendo parte da urbe. É essencial para o direito à cidade e para levar dignidade e infraestrutura mínima a estes ambientes. Contudo, estes espaços permanecerão como periféricos.

Santos (1993) defende que a cidade, desta forma, passa a ter a imagem de “vilã”, por apresentar em sua estrutura uma desigualdade social latente. No entanto, os reais responsáveis por essa situação sobre a cidade são aqueles que a condicionam desta forma. Isto é, a problemática urbana revela uma falta de interesse em socializar os problemas urbanos. Aqueles que conseguem pagar pelo acesso à terra o fazem sem empecilhos, já aqueles que não possuem condições para realizar tal feito ocupam áreas periféricas e são estes, em grande maioria, que lutam pelo direito à cidade.

Neste sentido, o direito à cidade aparentemente é algo de difícil aceitação pela elite urbana que usa o espaço de forma individualista (de classe), enquanto isto, os excluídos ocupam áreas periféricas da cidade, vivendo em condições de vulnerabilidade socioambiental, seja de infraestrutura ou em casos extremos de precariedade de vida, não havendo condições financeiras de se manter nem mesmo nesses locais impróprios (MARICATO, 2001).

E, ainda sobre os excluídos, no cerne urbano aparentemente as pessoas pobres são invisíveis (não literalmente, estão ali, porém não são vistas), e/ou são ignoradas. Esse fato deve-se ao individualismo urbano vivenciado na cidade, isto gera uma consequência grave, pois há pessoas em condições de extrema vulnerabilidade nas periferias passando por problemas que as classes mais abastadas não querem ver (LACOSTE, 1990).

Ainda, sobre a situação do menos favorecido na cidade, Negri (2008) aponta que:

Morar num bairro periférico de baixa renda hoje significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, renda, cultural. Isto quer dizer que um morador de um bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente. Implica, na maioria dos casos, em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital (NEGRI, 2008, p. 136).

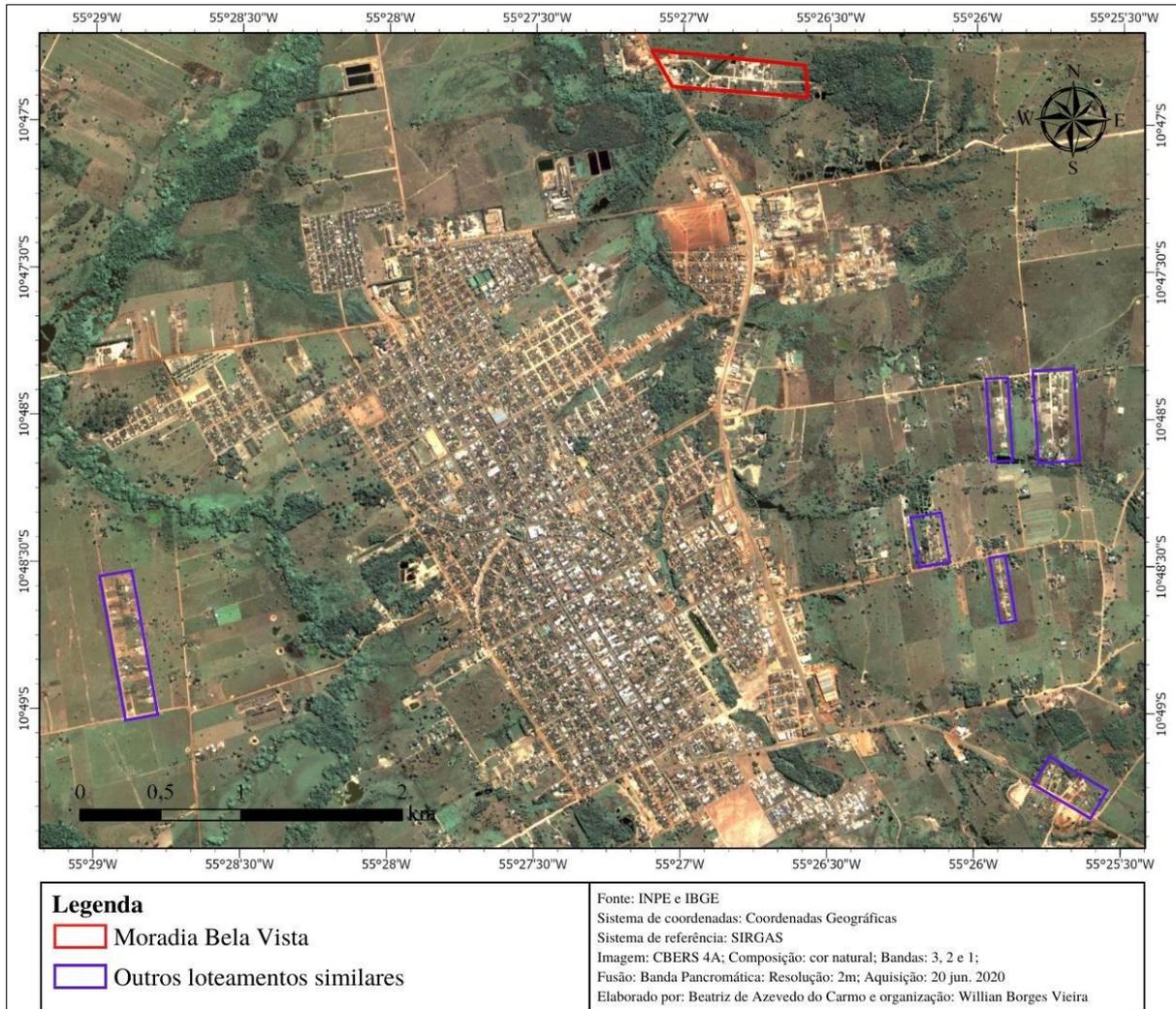
Porém, sobre o motivo disso, o mesmo autor discorre:

Mas por que isso acontece? Acontece porque a maioria dos investimentos públicos é voltada para os bairros da classe de mais alta renda e, como os bairros da classe de baixa renda localizam-se em sua maioria longe do centro e das classes altas, os investimentos públicos acabam chegando – quando chegam – de maneira bastante precária. E isto se reflete nos índices de instrução, de saúde, entre outros (NEGRI, 2008, p. 136).

Sendo assim, a segregação social não se limita apenas ao âmbito residencial (espaço físico da cidade) separando o “rico do pobre”, ela está ligada ao abstrato, como a ação do Estado e, além do pressuposto, a segregação aumenta o espaço entre as classes numa escala maior, nutrindo um pré-julgamento sobre a cidade, onde existem lugares ruins (não seguros) e bons (seguros), produzindo espaços e seres humanos que os habitam estigmatizados. Obviamente que contribui para tal situação o (des) ordenamento jurídico, bem como o baixo investimento do poder público em áreas irregulares, sem poder econômico, mais pobres, criando condições para possíveis índices de violência maiores (SOUZA,2009).

Sabendo como estes espaços excluídos do centro urbano são formados, torna-se imprescindível entender também, que além de características físicas e econômicas ímpares, estes também são ambientes que sustentam a memória e identidade de quem neles habitam, pois, lembremos dos lugares e suas afetividades intrínseca. Assim, os espaços periurbanos estão longe de ser apenas partes fragmentadas da cidade, existem ali diferentes significados, o que sustenta a possibilidade de haver noção de pertencimento por quem habita neles, isto explicaria a questão de moradores se acham incluídos na cidade. É certo dizer que os diferentes lugares da urbanidade são passíveis de diferentes percepções. Todavia, prendendo-se ao palpável e visível, a figura 06 apresenta novamente o Loteamento Moradia Bela Vista bem como o perímetro urbano da cidade, porém, agora existe a identificação de outros loteamentos periurbanos semelhantes ao referido que foram formados de maneira semelhante.

Figura 6 – Outros espaços periurbanos próximos a Colíder



Fonte: Organizado pelo autor (2022).

Além de saber a forma como a cidade de Colíder encontra-se organizada é importante considerar que mesmo com o atual modelo de produção capitalista, os espaços urbanos são entendidos cada vez mais como ambientes possuidores de ritmos econômicos diferentes que fomentaram a urbanização (mesmo com as inovações de organização social que surgem na sociedade moderna, e com o suposto progresso geral fomentado pela expansão da fronteira agrícola). Assim, observando o processo histórico do referido conforme já discutido (o mesmo vale para outros do mesmo contexto). O espaço fragmentado não é fruto da modernidade autoritária e conservadora, construída em tempos distintos e por atores diferentes. Assim, a cidade não pode ser entendida como uma espécie de sistema fechado conforme explica Lefebvre (2001), considerando os níveis de realidade que existem nela.

De modo geral, considerando a dinâmica das urbanizações no Brasil, tem-se o que se conhece como “urbanização dispersa” algo muito frequente, mas o que seria ela? Bem, o processo é caracterizado pela separação física do tecido urbano, conforme pode ser verificado na figura 06, onde, os loteamentos encontram-se afastados do resto da urbe, e em decorrência da carência de infraestruturas que se observa neles (em especial o Loteamento Moradia Bela Vista destacado), é correto denominá-lo também como territorialidade excluída. Isto implica dizer que esta fragmentação espacial da cidade traz mudanças até mesmo no próprio tecido urbano, pois, a criação e desenvolvimento de novos espaços de consumo, de residências e/ou produção alteram a dinâmica urbana, afetando e definindo as práticas e /ou modo de vida dos habitantes destes espaços.

Notoriamente a fragmentação urbana passa a ideia de ter sido fomentada por contexto político, passando assim a ideia de poder. No entanto tem-se como visto, diferentes agentes relacionados à produção da cidade. Todavia, quando o poder público acaba legitimando a territorialidade como legal, verifica-se assim, a fragmentação como consequência de uma aceitação (SOUZA, 2000). Ou seja, pensando nas territorialidades excluídas, existe na convivência social no espaço urbano que é interrompida, conforme explica Sposito (1996), há uma redução no contato entre pessoas e sua forma de circular entre os espaços. Isto fomenta a fragmentação, condicionando a existência de uma forma totalmente nova de se habitar, há, portanto, uma concordância com o processo de urbanização dispersa citado.

Portanto, está urbanização dispersa é vista na cidade de Colíder no contexto atual, conforme apresenta a figura 06. Obviamente, isto acaba por alterar a dinâmica urbana que havia antes do surgimento destes espaços excluídos, acentuando desta forma, a própria exclusão (pois ela já existia) no espaço da cidade. Estes espaços periurbanos são entendidos (na maioria das vezes) como única opção de moradia viável à população mais pobre, sendo assim é possível constatar uma contradição urbana que revela as classes dentro do tecido da cidade, onde, de um lado tem-se territorialidades excluídas e dos outros novos empreendimentos do setor imobiliário aos moldes do capital. Contudo, há de se compreender o que seria esta cidade e quem são os protagonistas nela. Obviamente existe uma classe dominante que detém o controle dos meios de produção a aquelas subalternas que são exploradas, Colíder não foge o padrão que Lefebvre (2001) apresenta, dizendo que:

Atualmente [...] a cidade moderna intensifica, organizando a exploração de toda a sociedade (não apenas da classe operária como também de outras classes sociais não dominantes). Isso é dizer que ela não é um lugar passivo da produção ou da concentração dos capitais, mas sim que o urbano intervém como tal na produção [...] (LEFEBVRE, 2001, p. 67).

Assim, pensando na fragmentação do espaço urbano evidente em Colíder, é correto dizer que há classes sociais habitando cada qual em seus espaços adequados, porém, num contexto geral a relação de trabalho sugere a convivência entre elas conforme explica Gomes (2002), não no mesmo espaço quiçá de forma amigável e justa, o que há é uma necessidade nesta convivência, isto é, a submissão necessária do proletário do ponto de vista da classe abastada (GOMES, 2002).

Outro ponto a destacar sobre a organização atual da cidade. A apropriação do espaço ocorre (de forma legal e ilegal), contudo, estando a classe mais pobre fixada nestes ambientes excluídos, existe a posse da propriedade privada, porém, refere-se a uma posse dramática pela condição e formas de acesso a ela. Há, portanto, a urgente necessidade de mitigar os impactos causados pela exclusão urbana possibilitando o direito à cidade (CARLOS, 2001).

#### **4.4 A ótica dos moradores: o processo de construção do Loteamento Moradia Bela Vista e a fundamentação das experiências individuais**

A fim de levantar informações iniciais acerca do Loteamento Moradia Bela Vista sob a ótica dos moradores, executou-se a entrevista compreensiva com três moradores do bairro, cuja escolaridade, faixa etária e tempo de moradia no Loteamento Moradia Bela Vista podem ser observadas no Quadro 01. Trata-se de indivíduos com graus de relação diferenciados, considerando o objeto de pesquisa, e, para garantir seu anonimato, os referidos não terão identidade/imagem divulgada. Eles serão referidos conforme apresentado no quadro.

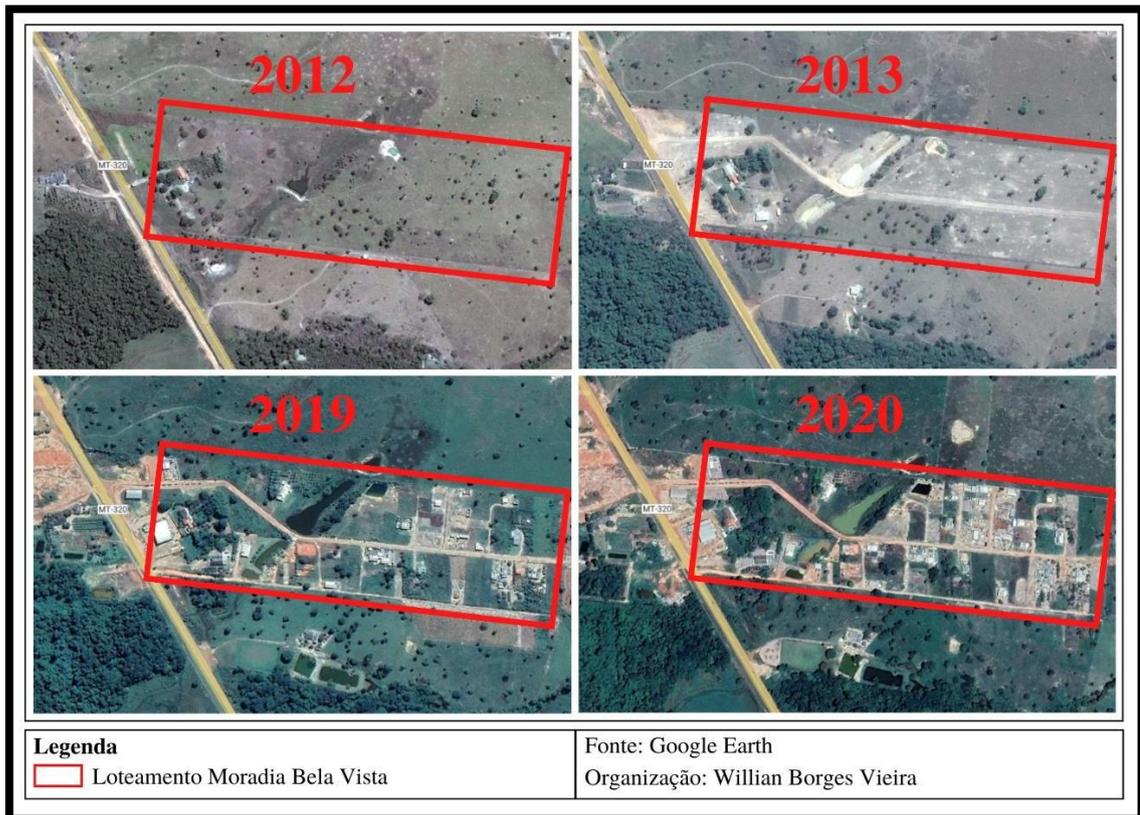
Quadro 1 – Perfil dos entrevistados

<b>Entrevistado</b>	<b>Faixa etária</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Tempo de moradia</b>
01	Entre 21 e 30 anos	Ensino médio completo	Entre 04 e 06 anos
02	Entre 31 e 40 anos	Ensino médio completo	Entre 01 e 02 anos
03	Entre 51 e 60 anos	Ensino fundamental completo	Não se aplica

Fonte: Organizado pelo autor (2022).

Um dos moradores, identificado apenas como entrevistado 01, esteve presente na localidade desde sua gênese, conforme defendido por ele, ou seja, um dos primeiros moradores a ocupar e construir sua moradia no espaço. Essa afirmação revela que o Loteamento Moradia Bela Vista não é antigo, e sim, recente considerando o contexto histórico de criação e desenvolvimento do município conforme mencionado (e seu rápido desenvolvimento pode ser verificado na figura 07).

Figura 7– Processo de formação do Loteamento Moradia Bela Vista



Fonte: organizado pelo autor (2022).

Portanto, observando imagens disponibilizadas gratuitamente pelo aplicativo *Google Earth*, conforme exposto na figura 07, constata-se que as informações sobre o início da "urbanidade" local concordam com as informações do entrevistado 01, visto que é a partir de 2013 que se verifica um processo acentuado de ocupação por habitações da localidade.

Já o segundo morador (o entrevistado 02), veio a construir sua habitação e mudar-se para o local a *posteriori*, quando já havia um número maior de outras residências no local. (e o entrevistado 03 trata-se de um detentor de terra no espaço (lote vazio), porém, não o ocupa como moradia, mantendo-o unicamente visando a lucro numa eventual negociação. Sendo assim, abordar pessoas que possuem tempo

de moradia e/ou relações diferentes com o espaço da pesquisa foi proposital, visto que tal situação pode elucidar melhor a condição da habitação, do uso da terra e da consciência situacional do habitado sob perspectivas diferentes.

Sendo assim, quando se consideram situações particulares para explicar a segregação, tem-se mais credibilidade, conforme explica Villaça (2001), dispondo que, desta forma, permite-se uma melhor explicação sobre a composição e estrutura urbana, pois diferentes manifestações sociais são observadas como partes de uma totalidade.

Neste sentido, para compreender como ocorreu o início do Loteamento Moradia Bela Vista enquanto mercadoria, questionaram-se os entrevistados sobre a forma como tiveram conhecimento acerca da comercialização de lotes na localidade. E, partindo de suas explicações, constata-se que a situação dos entrevistados é semelhante, pois, obtiveram conhecimento sobre a área por meio de terceiros e, provavelmente, o mesmo ocorreu com os demais moradores.

Para o entrevistado 01, uma conversa informal o levou até a localidade quando o loteamento se iniciava. Para ele, as informações sobre a comercialização de lotes veio de pessoa que não habitava na área, porém, o alertou do baixo preço da terra na localidade, portanto, possivelmente trata-se de uma informação que circulou e circula entre a camada mais vulnerável economicamente, visto que é nela que existe uma busca por alternativas a do solo urbano arrendado (aluguel) para, então, se apropriar da terra não se atentando às problemáticas locais, como foi o caso deste entrevistado, que evidencia, portanto, um espaço idealizado por essa camada social, antes mesmo de se habitar. Sendo assim, a terra segregada pode ser interpretada como necessária à reprodução do espaço urbano da cidade capitalista, visto que a oferta de terras aos moldes como ocorreu, notoriamente, visava à classe pobre e quem o fez buscava acúmulo de capital.

Este fato é justificável, pois, conforme explicam Carlos, Volochko e Alvarez (2015):

Com isso, consolida-se e estende-se ao espaço o caráter abstrato (porque quantificável e alienado das diferenças e das qualidades) do valor a partir da mercadoria e da propriedade privada do solo. As contradições produzidas no plano da reprodução capitalista não podem mais ser pensadas de modo separado das contradições que são produzidas por essa reprodução econômica no plano espacial, visto que atualmente a produção do espaço vem desempenhando um papel essencial para a continuidade do desenvolvimento do modo de produção capitalista (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015, p. 09).

Os mesmos autores ainda dispõem que:

Os discursos realizados por determinadas classes nos lugares estudados mascaram as estratégias conflituosas próprias à produção do espaço. Preenchidos dos mais diversos álibis, procuram esconder uma preocupação com a desvalorização da propriedade e ocultar o fato de que, na cidade capitalista, "para uns é priorizado o valor-de-uso da propriedade, para outros o valor de troca". Esses conflitos [...] aliados à busca pela manutenção ou aumento do valor da propriedade, revelaram que inclusive em mesmos grupos ora era priorizado o espaço para a troca ora o espaço para a realização da vida. Os processos decorrentes da elaboração da Operação Urbana também atingem de maneira diferenciada proprietários (defendendo a propriedade tanto como mercadoria quanto como possibilidade do uso e realização da vida por meio da moradia) e inquilinos (que tendem a ser expulsos para áreas mais distantes devido ao aumento do aluguel) (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015, p. 200).

Para os entrevistados 02 e 03, o conhecimento sobre o local bem como a possibilidade de se habitar e/ou utilizá-lo como bem rentável veio de outros moradores do local, já apresentando um ambiente construído, isto é, para eles, naquele momento, havia um vislumbre da forma, características e composição do Loteamento Moradia Bela Vista, visto que se trata de um momento em que habitações apresentavam-se construídas, servidas de um sistema básico de infraestrutura, deficiente obviamente quando se compara ao ambiente central da cidade, porém, melhor estruturado em vista do início das ocupações no local, portanto, uma situação inversa ao vivenciado pelo entrevistado 01.

Portanto, para entender a origem do objeto de estudo, consideraram-se as experiências e o conhecimento prático do entrevistado 01, devido ao seu tempo de permanência no local. No entanto, para uma dupla constatação sobre o mesmo fato, valeu questionário entrevistado 02, que confirmou pontos cruciais sobre a instalação do objeto de estudo. Nos momentos iniciais do Loteamento Moradia Bela Vista, a comercialização de terras estava baseada em lotes apenas, não existindo residências prontas disponíveis ou colocadas à venda. Havia apenas as vias (ruas) sem pavimentação e toda a infraestrutura atual era inexistente, ficando a cargo do comprador do lote providenciá-la. Por conseguinte, quando se iniciava o processo de construção das moradias, não existia rede elétrica à disposição, ou iluminação pública, coleta de lixo, transporte escolar e similares. Basicamente, tratava-se de um ambiente rural "recortado" e transformado em pequenos espaços negociáveis, como uma "pequena urbanidade". Obviamente, o objetivo era o acúmulo de capital por parte do detentor da terra.

Sendo assim, os moradores, ao negociarem seus espaços na localidade, se condicionaram as situações existentes em cada momento de ocupação, apresentando-se a distância (conforme visto na figura 01) com o centro urbano como um problema quando se considera o deslocamento diário, além do baixo preço negociável de suas habitações caso exista a necessidade de vendê-la. Além disso, a necessidade inicial de financiar e/ou construir por meios próprios as moradias revela moradores de autoconstrução periférica, conforme explicam Carlos, Volochko e Alvarez (2015):

Pouco ou nada atrativas para o capital, as periferias vão se constituindo como áreas insalubres, onde os sujeitos se reduzem à sua condição de força de trabalho, dividindo o tempo entre trabalho/deslocamento e a autoconstrução da moradia, conformando a cidade sustentada na contradição entre valor de uso/ troca do espaço urbano tomado mercadoria. Centro e periferia se constituem, assim, contraditoriamente em sua unidade lógica: o processo de reprodução social sob o comando do capital (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015, p. 09).

Tornou-se necessário, portanto, discutir a facilidade de acesso à terra local e, considerando informações apresentadas para o entrevistado 01, a compra e o acesso a terra não ocorreu/ocorre de forma dificultosa, pois, em seu caso, além da negociação ocorrer diretamente com o proprietário fundiário (dispensando agentes/promotores imobiliários), o pagamento pelo terreno não necessitou de capital em espécie (dinheiro). Na situação particular ilustrada por ele, foram utilizados dois veículos automotores (um carro e uma motocicleta) como forma de pagamento. O motivo dessa troca pode ser entendido como a impossibilidade de compra imediata utilizando recursos financeiros e esta ação evidencia duas situações, a primeira ligada à subordinação da classe pobre frente aos proprietários fundiários, visto que ela se submete a qualquer coisa para acessar a moradia e, por outro lado, constata-se o proprietário fundiário disposto a aceitar bens materiais sabendo da possibilidade de negociá-los posteriormente, visando a lucro, visto que, segundo informações apresentadas, na negociação, os veículos utilizados apresentados possuíam valor de mercado superior ao lote adquirido.

Sob esse viés, a ausência da atividade imobiliária executada por agentes especializados na comercialização da terra não torna o Loteamento Bela Vista um ambiente cujo aproveitamento da terra visando a acúmulo predatório de capital mostra-se ausente. Essa subordinação observada é abordada também por Carlos, Volochko e Alvarez (2015), que expõem:

O caráter produtivo de parte da atividade imobiliária não significa, no entanto, uma via para a "desfinanceirização" da economia e nem mesmo um alívio da crise que atinge mais sensivelmente os segmentos produtivos. Muito pelo contrário, ele subordina aos imperativos da lógica financeira o processo de produção e o produto principal dessa nova economia: o espaço urbano e a cidade. Com o fortalecimento dos vínculos entre a construção e o mercado de capitais, a temporalidade que se impõe à construção é cada vez mais aquela dos mercados financeiros e, com isso, os projetos, os materiais, os lugares passam a fazer parte de estratégias criadas pelo segmento para atender aos anseios de uma demanda que não é representativa do consumo ou do uso (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015, p. 09).

No entanto, quanto aos demais entrevistados, a forma de aquisição da terra difere do supramencionado e/ou, ao menos, possui motivação diferenciada. Para o entrevistado 02, a aquisição foi realizada utilizando capital, porém, observa-se, no momento em que ocorre a apropriação da terra, a existência da mercantilização da mesma, visto que a compra, neste caso, não ocorreu com o proprietário que abriu as vias de acesso e a negociação de lotes no espaço. O mesmo aconteceu com o entrevistado 03 (a recompra de terceiros da terra), cuja situação difere do entrevistado 02 apenas por este ter utilizado também um veículo como item de troca. Sendo assim, em âmbito geral, a facilidade de acesso ao loteamento para moradia e/ou especulação pode ser descrita como não burocrática e barata, pois, segundo defendido pelos entrevistados, não há muitos trâmites envolvendo documentações necessárias para posse e/ou construção de habitação no espaço, ao contrário do que ocorre em bairros urbanos, em especial, naqueles próximos ao centro urbano.

No entanto, ao questionar se eles consideram o loteamento como parte da periferia urbana da cidade de Colíder, a resposta foi negativa. Porém, torna-se importante destacar que essa afirmação inicial pode se basear no desconhecimento terminológico sobre a organização espacial urbana e a grupos periféricos.

No entanto, o exercício de questioná-los sobre tal assunto ainda assim tornou-se importante, pois revelou que, no cotidiano, a população economicamente vulnerável pode desconhecer sua própria situação. Tanto que as formas de acesso à terra pelos moldes legais (que foram descritos pelos entrevistados como documentos e procedimentos burocráticos, elencados a posteriori na pesquisa) revelam a exclusão dessas pessoas da cidade "legal", visto que, no caso dos entrevistados, não havia a possibilidade de adquirir uma terra urbana atendendo às especificações para tal. Neste sentido, o Loteamento Moradia Bela Vista passa a ser interpretado como *lócus* genuíno da classe vulnerável.

Desta forma, o supracitado é comprovável, pois existem muitos trâmites e documentações necessárias para o acesso à terra e a construção de habitação na cidade. Uma parte disso se encontra descrita em Plano Diretor do município, sendo possível verificar que, em primeiro momento, toda construção (e similares) deve respeitar o que estabelecem as diretrizes federais, além do referido documento, conforme se observado em seu art.1º, expondo que:

Art 1º Toda construção, reconstrução, reforma, ampliação ou demolição efetuada por particulares ou entidade pública, no Município de Colíder, é regulada por esta Lei, obedecidas as normas Federais e Estaduais relativas à matéria, e em especial o Plano Diretor Municipal e as Leis Municipais de Uso e Ocupação do Solo e Parcelamento do Solo (COLÍDER, 2015, p. 01).

E, além disto, após, o art. 3º do plano supracitado, que discorre sobre o alvará de construção que autoriza a execução das obras (como sendo necessário), são expostos, ainda, os direitos e as responsabilidades do poder público municipal, apresentado que:

Art 4º Cabe ao Município a aprovação do projeto de arquitetura e de urbanismo, observando as disposições deste Código bem como os padrões urbanísticos definidos pela legislação municipal vigente. Art 5º O Município licenciará e fiscalizará a execução e a utilização das edificações. § 1º Compete ao Município fiscalizar a manutenção das condições de segurança e salubridade das obras e edificações. §2º Os engenheiros e fiscais da Prefeitura terão ingresso a todas as obras mediante a apresentação de prova de identidade, independentemente de qualquer outra formalidade. Art 6º Em qualquer período da execução da obra, o órgão competente da Prefeitura poderá exigir que lhe seja apresentado projetos, cálculos e demais detalhes que julgar necessários. Art 7º O Município deverá assegurar, através do respectivo órgão competente, o acesso dos munícipes a todas as informações contidas na legislação municipal pertinente a aprovação e execução de obras, bem como o uso permitido (COLÍDER, 2015, p. 05).

Notadamente, constam as obrigações referentes ao poder público municipal. No entanto, não se menciona, entre os artigos, como fica a situação da classe pobre quanto à obtenção de documentos essenciais à referida autorização (como projeto de arquitetura). Portanto, a documentação mencionada pelos entrevistados, que os exclui da cidade capitalista, em primeiro lugar, é popularmente conhecida como escritura. Este item ainda se apresenta bastante ausente até mesmo para bairros urbanos estabelecidos anteriormente, visto que o registro regulamentador de imóveis ainda é deficiente no Brasil, portanto, um item, para a terra segregada, quase utópico. Porém, o plano diretor municipal ainda dispõe com detalhes outros documentos necessários, em seu capítulo III, em que, após as disposições administrativas e técnicas, o art.17

apresenta:

Art 17 A execução de quaisquer atividades, citadas no artigo 1º desta Lei será precedida dos seguintes Atos Administrativos: I - consulta prévia para construção; II - aprovação do Projeto Definitivo; - do Alvará de Licença para Construção; - do Alvará de Licença para Construção – ou Habite-se; V - da Licença para Demolição; - do Alvará de Regularização; - do Alvará de Passagem; VIII -do Alvará de Obra de Terra; IX - do Alvará de Obras Públicas (COLÍDER, 2015, p. 06).

Desta forma, o descontentamento dos entrevistados no que se refere ao acesso à terra legal é compreensível e confirma o exposto por Maricato (2003, p. 151), expondo que “a maior parte da produção habitacional no Brasil se faz à margem da lei, sem financiamento público e sem o concurso de profissionais arquitetos e engenheiros”, pois, antes mesmo da execução da obra, verificam-se gastos consideráveis no que diz respeito à documentação e autorizações. Portanto, por se tratarem de pessoas de baixa renda, que geralmente ocupam bairros periféricos, como o Loteamento Moradia Bela Vista, a não exigência documental promove uma atratividade maior para o local. Por outro lado, além das situações particulares, tornou-se relevante discutir a situação de outros moradores do local sob a ótica dos entrevistados, visto que, conforme observado, a própria consciência situacional não é conhecida, validando os questionamentos sobre os demais moradores. Desta forma, com base nos relatos dos entrevistados, existe, entre os moradores, como um todo, a consciência quanto a diferentes ganhos e a uma possível motivação diferenciada em relação à apropriação da terra, mesmo que a maioria (aparentando) pertença a uma classe econômica vulnerável. O entrevistado 01 argumentou que é possível verificar habitações cujo tamanho e características revelam necessidade de quantia significativa para sua construção, fato que evidencia um grau de rendimento superior, portanto, para ele, há moradores que optaram por estar na localidade, atraídos pela tranquilidade aparente.

Todavia, em paralelo a isto, verificam-se facilmente habitações cujo tamanho é menor e, em certos casos, abrigam famílias, mesmo inacabadas, o que evidencia situação inversa da supracitada. Já o entrevistado 02 limitou-se a argumentar que, sim, existem motivações e condições diferentes, visto que cada morador naquele ambiente vive sob situações diferenciadas, por fim, o próprio entrevistado 03 pode ser considerado como uma razão diferente referente à posse, vista sua intenção de obtenção de lucro por meio da comercialização da terra apenas.

No entanto, ao serem questionados sobre o que sentem ao habitar no local, as respostas foram positivas, contudo, é importante destacar o momento em que essas

ocupações ocorreram, pois, para o entrevistado 01, é seguro afirmar que a motivação de adquirir um espaço no local não partiu do fato de o mesmo ter gostado da área, mas por necessidade, ao menos nos estágios iniciais do loteamento, de acordo como a forma como conseguiu realizar a aquisição da terra. E, considerando a falta de infraestrutura existente no início, ter afirmado gostar de residir no Loteamento Moradia Bela Vista se trata de uma percepção atual, mesmo havendo problemas locais, e o mesmo contempla o entrevistado 02, pois sua habitação apresenta-se recente dado o histórico do local, em momento com infraestrutura básica existente (mesmo de forma precária), que o induziu a tal resposta.

Num contexto geral, os problemas de se habitar, mencionados acerca do local, são de ordem física básica (saneamento), como, por exemplo, a falta de água encanada, de rede de esgotamento sanitário, além da ausência do poder público municipal, no que diz respeito à conservação de vias, afinal, conforme afirmado pelos entrevistados 01 e 02, em diferentes momentos, foi necessário que houvesse a arrecadação de fundos (pelos próprios habitantes do local), visando à contratação de empresas privadas para manutenção viária.

Portanto, se os serviços básicos por parte do poder público municipal são distintos, seus impactos também o são. Assim, considerando o que os entrevistados apresentaram acerca da consciência das situações econômicas distintas existentes na localidade, torna-se importante destacar que, conforme defendido por Hogan (2005), as diferenças sociais condicionam a existência de vulnerabilidades diferentes, visto que a ausência de ação do poder público potencializa situações que afetam grupos sociais de maneiras diferentes, nitidamente, a parcela abastada nesta situação disponibiliza recursos sem que isso afete sua condição atual significativamente. No entanto, considerando aquele desprovido economicamente, os impactos recaídos sobre ele no que tange ao financiamento de ações que, em situações normais, é dever do poder público não só afeta o orçamento familiar como desperta sensação de aversão, conforme visto entre os entrevistados quando as ações do poder público foram citadas.

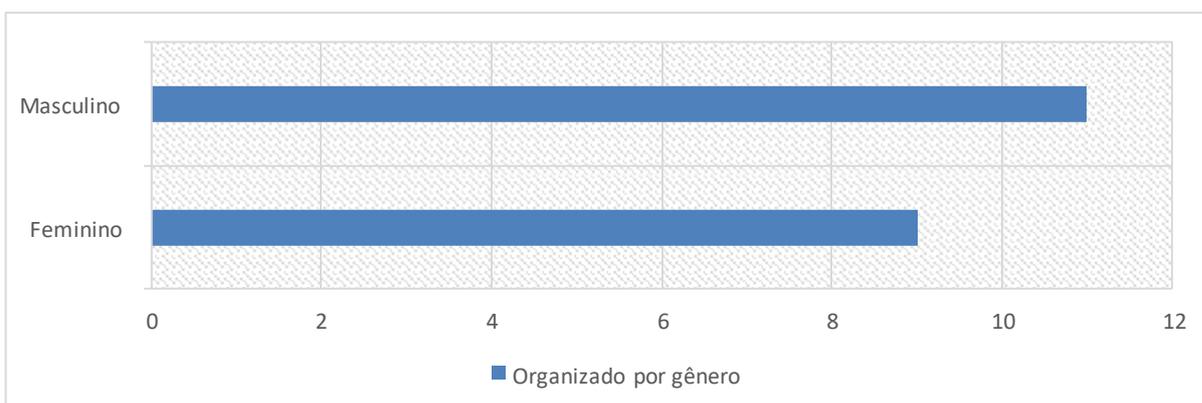
Portanto, conclui-se com as entrevistas que, apesar de abrigar uma população pobre, existem diferenças econômicas e sociais internas, assim como há motivações distintas no que contempla à posse da terra. E, ainda, não se constata um autoconhecimento situacional por parte dos moradores enquanto segregados, pois assim não se percebem.

#### 4.5 Os moradores do Loteamento Moradia Bela Vista: uma análise da composição social

Quando os chefes de família do Loteamento Moradia Bela Vista são analisados por meio da aplicação de questionários, conhece-se uma população heterogênea, onde, as diferenças existentes no campo social, econômico e grau de instrução tornam-se mais evidentes quando comparado a uma simples observação espacial, e a análise aprofundada das situações reforçam e validam as informações coletadas nas entrevistas conduzidas apresentadas pelos entrevistados. No entanto, em meio a estas diferenças, os moradores locais são semelhantes no que tange à condição espacial.

A análise da composição populacional local teve como ponto de partida o levantamento do gênero do chefe de família questionado. Assim, observou-se a que chefes de família (autodeclarados), dispostos a fornecer informações sobre a situação familiar permitiu averiguar que estes foram compreendidos de forma quase igualitária, conforme o gráfico 01 apresenta é possível observar que a (auto) titulação referida não é um papel exclusivo de homens, visto que, nas residências visitadas, as mulheres representaram quase metade dos questionados.

Gráfico 1 – O gênero dos questionados



Fonte: organizado pelo autor (2022).

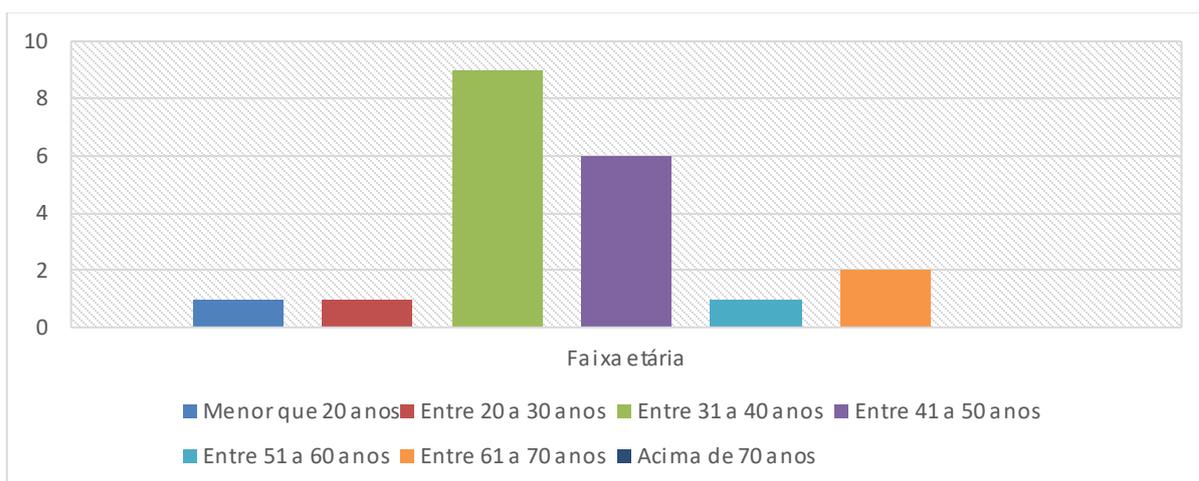
Portanto, a atitude feminina em se posicionar à frente, para representar a família, confirma o proposto por Santana (2010), o qual discorre que uma inferioridade feminina baseada em apenas gênero se trata de uma inverdade, visto que o pressuposto se refere exclusivamente a credo cultural, pensamento presente e difundido em décadas anteriores.

Assim, pensando no imigrante do século XX, tal situação fosse fundada, visto

que, a figura masculina estava à frente na tomada de decisões bem como na titulação de propriedades, e naturalmente, cabia a ele a venda da força de trabalho para sustento familiar. A mulher neste contexto, assumia uma postura do lar. Porém, tal situação está caindo em desuso com a mulher atuando ativamente em atividades econômicas na contemporaneidade, e com base nas informações levantadas verificase (conforme apresenta o gráfico 01, a responsabilidade feminina em destaque). Sendo assim, apesar de todas as famílias analisadas in loco possuírem na composição/estrutura familiar as figuras paternas e maternas, o sexo feminino as representa em situação de igualdade.

Sob outro aspecto, ao examinar a faixa etária dos chefes de família concordantes em expor sua idade real, nota-se uma população economicamente ativa (PEA), conforme apresentado no Gráfico 02.

Gráfico 2 – Idade dos questionados



Fonte: organizado pelo autor (2022).

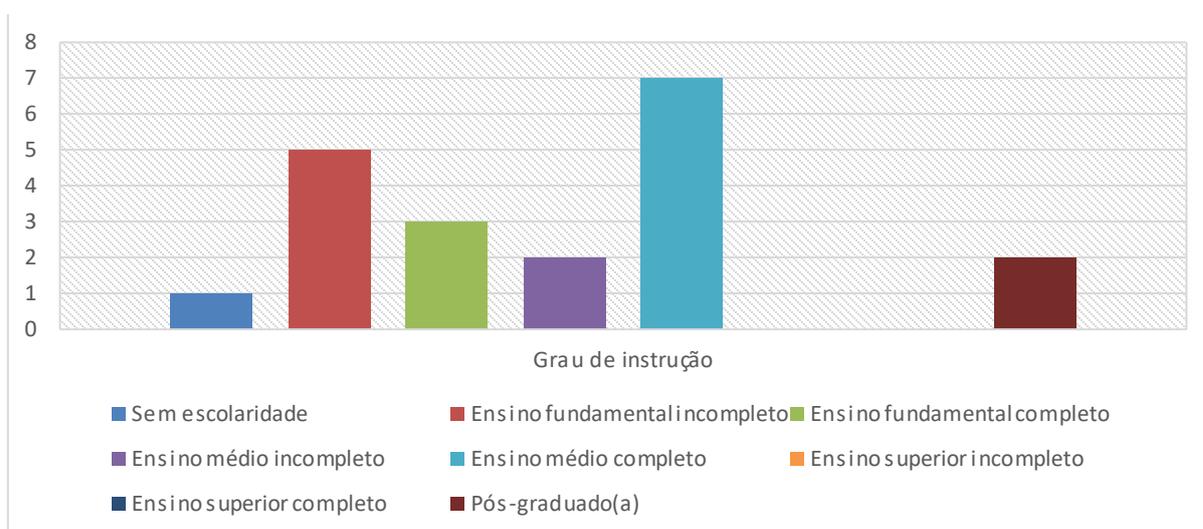
Em síntese, considerando que os entrevistados, em sua maioria, representam indivíduos aptos ao trabalho, não há indivíduos não capazes de prover sustento familiar no Loteamento Moradia Bela Vista. Na maior parte, trata-se de pessoas que exercem funções/atividades remuneradas considerando o supramencionado, portanto, esse fato comprova que o desenvolvimento dessa periferia atraiu aqueles que possuem uma característica social, econômica e etária em comum, isto é, o proletário apto para o trabalho, porém, em um ambiente periférico, conforme condiciona a cidade capitalista, revelando, portanto, uma subordinação ao capital produtivo.

E, comprovando o supracitado, Carlos, Volochko e Alvarez (2015) expõem que:

[...] portanto, só é possível encontrar suas determinações na cidade capitalista, aquela constituída a partir dos processos mais gerais de reprodução do capital, que guardam a necessidade intrínseca da produção e realização de mais-valia e da propriedade privada da terra (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015, p. 66).

Quanto ao nível de escolaridade, conhecendo os moradores do local, nota-se que os chefes de família possuem, em sua maioria, formação escolar básica completa (ensino médio) ao menos, no entanto, no cenário geral, existe, conforme exposto no Gráfico 03, um pequeno número que possui nível superior de ensino.

Gráfico 3 – Nível de escolaridade dos questionados



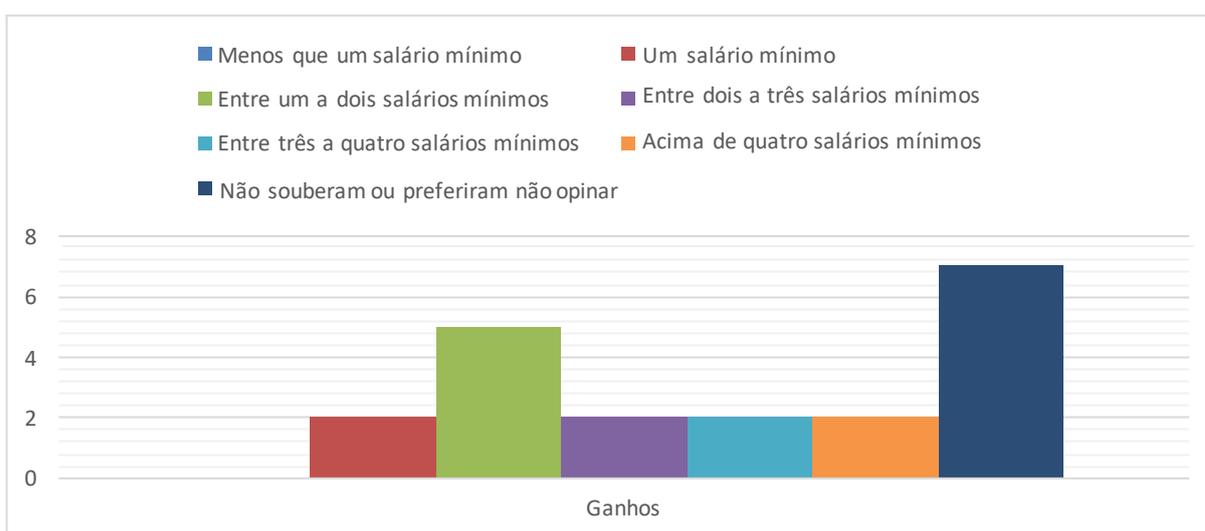
Fonte: organizado pelo autor (2022).

O número significativo de pessoas sem ensino superior não é exclusivo do local de estudo e, sim, característica da classe social dominante de cada espaço. Neste sentido, considerando dados gerais expostos por Osorio (2009), no Brasil, em 2006, menos da metade das pessoas com idade entre 18 e 24 anos possuíam ensino médio completo e número ainda menor frequentava universidades. Notoriamente houve melhorias em relação ao acesso e à oferta de educação pública, visto que o número de pessoas de classe baixa com ensino superior completo teve aumento após a data supracitada. No entanto, ainda existe grande percentual de pessoas sem instrução superior no país e a maioria destas referem-se a pessoas de baixa renda. Esta situação numa sociedade capitalista é compreensível, visto que, no sistema a função destas pessoas é o trabalho com ganhos mínimos, isto é, instruir tais pessoas fará com que eles conheçam sua função dentro do sistema capitalista e isto implica dar consciência social, fato que para os detentores do capital é uma ameaça ao seu

acúmulo. Contudo, prendendo-se no Loteamento Moradia Bela Vista, verifica-se no gráfico 03, que o local abriga pessoas com baixa escolaridade como maioria.

Todavia, quando se observam os ganhos mensais (considerando a família) dos questionados, conforme exposto no Gráfico 04, os maiores ganhos totais se limitam a até dois salários mínimos (uma pequena parcela detém ganhos que excedem três salários mínimos). E além disto, existem famílias que sobrevivem com apenas um salário. No entanto, verificou-se que um grande número de moradores optou por não responder ao questionamento e esta ação pode ter tido motivações distintas, dentre elas o receio em revelar o real ganho por medo e/ou vergonha do valor.

Gráfico 4 - Rendimento mensal por família



Fonte: organizado pelo autor (2022).

E quanto à atividade remunerada exercida pelos chefes de família, verifica-se, conforme exposto no Quadro 02, que, apesar de atividades diferenciadas, a maioria possui vínculo empregatício com o setor de comércio da cidade, apenas um pequeno número mantém vínculo com o setor público exercendo alguma atividade e/ou aposentado (a).

Quadro 2 – Profissão exercida pelo questionado (a)

<b>Número de questionados</b>	<b>Atividade exercida</b>
04	Atividades domésticas
02	Motorista de veículos pesados
05	Pedreiro
02	Professor (a)
02	Aposentado (a)
01	Polidor de veículos diversos
03	Atividade comercial não especificada

Fonte: organizado pelo autor (2022).

E, durante o questionamento referente à profissão exercida (apresentadas no Quadro 02), torna-se importante destacar que não houve casos em que o (a) questionado(a) optou por não responder à função exercida. Em casos onde a especificidade do cargo não foi apresentada, os entrevistados foram enquadrados no campo “atividade comercial não especificada”, respeitando o sigilo de informações pessoais conforme descrito em procedimentos metodológicos. No entanto, comparando as informações entre o Gráfico 04 e o Quadro 02, verifica-se uma informação importante, se os ganhos mensais em maioria se referem a até três salários mínimos e a principal atividade desempenhada é aquela ligada ao comércio geral, isto significa que não apenas o chefe de família possui vínculo empregatício, visto a necessidade de ambos estarem ligados a alguma atividade remunerada (considerando os ganhos mensais descritos).

Sendo assim, o pressuposto concorda com o que Nunes e Vilarinho (2001) discorrem, dizendo que as funções do lar, apesar de ainda existirem e tendo indivíduos adeptos a ela, trata-se de uma atividade em declínio no mundo contemporâneo, pois o planejamento familiar direciona os chefes de família (de ambos os sexos) a ocuparem uma posição de sustento. A residência e os filhos não são mais interpretados como o lugar da mulher, ela agora precisa (na maioria dos casos por necessidade) auxiliar a manter a família e/ou chefiá-la, portanto, considerando as informações coletadas. É o que ocorre na localidade.

No entanto, observando o Quadro 03, que apresenta o número de pessoas por residência visitada, bem como sua idade real e estimada, verifica-se, em maioria,

residências abrigando um número de membros significantes (considerando dependentes), fato este que valida o apresentado pelos autores supramencionados.

Quadro 3 – Número e idade de residentes por família

Local	Número de pessoas na família	Idade				
Residência 01	02	O questionado optou por não responder				
Residência 02	03	O questionado optou por não responder				
Residência 03	03	O questionado optou por não responder				
Residência 04	04	O questionado optou por não responder				
Residência 05	04	O questionado optou por não responder				
Residência 06	03	O questionado optou por não responder				
Residência 07	05	O questionado optou por não responder				
Residência 08	02	1ª pessoa		2ª pessoa		
		80 anos		62 anos		
Residência 09	02	1ª pessoa		2ª pessoa		
		56 anos		60 anos		
Residência 10	02	1ª pessoa		2ª pessoa		
		62 anos		70 anos		
Residência 11	03	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa		
		20 anos	51 anos	Não informado		
Residência 12	03	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa		
		12 anos	41 anos	50 anos		
Residência 13	03	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa		
		16 anos	60 anos	66 anos		
Residência 14	03	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa		
		04 anos	30 anos	40 anos		
Residência 15	04	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa	
		15 anos	16 anos	35 anos	42 anos	
Residência 16	04	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa	
		14 anos	23 anos	45 anos	Não informado	
Residência 17	04	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa	
		02 anos	06 anos	Não informado	Não informado	
Residência 18	05	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa	5ª pessoa
		02 anos	05 anos	07 anos	30 anos	36 anos
Residência 19	05	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa	5ª pessoa
		04 anos	10 anos	14 anos	33 anos	40 anos
Residência 20	05	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	4ª pessoa	5ª pessoa
		01 anos	13 anos	19 anos	41 anos	Não informado

Fonte: organizado pelo autor (2022).

Torna-se importante destacar que, apesar de dispostos a responder à idade própria (estimada), conforme exposto no gráfico 02, quando se questionou a idade dos demais ocupantes das residências (especificamente), muitos optaram por não responder, visto a demanda de tempo e/ou por interpretação como invasão de

privacidade, ocorrendo situações em que preferiram apresentar a idade estimada, conforme apresentado na Quadro 03.

Houve ainda, informações imprecisas em seis residências visitadas, fazendo as informações destas serem desconsideradas. Por fim, em apenas quinze residências, foi possível conhecer a idade e o número de pessoas residindo com uma certa exatidão. No entanto, as informações expostas mostraram-se suficientes para compreender que, na localidade, existem famílias diversificadas quanto a número de integrantes e condição financeira, tornado certo apresentar que a população local é composta por círculos familiares que, além de não serem numerosas, trata-se de habitações cujos chefes de família precisam atuar em conjunto para sustento dela, fato característico em famílias de baixa renda.

Basicamente, a taxa de fecundidade também possui uma relação com o rendimento mensal familiar conforme explicaram Berquó e Cavenaghi (2006), onde estes avaliaram dados dispostos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) apresentando que apesar de as famílias economicamente mais vulneráveis historicamente possuíam maiores números de filhos, foram verificadas reduções no número de nascimentos neste círculos familiares assim como ocorreu com aquelas cujos ganhos mensais eram maiores, por exemplo, em 1991 a quantidade média de filhos por mulher cujo a família possui renda baseada em mais de cinco salários mínimos correspondia a 1,2 e reduziu para 1,1 filhos em média em 2004, em paralelo a isto, constatou-se que pessoas pertencentes a círculos familiares em situação de vulnerabilidade econômica com ganhos não computáveis e/ou iam até um salário mínimo e meio, o número de filhos se baseava em 5,5 filhos em média em 1991, caindo para 4,6 em 2004.

Todavia, ainda pretendendo-se na redução nas taxas de fecundidade, para dar maior credibilidade ao contexto do espaço analisado é necessário observar também números mais atuais que corroborem a constante redução analisada. Portanto, dados gerais do último censo (2010), comprovaram que a taxa de fecundidade entre mulheres a partir de 15 anos, cujos ganhos se baseiam em até um salário mínimo era de 3,90 enquanto aquelas com ganhos computáveis acima de cinco salários mínimos se baseavam em 0,97. De modo geral, a queda nas taxas de fecundidade estão associados a fatores distintos, os quais podem ser citados a popularização dos métodos contraceptivos, a inserção da mulher no mercado de trabalho, o custo de vida elevado para a manutenção da prole e/ou planejamento familiar, conforme

descrito por Nunes e Vilarinho (2001).

Assim, o cenário descrito pelos autores supramencionados, reforçados com dados do último censo demográfico, indiretamente validam as informações sustentadas pelo entrevistado B, além de justificarem a quantidade de dependentes por família expostos no quadro 03 verificados no Loteamento Moradia Bela Vista.

Além disto, conforme exposto no Quadro 02, devido ao vínculo empregatício com o setor terciário ser predominante na área, verifica-se a necessidade de locomoção diária. Desse modo, considerando a distância entre o Loteamento Moradia Bela Vista e o perímetro urbano de Colíder baseado em aproximadamente um quilômetro, torna-se necessário considerar meios de locomoção. E, conforme evidenciado em questionamento aos chefes de família, não é possível residir no local sem algum tipo de veículo (todos os questionados concordaram. Sendo assim, as famílias necessitam obrigatoriamente de veículo, mas, para a classe economicamente vulnerável, torna-se um desafio a posse de um meio de transporte em boas condições. Basicamente, a classe pobre vê-se diante de desafios de forma constante. Portanto, o tipo e quantidade destes podem ser observados no Quadro 04.

Quadro 4 – Relação de moradores e seus meios de transporte

<b>Tipo de veículo</b>	<b>Quantidade de moradores</b>
Apenas motocicleta	04
Apenas carro	08
Carro e motocicleta	07
Outros	01

Fonte: organizado pelo autor (2022).

Nesse aspecto, considerando o local de moradia e a distância, entre outras coisas, Davis (2008) confirma o pressuposto, apresentando que:

Em toda parte do Terceiro Mundo a escolha da moradia é um cálculo complicado de considerações ambíguas [...]. Os pobres urbanos têm de resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes, a própria segurança (DAVIS, 2008, p.39).

Desta forma, quanto a meios de locomoção, o número de veículos identificados por moradores não implica qualidade, pois, mesmo em situações cujo morador alegou possuir mais de um, em âmbito geral, não se tratava de meios de transportes novos, visto que, o estado de conservação veicular é reflexo do ganho pessoal e,

considerando que na área existe um grande número de moradores com baixa rentabilidade mensal (conforme exposto no gráfico 03), veículos cujo ano de fabricação é superior a dez anos com manutenção duvidosa compreendem a maioria entre os identificados no Quadro 03.

Sendo assim, conforme explica Neto (2009), defendendo que os bens, considerando estados físicos, podem refletir nos deslocamentos pendulares diários, para o autor:

[...] bens e equipamentos urbanos tem efeito nos padrões diários de deslocamentos da população, seja estimulando o movimento para alguns seja limitando-o através de condições desfavoráveis de infraestrutura urbana e de transportes para outro (NETO, 2009, p. 15).

Com isso, ainda conforme explica o autor, transportes de baixa qualidade evidenciam áreas vulneráveis em que a classe predominante é a segregada. Sendo assim, essa vulnerabilidade pode ser entendida como uma barreira para a qualidade de vida, pois a desigualdade limita a mobilidade urbana, podendo até impossibilitar a circulação na cidade.

Em síntese, ao analisar a posição social e condições econômicas supracitadas das pessoas que moram no Loteamento Moradia Bela Vista são compreensíveis pela posição que ocupam dentro de uma sociedade capitalista, e mesmo no contexto amazônico sua função na reprodução do capital não é alterada. Todas as pessoas aptas para o trabalho na localidade são trabalhadores cujo sustento se baseia em vender sua força de trabalho a um valor mínimo (os valores podem ser atestados no gráfico 04). Assim, independente da profissão e valores que sugerem melhores ganhos, todos são parte do proletariado, o que sugere um ambiente formado e idealizado para pessoas com esta função. Verifica-se, portanto, conforme explica Queiroz e Souza (2020), o capital como condicionante para existência do ambiente, pois, se trata de uma territorialidade excluída.

Desta forma, pensando na cidade fragmentada que faz do espaço referido ser descrito como territorialidade excluída, deve-se ter consciência sobre as relações que possibilitaram a existência das características econômicas apresentadas. Portanto, considerando o sistema capitalista, onde a burguesia e a classe média são contempladas com graus maiores de segurança econômica, não faria sentido encontrar pessoas pertencentes a estas camadas sociais entre aqueles que habitam o Loteamento Moradia Bela Vista, pois, sua territorialidade é outra (das áreas centrais

da urbanidade por exemplo ou outros espaços seletivos).

Desta forma, ao observar as classes sociais da cidade e a situação financeira daqueles que residem no local referido, não se verificam ações movidas unilateralmente pela caridade, e sim por interesses de uma classe frente a outra. Para a burguesia, aumentar o lucro é objetivo central de suas atuações, mesmo que isso signifique piorar a vida de quem eles vendem sua força de trabalho, para o proletário, verifica-se a busca pela renda unicamente para sustento familiar.

Portanto, a compra da força de trabalho em valores mínimos, fomenta ainda a existência uma situação de subalternidade entre classes, e considerando que o proletário forma a maioria dentro de uma sociedade capitalista, verifica-se uma contradição que é trabalhada e discutida pela vertente marxista onde é debatido não fazer sentido (pela lógica básica) que esta classe vulnerável economicamente concorde passivamente com o que lhe é imposto.

No entanto, na sociedade atual, mesmo com Marx (2011) apresentado um esgotamento do ciclo de ascensão do capitalismo que fomentou um declínio histórico do sistema, sua ruptura ou colapso total torna-se um cenário pouco plausível para os próximos anos, visto que seu funcionamento permanece forte com uma aparente aceitação geral (a incluir o proletário), considerando que não há comoção em massa que visam mudar esta esquematização baseada em exploração dos trabalhadores pela burguesia, tampouco mudanças na ideologia predominante.

Está referida “aceitação” de subalternidade também pode ser entendida, portanto, compreendendo-a haverá possibilidades para entender as razões pela qual os moradores do Loteamento Moradia Bela Vista aceitam as condições às quais estão sendo submetidos. Tudo se baseia na própria condição do excluído, que podem ser interpretadas como “perigosas” para quem controle a terra e o capital e compra o tempo e a força de trabalho como afirma Marx (2011), pois, a possibilidade reivindicações que podem ser feitas de forma a mitigar os impactos causados pelas distâncias entre as classes significaria uma redução na obtenção de lucros, pois, este estaria sendo melhor distribuído caso ocorresse.

Todavia, este empoderamento que repousa sobre a classe baixa da sociedade é descartado por ela mesma observando o cenário das cidades capitalistas amazônicas onde o comportamento do próprio excluído evidencia que suas ideias foram moldadas de forma a atender os interesses da burguesia. Portanto, considerando suas características econômicas e modo de vida, tudo sugere uma

condição de aceitação situacional. Além do pressuposto, vale destacar o que expõe Fontes (2008), que diz:

Aliás, a intensificação da atuação patronal nessas entidades leva a supor que sua atividade não apenas realiza uma contenção dos movimentos populares, impedindo a emergência de uma consciência ético-política contra hegemônica ou revolucionária. Nas condições do predomínio internacional do capital monetário, essas entidades se disseminam para educar (e explorar) trabalhadores com vistas a jornadas sem limites, trabalho sem direitos, política sem horizontes (FONTES, 2008, p.35).

Assim, esta aceitação não é sinônimo de neutralidade e/ou falta de inteligência, o fato é que não havendo como prover sustento familiar senão pela venda de sua força de trabalho (mesmo com a consciência situacional sendo “descoberta” por todos em mesma condição), as pessoas se veem obrigadas a aceitar o que lhe é ofertado, e para tal, muitas vezes isto significa ganhar minimamente e /ou ainda abandonar o estudo e/ou não avançar na capacitação e currículo por necessidades maiores (este fato é sustentado pelo nível de escolarização dos moradores questionados exposto no gráfico 03).

Em resumo, as pessoas que moram no Loteamento Moradia Bela Vista são pessoas que se encontram inseridos nos meios de produção e no sistema capitalista, tanto que possuem propriedade privada, porém, não como mandatários, patrões e/ou proprietários dos meios de produção, mas sim como explorados, sendo, portanto, uma peça substituível na busca por acúmulo de capital.

Assim, considerando que muitos optaram pelo local pelo baixo custo da terra e pela facilidade de acesso a ela, conforme expõe o gráfico 10, aparentemente tem-se uma consciência de situação, porém, pela impossibilidade de mudar todo um sistema, a aceitação é o caminho mais rápido. Conforme explicam Tonet e Lessa (2012), o pouco obtido justifica o local de moradia destas pessoas, pois, a renda não permite (como já discutido) o acesso ao centro urbano, e os promotores imobiliários, proprietários fundiários e o estado (este último por ignorar as desigualdades existentes em classes distintas, dando a burguesias maiores poderes), direcionam estas pessoas a áreas excluídas da urbanidade legal, tende-se aí os bairros/ loteamentos periféricos e /ou periurbanos como é o caso do espaço da pesquisa.

#### **4.6 As Moradias: o reflexo das condições socioeconômico-culturais dos moradores**

O Loteamento Moradia Bela Vista não é o *locus* de habitações cujos

proprietários acumulam capitais em decorrência do controle dos meios de produção, assim, aquelas residências consideradas de padrão estético elevado não são verificadas no referido e isto é fato compreensível, pois, as pessoas capazes de tê-las conforme estabelece o mercado de terras não possui o Loteamento Moradia Bela Vista como espaço ambiente de moradia. Isto é, não faria sentido para uma pessoa da classe abastada da sociedade escolher para residir um espaço desprovido de infraestrutura básica.

Assim, o ambiente em questão é uma realização da parcela pobre da população da urbanidade local, sendo, portanto, o espaço de habitação do proletariado que vende suas forças de trabalho na cidade e que não possuem condições de acessar a cidade dignamente. Estamos diante, portanto, da única alternativa de posse da terra por parte da camada mais pobre de uma sociedade capitalista no contexto amazônico. Todavia, ao transitar pelas vias desta territorialidade excluída, pontualmente no espaço é verificável residências cuja condição não condiz com uma periferia. No entanto, estando elas compondo o mosaico heterogêneo de residências no espaço, é certo dizer que as disparidades econômicas projetam no espaço construído suas características, isto é, as moradias presentes na área de estudo são heterogêneas, contudo, refletem em sua estrutura as condições financeiras das famílias que residem no espaço. Assim, quando se verificam poucas residências com bons padrões quanto sua infraestrutura, supõe-se que elas pertencem àqueles indivíduos que reúnem maiores ganhos mensais do gráfico 04.

Contudo, torna-se importante reforçar que tais residências não são predominantes no espaço, pois, a maioria das habitações locais possuem condições físicas mais simples. Contudo, quando se verifica boas condições habitacionais nesta territorialidade excluída que supõem ganhos capazes de manter uma família numa condição de conforto melhor do que os demais que residem no mesmo espaço, torna-se importante apresentá-las (conforme pode ser visto na figura 08) e discuti-las antes de adentrar naquelas que predominam no espaço e que abrigam características comuns de espaços periféricos.

Assim, é importante estimular o debate sobre essas residências em particular, a fim de responder por que elas foram construídas nesse local específico. A resposta é bastante simples: apesar de haver moradias com excelentes padrões estéticos, isso não justifica a presença da classe burguesa nesse espaço (como já discutido, essa

não é a sua área de moradia). Em vez disso, essas residências foram construídas nessa área periférica do Loteamento Moradia Bela Vista porque seus proprietários não têm recursos suficientes para construir em áreas urbanas mais valorizadas, devido ao alto custo do terreno e outras exigências burocráticas. Portanto, é razoável supor que as melhorias na infraestrutura só foram possíveis porque o loteamento em questão é periférico, com terra mais barata, permitindo que pessoas com renda acima da média local possam investir mais em suas habitações.

Figura 8 – Habitações não condizentes com padrões periféricos



Fonte: Pesquisa a campo (2022)

Contudo, sabendo que as residências discutidas compõem a minoria no espaço de estudo, antes ainda de apresentar a habitação do proletariado torna-se importante salientar que o mercado de terras numa sociedade capitalista tem papel central no processo de exclusão conforme discutido. Para as pessoas que acessam precariamente a cidade, a condição da moradia muitas vezes é desconsiderada visto a emergência de se ter um espaço para habitar. O pressuposto condiciona que no Loteamento Moradia Bela Vista exista residências em diferentes graus de estado físico, havendo, portanto, aquelas em fase de construção e/ou acabamento e ainda aquelas cuja construção foi interrompida (figura 09) e ainda aquelas cujos moradores decidiram ocupar antes de seu término (figura 10).

Figura 9 – Habitações em fase de construção e/ou inacabadas



Fonte: Pesquisa a campo (2022).

Antes de entrar em tal mérito das residências citadas, é importante discutir sobre quem constrói e o modo que estes realizam as habitações no espaço. Ou seja, é necessário lembrar que se tratam de pessoas de baixa renda, portanto, são eles que as financiam e/ou as constroem conforme explica Nascimento (2011) expondo que:

Nesse cenário, existe uma significativa fatia da construção habitacional que é representada por usuários que tomam suas decisões relativas à moradia de maneira isolada, sem a interferência ou a participação daqueles que detêm o conhecimento codificado (seja técnico, jurídico, social bem como ambiental, histórico, político, econômico e cultural). Essa fatia, nomeada autoconstrução, é entendida como provisão de moradia onde a família, de posse de um lote urbano, obtido no mercado formal ou informal, decide e constrói por conta própria a sua casa, utilizando seus próprios recursos e, em vários casos, mão-de-obra familiar, de amigos ou ainda contratada (NASCIMENTO, 2011, p. 2018).

Assim, quando se considera a situação econômica dos moradores locais, observando as residências apresentadas na figura 09 supramencionada, torna-se prudente discutir sobre algumas delas, em especial aquelas que se encontram no abandono, e para estas (entendidas como abandonadas) em especial, utilizar-se o termo “inacabada” é correto, pois, conforme é possível verificar em “D” na figura 09, não há indícios de atividade construtiva, o que sustenta a tese do abandono (ao menos temporário) de sua construção.

As razões que levaram a suspensão da construção podem estar ligadas à falta

de recursos, pois, levando em consideração as informações dispostas no Gráfico 04, torna-se evidente que o ganho familiar não comporta o término de uma habitação. Com isso, há uma validação do supramencionado por Nascimento (2011). Tal situação também é validada quando se observa a figura 10, onde é verificável habitações inacabadas, porém, que se encontram ocupadas.

Figura 10– Habitações inacabadas e ocupadas

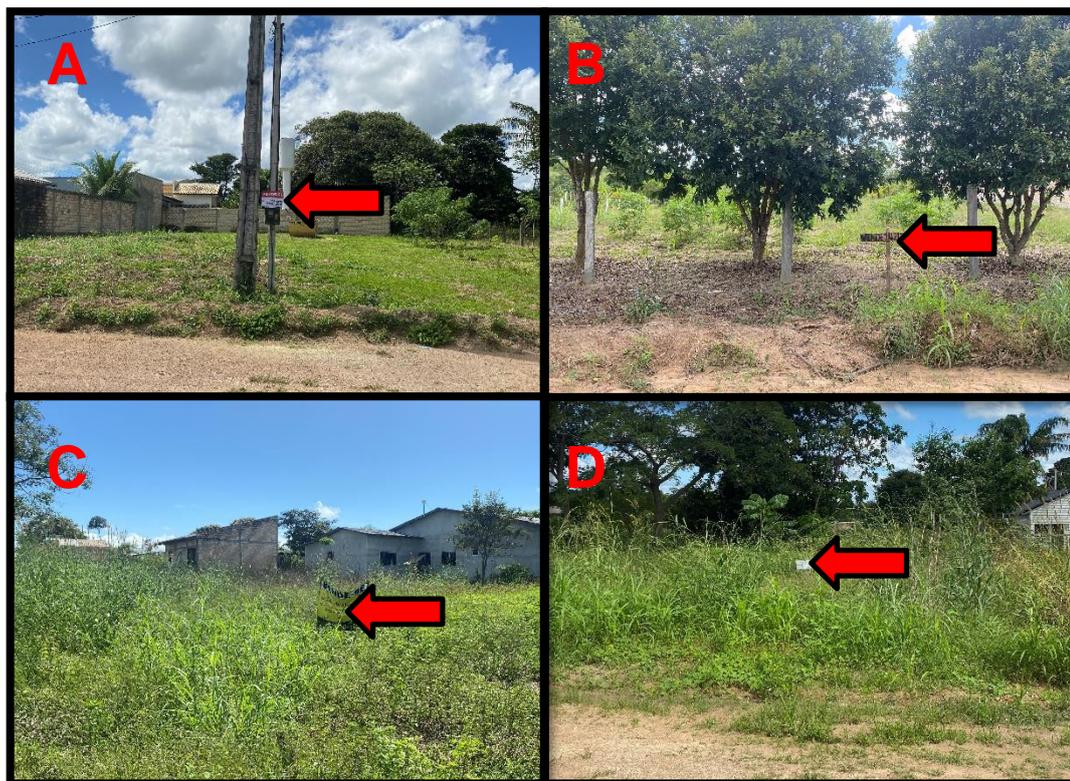


Fonte: Pesquisa a campo (2022).

Ou seja, o grau de desenvolvimento que se encontra a habitação encontra-se relacionado diretamente com a condição econômica do morador, isto justifica os diferentes estágios em que se encontram as residências nas figuras 09 e 10 supracitadas, pois, elas são os lugares de habitação de famílias que possuem quantias diferentes (dentro do mínimo) disponíveis para serem empregados na habitação.

Portanto, assim como os detentores da terra, conforme aponta Corrêa (1989), os grupos excluídos também produzem o espaço urbano. Desta forma, todo o mosaico heterogêneo de estruturas habitacionais fora condicionado pelos moradores e, além da autoconstrução, existe uma reprodução do espaço e a constante comercialização de terras, visto que há muitos espaços disponíveis para aquisição (conforme pode ser observado na Figura 11). No entanto, a julgar pelas condições de manutenção do espaço, a comercialização pode estar sendo motivada pela necessidade, visto que apenas em A é observado cuidado com as condições físicas dos lotes, pois, em sua maioria, a situação beira ao abandono. Portanto, novas suposições podem ser feitas, considerando a vulnerabilidade econômica, foram verificados casos em que mesmo diante da posse da terra e livre das documentações necessárias à construção (conforme exige a cidade capitalista), construir uma habitação, mesmo que simples, trata-se de uma realidade distante.

Figure 11– Mercantilização da terra: espaços à venda

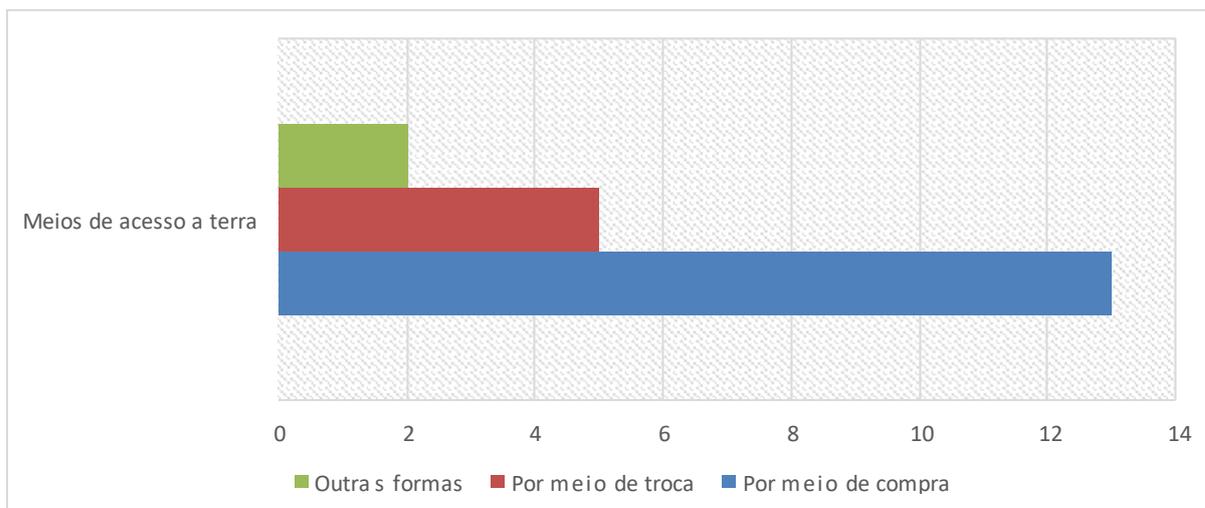


Fonte: Pesquisa a campo (2022).

Contudo, apesar da composição familiar de baixa renda verificada no Gráfico 04, no loteamento, não foram encontradas moradias em condição de alugada ou cedida. Em todos os casos, os questionados afirmaram que são os proprietários das residências.

No entanto, quanto à forma de acesso a terra, houve meios distintos, conforme pode ser constatado no Gráfico 05, pois, além da forma tradicional baseada na compra, é verificável a ocorrência de troca de bens conforme supramencionado pelo entrevistado 01.

Gráfico 5 - Formas de acesso à terra



Fonte: organizado pelo autor (2022).

Torna-se importante destacar que a apropriação da terra pelas mais variadas formas se deu pelo espaço sem construções, sendo necessário construir as residências. E, considerando que o espaço é construído em tempos distintos, conforme explica Corrêa (1989), na localidade, o pressuposto se confirma, visto que se verificam residências construídas em momentos diferentes, evidenciando uma ocupação progressiva do loteamento, desta forma, a comercialização da terra é uma constante que até a atualidade. Contudo, por ser um ambiente de ocupação recente no contexto histórico da cidade, verificou-se que as construções mais antigas não possuem mais que quatro anos, conforme se observa no Gráfico 06.

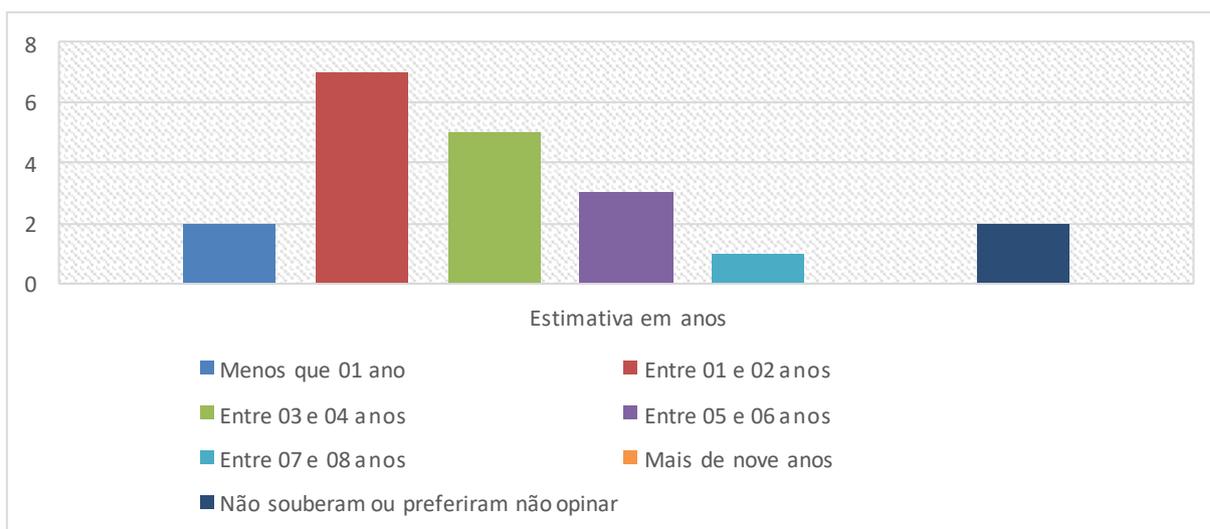
Conforme apresentado pelo entrevistado 02, que se utilizou de bens materiais para acesso à terra, de acordo com o visto no gráfico supramencionado, o mesmo ocorre em outras situações, pois houve um número considerável de moradores que recorreram a meios de troca para possuir um espaço para construção e apenas uma pequena parte apontou que recebeu a terra de forma gratuita de familiar paterno como auxílio, devido à ausência de condições financeiras para tal.

Por ser necessário construir as residências após ter a posse do lote, verificou-se que os moradores recorreram a duas possibilidades/alternativas, a primeira corresponde ao financiamento das construções conforme suas reservas financeiras possibilitaram, o que justifica muitas residências estarem em estado de inacabadas. A segunda alternativa se baseia na autoconstrução, visto que, dentre os entrevistados, houve casos em que os próprios moradores construíram suas próprias residências a

fim de diminuir os custos destinados ao pagamento de um construtor habilitado, uma ação, portanto, característica da classe economicamente vulnerável, conforme explica Sá (2009):

Um olhar panorâmico sobre os assentamentos populares [...] deixa claro que a autoconstrução é a forma predominante de acesso à moradia para a população de baixa renda, cujo volume de produção supera a do mercado formal e da ação governamental, pelo menos para a população com renda mensal abaixo de três salários mínimos. Não é difícil perceber que a população urbana sem acesso ao mercado imobiliário formal ou aos programas habitacionais governamentais responde (ou busca responder) às suas necessidades de moradia com seus próprios recursos técnicos e financeiros, ocupando e construindo de forma precária, nas periferias urbanas? nas áreas de menor interesse para o mercado imobiliário, frequentemente nas encostas e alagados, em áreas de proteção ambiental ou de risco e (por tudo isso mesmo) de difícil ocupação e urbanização, onde muitas vezes a infraestrutura só foi conquistada com forte pressão social e/ou clientelismo político-eleitoral (SÁ, 2009, p. 28).

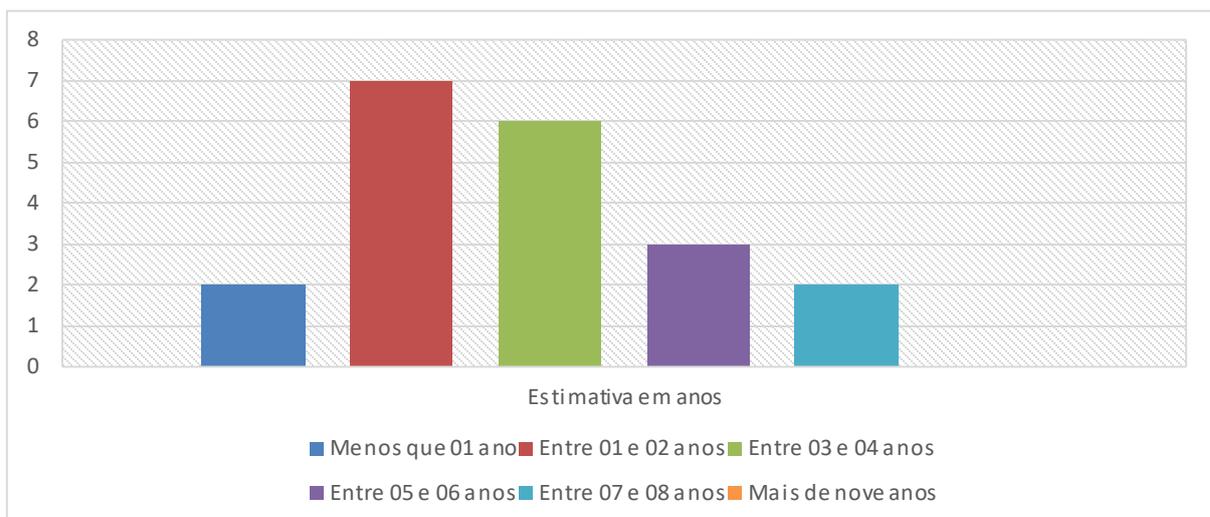
Gráfico 6 – Estimativa do tempo de construção das moradias



Fonte: organizado pelo autor (2022).

E, conforme se observa no Gráfico 06, trata-se de um ambiente habitacional cujas construções não são antigas. No gráfico 07, constata-se que o tempo de permanência no loteamento é semelhante, havendo apenas mudanças pontuais.

Gráfico 7 – Tempo de moradia nas residências



Fonte: organizado pelo autor (2022).

Quanto à intenção de realizar melhorias nas residências, por parte dos moradores, houve unanimidade de respostas positivas. Naturalmente, naquelas onde as condições estruturais eram precárias, os reparos foram citados com mais intensidade e a intenção de concluir a moradia foi um item apontado com frequência, visto que existe grande número de habitações que necessitam de conclusão. No entanto, mesmo em situações onde a residência não aparentava necessitar de reparo/reforma, seus proprietários também afirmaram que melhorias poderiam ser feitas e isto é justificável, pois o lar é o lugar da vivência, portanto, interpretado com afetividade e necessidade de cuidado independente de condição financeira.

Portanto, considerando o Loteamento Moradia Bela Vista, as habitações concluídas, somadas àquelas que ainda estão em fase de construção e/ou acabamento e também os lotes destinados à venda, em conjunto, evidenciam que o objeto de estudo não está concluído e/ou se apresenta como estático no tempo, pelo contrário, sua reprodução é constante, o que leva a crer que a atração de pessoas de baixa renda para a localidade ainda existe e o mesmo, assim como o Estado, admite novos indivíduos segregados no ambiente.

#### 4.7 Reflexões acerca do Loteamento Moradia Bela Vista

A função do espaço para a burguesia (sobretudo numa perspectiva capitalista) é a obtenção de renda, e este objetivo ganha força e evidência considerando a cidade

e sua posição geográfica (dentro do contexto da expansão da fronteira agrícola sobre o bioma amazônico). Contudo, há dentro do sistema classes distintas e cada uma delas observa o espaço de forma diferentes. As pessoas que compõem o Loteamento Moradia Bela Vista pertencem a camada pobre da sociedade dentro do sistema, a posse da terra para elas tem outra função, a moradia conforme discutida. Portanto, antes de qualquer coisa se tem que pensar nesta representatividade que espaço possui para estas pessoas, pois, conforme aponta Carlos (2011), estes espaços periféricos não são apenas o *lócus* da reunião de excluídos e sim seu lugar de habitação dentro do sistema onde se verifica além de formas construídas e/ou mercadorias rentáveis (como considera o burguês), ambientes dotados de vínculos com a terra apropriada. Assim é exposto pelo supracitado que:

O espaço do habitar é, portanto, real e concreto, é aquele dos gestos do corpo, que constrói a memória, porque cria identidades, reconhecimentos, pois a vida se realiza criando, delimitando e exibindo a dimensão do uso [...], nos modos de se apropriação dos lugares a partir da casa, no emaranhado dos lugares comuns, habitados, usados por sujeitos comuns, na vida cotidiana (CARLOS, 2011, p. 56).

Sabendo disto, é necessário voltar a discutir sobre como este espaço começou, porém, com ênfase na ótica dos moradores. Como visto, o Loteamento Moradia Bela Vista não contou com aval do poder público municipal em sua gênese conforme apresentado, assim a forma como se deu o início da comercialização dos lotes não ia (e não vão considerando a continuidade da comercialização de terras no local) ao encontro do que estabelecem os parâmetros "legais" de acesso a terra. Portanto, seu início, (assim como é no presente) não pode ser entendido como espaço regulamentado, sobretudo quando se verifica o que os próprios moradores informaram sobre a documentação dos lotes (nenhuma das propriedades possui registro de imóvel junto a órgãos competentes), isto é, em todas as residências visitadas a uma insuficiência documental que ateste a legalidade do loteamento. Os moradores do ambiente possuem consciência disto, visto que, foram os próprios chefes de família questionados e entrevistados que afirmaram ter apenas contrato simples de compra e venda como documento de posse.

Trata-se, deste modo, de uma situação que já era esperada, visto que a regulamentação fundiária possui custo considerável, não ocorrendo corriqueiramente em bairros periféricos oriundos da tentativa por alternativas habitacionais, sobretudo em cidades amazônicas de pequeno porte, afinal, conforme explica Martins (1981), a

forma capitalista de construir a cidade não beneficia a todos da mesma forma, nesse sentido, a exclusão de pessoas do solo urbano constituído permite a expansão da periferia desregulamentada, trata-se da ocupação necessária de uma parte da terra negada indiretamente, contradizendo a função social dela, tornando, assim, evidente a razão de habitar no local.

Por se tratar de uma área não regulamentada, observa-se que deficiências em serviços públicos ocorram. E o diálogo com moradores permitiu verificar essas deficiências e como as reivindicações/ações populares transformaram esses serviços e/ou ao menos os exigem. Atualmente, existe coleta de lixo uma vez a cada semana, no entanto, conforme apresentado por moradores, isso gera acúmulo de resíduos, sendo necessária uma frequência maior na execução do serviço considerando o crescente aumento da ocupação na área; quanto ao transporte escolar, este ocorre diariamente.

Porém, é importante frisar que ambos os serviços só são executados no interior do espaço em decorrência de reivindicações populares, visto que era necessário que o lixo e estudantes fossem levados e/ou deslocados para pontos de coleta e/ou parada de ônibus escolar fora do Loteamento Moradia Bela Vista. O que isto implica na prática? Bem, considerando a ausência do poder público em fornecer serviços básicos na gênese do loteamento, isto pode sugerir uma exclusão da área, isto é, uma negação do ambiente como parte da cidade, sobretudo quando se verifica o Plano Diretor Municipal formulado após surgimento do espaço referido, que o desconsidera como parte da urbe conforme será discutido posteriormente.

A exclusão aparente do Loteamento Moradia Bela Vista desde sua gênese então, pode ser definido como um projeto conforme explica Lefebvre (2001), expondo que:

Os poderes públicos, num país democrático, não podem decretar publicamente a segregação com tal. Assim, frequentemente adotam uma ideologia humanista que se transforma em utopia no sentido mais desusado, quando não em demagogia. A segregação prevalece mesmo nos setores da vida social em que esses setores públicos regem mais ou menos facilmente, mais ou menos profundamente, porém, sempre (LEFEBVRE, 2001, p.105).

Assim, as razões para ausência do poder público no que tange o espaço apropriado por pessoas economicamente vulneráveis podem ser entendidas assim como abrem brechas para interpretações, por exemplo, observando o contexto do espaço com base nas informações supramencionadas, é fácil entender como áreas

periféricas permanecem desassistidas e como isto têm impacto significativo na construção de uma identidade e disparidades nas porções fragmentadas da cidade, isto é, com a negação de espaços como parte da cidade legal, o poder público fomenta a segregação, pois, baixa qualidade do serviço corrobora para o baixo preço da terra que se verifica no Loteamento Moradia Bela Vista (que é atestado no gráfico 10), e este por sua vez atrai o proletário (as pessoas de baixa renda conforme visto no gráfico 04).

Neste contexto de deficiências infra estruturais, tem-se problemas verificados ainda quando se considera o acesso à água potável e descarte de rejeitos domésticos. Não há, no loteamento, fornecimento de água tratada e/ou rede de esgoto. Todo recurso hídrico necessário para abastecimento e uso doméstico é retirado de poços tradicionais (cacimbas, poços semi artesianos) e os rejeitos sanitários, jogados *in natura* em fossas domésticas.

Figure 12 – Uso de fossas domésticas e poços comuns



Fonte: Pesquisa a campo (2022).

A questão do saneamento básico, no Brasil, ainda se apresenta precária. Isto não justifica a ausência do serviço no local, mas deve ser debatido. A quantidade de pessoas que ainda não possuem acesso a esse recurso, conforme explica Maricato (2003, p. 161): “dos habitantes de áreas urbanas, 60 milhões aproximadamente não

têm coleta de esgotos e do esgoto coletado 75% é jogado *in natura* nos córregos, rios, lagos, praias etc”.

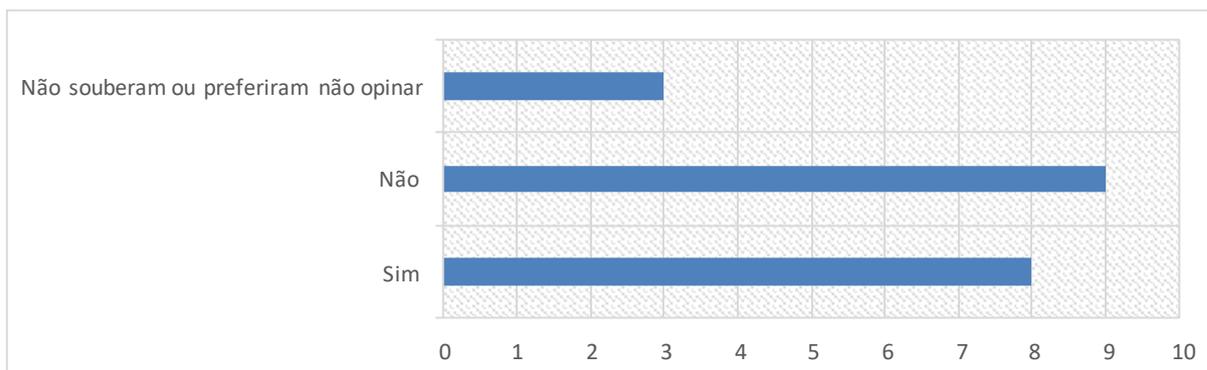
Observando situação verificada no espaço de estudo, a extração de água para uso doméstico e o descarte de rejeito no mesmo lote sugere uma situação sanitária preocupante, pois, conforme explica Silva (2008), a curta distância entre eles pode levar à contaminação do lençol freático local, haja vista a distância considerada segura para não contaminação compreender entre 15 e 45 metros, mas, na localidade, não se observam lotes grandes, alguns se apresentam até menores que a própria metragem de segurança, o que leva a crer que tal distância segura não resta respeitada, portanto, as chances de os moradores estarem comprometendo a saúde utilizando água contaminada por resíduos são altas.

No contexto geral, existe espaço para melhoria no que diz respeito à oferta de serviços públicos com eficácia, visto que estes ocorrem, em melhores condições, próximo ao centro urbano da cidade. Há, portanto, uma ineficácia destes em áreas periféricas, cujas razões da existência de um serviço público precário em áreas como no objeto de pesquisa são apresentadas por Souza (2007):

A apropriação dos terrenos de construção mais fácil pelos setores da população de maior poder aquisitivo resulta numa extrema desigualdade de acesso ao solo, agravada pela alta seletividade no ritmo e na dotação dos investimentos públicos, que privilegia a dotação desses investimentos públicos em áreas de maior valor imobiliário. Por outro lado, o atraso da intervenção pública gera déficit de infra-estrutura e torna mais precárias as condições gerais de habitabilidade, em especial nas áreas onde mora a população mais pobre (SOUZA, 2007, p. 119).

No entanto, quanto à opinião dos moradores no que diz respeito ao apoio por parte do poder público municipal para continuidade do desenvolvimento do Loteamento Moradia Bela Vista, ela é dividida. Como se observa no Gráfico 08, houve moradores que preferiram não opinar, provavelmente por receio sobre a finalidade da pergunta. No entanto, a maioria dos questionados respondeu que existe apoio municipal para a permanência deles no local. No entanto, ao verificar o Gráfico 09, entende-se que, apesar de a maioria enxergar apoio, ainda há muitos que defendem a existência de ações por parte do poder público que deveriam ser concretizadas, porém, não são executadas.

Gráfico 8 – Se há apoio do poder público ao Loteamento Moradia Bela Vista

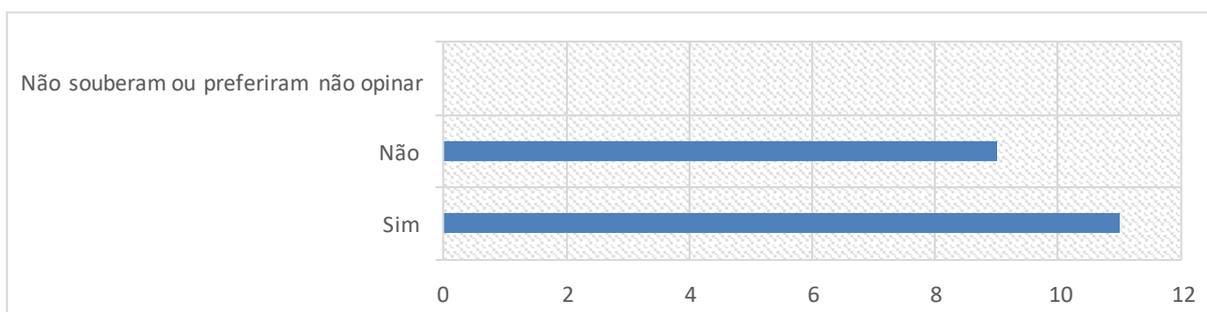


Fonte: organizado pelo autor (2022).

No entanto, respostas positivas quanto à existência de apoio do poder público referente ao desenvolvimento, apesar de representarem um grande número, estas se deram provavelmente pelas conquistas recentes reivindicadas pelos moradores que passaram a ser atendidas. No entanto, considerando as deficiências ainda existentes no local, elas representam a maioria, conforme exposto no gráfico 08, revelando assim, o descontentamento da maioria no que diz respeito a ações públicas no local. Torna-se importante salientar que a existência ou não de ações que visam ao desenvolvimento do bairro acompanham gestões públicas eventuais, visto que, conforme defendido por alguns moradores, houve gestor A ou B que contribuiu mais para o desenvolvimento do Loteamento Moradia Bela Vista. Sendo assim, o descontentamento com a gestão pública é variável, podendo se agravar futuramente.

Portanto, pelo fato de a maioria dos moradores questionados estarem descontentes com a falta de apoio da gestão municipal, situações como a apresentada no Gráfico 09 são justificadas.

Gráfico 9 – Possibilidade de ações do poder público não realizadas



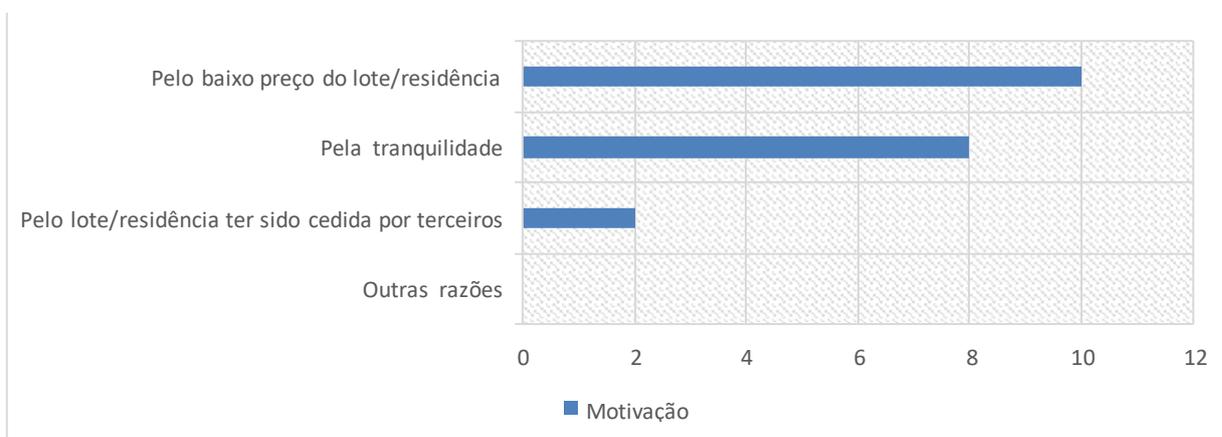
Fonte: organizado pelo autor (2022).

Conforme exposto no gráfico supracitado, existem ações que podem ser feitas

pelo poder público municipal em prol da melhoria da qualidade de vida local. Dentre elas, as principais destacadas pelos moradores referem-se a obras de infraestrutura, como, por exemplo, maior frequência na coleta de rejeito domiciliar (lixo) e reestruturação de vias. Reivindicações como essas revelam descontentamento crescente com os serviços prestados no local, porém, conforme defendido pelos próprios moradores, não existe previsão ou esperanças crescentes de melhoria em futuro próximo.

E, ao questionar os chefes de família sobre as motivações que os levaram a residir no Loteamento Moradia Bela Vista, conforme apresentado no Gráfico 10, a maioria considerou o preço da terra como motivador para a fixação de moradias no local. No entanto, a tranquilidade aparente também foi destacada. Contudo, a busca por tranquilidade remete ao poder de escolha e, a julgar pelo observado no Gráfico 04, a população local não é composta por moradores com poder de aquisição compatível com escolhas sobre habitação. Considerando a ascensão constante de bairros periféricos na cidade de Colíder, provavelmente está tranquilidade citada seja referente a outros ambientes em situações mais vulneráveis.

Gráfico 10 – Razões de se habitar

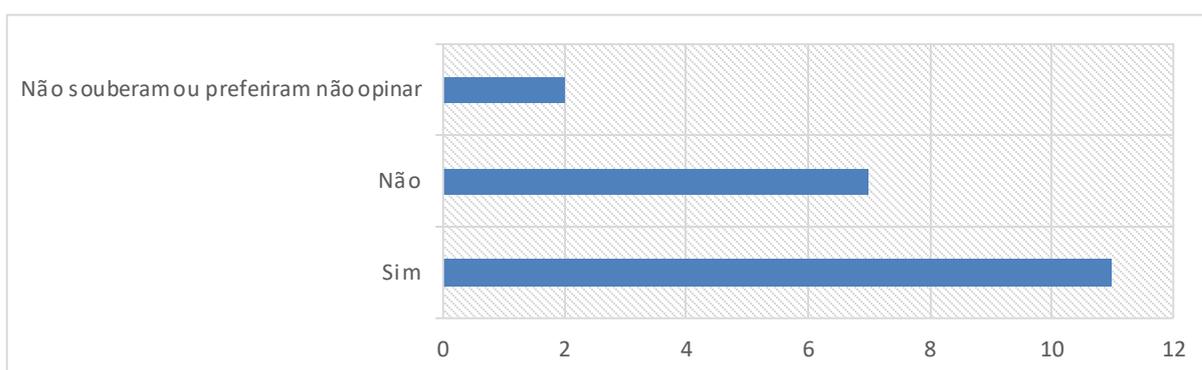


Fonte: organizado pelo autor (2022).

Portanto, ao afirmar que a tranquilidade é a razão de ocupar a área, isto pode ser, de fato, uma resposta franca, sendo assim, não tendo conhecimento de causa dos problemas existentes na área, no entanto, é provável que a afirmação esteja ligada também ao receio de admitir vulnerabilidade. Nesse aspecto, como o loteamento Bela Vista é um ambiente segregado e abriga uma população que, em sua maioria, não pode acessar a cidade aos moldes do capital, torna-se importante destacar como os moradores se consideram nesse contexto. Portanto, conforme se

observa no Gráfico 11, existe uma divergência e/ou falta de conhecimento sobre suas situações por grande parte dos questionados, visto que a maioria afirmou estar incluída na cidade, mesmo diante de todos os problemas e limitações a que está sujeita, enquanto o restante conhece sua situação, não se sentindo incluído ou não respondendo ao questionamento, visto que é uma pergunta que se aprofunda no âmbito pessoal.

Gráfico 11 – Sentimento de pertencimento e inclusão na cidade



Fonte: organizado pelo autor (2022).

Ao questionar os moradores acerca da possibilidade e/ou desejo de se mudarem, sem exceção, eles defenderam que permaneceram no Loteamento Moradia Bela Vista se pudessem escolher. Possivelmente uma resposta franca, considerando condição financeira, a escolha de mudança de área habitacional estaria, em resumo, restrita a ambientes compatíveis com os respectivos ganhos de cada família, que, a julgar pelo verificado, seriam outros bairros periféricos.

Assim, os mais economicamente vulneráveis dentro de uma sociedade capitalista se encontram numa situação de pertencimento condicional dos espaços onde residem e vendem sua força de trabalho, sobretudo quando se considera seus graus limitados de mobilidade, seja pela falta de meios e/ou impossibilidades de mudança, pois, seus ganhos que na maioria dos casos são mínimos representam apenas necessário para a subsistência nas territorialidades excluídas que reside m (SPOSITO, 1999).

Numa análise geral sobre o Loteamento Moradia Bela Vista, além das condições supracitadas, existem, ainda, outras deficiências, como, por exemplo, a falta de vias pavimentadas e de manutenção periódica.

Figura 13– Condição física das ruas no Loteamento Moradia Bela Vista



Fonte: Pesquisa a campo (2022).

Todas as vias de acesso localizadas no interior do espaço de estudo encontram-se em situação precária, e facilmente se verificam processos erosivos causados por águas pluviais, o que impede o fácil deslocamento diário dos moradores. Por se tratar de um ambiente não inserido à cidade diretamente, ações que preveem uma pavimentação asfáltica são inexistentes, assim como a manutenção das vias também não ocorre. Caberia ao poder público municipal a manutenção das mesmas, no entanto, conforme apresentado pelo entrevistado 02, esta responsabilidade recai sobre os moradores.

A ausência da ação do poder público, somada à preservação de acessos a cabo dos moradores, faz com que a manutenção destas vias não ocorra de forma constante, o que justifica o estado ruim, conforme apresentado na Figura 12. Outro fator que evidencia a negligência pública referente à localidade são as placas de sinalização de trânsito, que, além de não estarem de acordo com o que estabelece o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), estas foram encomendadas e instaladas pela(s) pessoa(s) que, de início, idealizaram o Loteamento Moradia Bela Vista (conforme dito por moradores) “há muito tempo”, justificando seus sinais de desgaste severo pelas intempéries, conforme Figura 13.

Figura 14 – Placas de trânsito deterioradas pelas intempéries



Fonte: Pesquisa a campo (2022).

Portanto, ao contextualizar as características físicas e as condições socioeconômicas da população que se encontram instalada no Loteamento Moradia Bela Vista, é clara a segregação existente, visto que houve a atração para a área de pessoas, em sua maioria, da classe pobre, cujo baixo preço e fácil acesso à terra consistem em uns importantes fatores a se discutir, pois o valor da terra não significa que os moradores escolheram a localidade, em verdade, eles foram condicionados ao local por não conseguirem acesso à cidade nos moldes do capital.

Observa-se portanto, o referido local como sendo genuinamente uma territorialidade excluída, pois, além do que apresenta Moreira Júnior (2010), dispendo que os agentes produtores do espaço urbano (na pesquisa, estão são identificados como os detentores da terra e o Estado) orientam/forçam indiretamente a camada mais vulnerável economicamente a procurar áreas desprovidas de infraestrutura básica mínima da cidade e arredores, fragmentando, assim, o espaço urbano, desta feita, essas áreas periféricas abrigam pessoas que, majoritariamente, apresentam mesmo perfil e, em muitos casos, possuem consciência de omissão do poder público e os próprios moradores acreditam estar inseridos nele, porém a afirmação deve-se a ausência de consciência situacional, pois, como visto, a classe dominante também

disseminar informações que vão lhe beneficiar unicamente.

A territorialidade excluída, portanto, pode ser considerada como fruto da exploração do proletário pela busca do capital conforme aponta Braz (2012), sobretudo nas cidades que tiveram sua gênese no contexto da expansão da fronteira agrícola como é o caso de Colíder, (isto, considerando que a exploração contínua da terra sempre inquiriu forças de trabalho, inicialmente do migrante e no contexto atual de seus descendentes que ocupam o mesmo posto na classe social, a de proletário). Assim, o Loteamento Moradia Bela Vista não carrega as características discutidas ao acaso, tampouco se refere a uma situação contemporânea, estamos diante de um resultado das lutas entre classes que excluiu este ambiente da centralidade da urbanidade. Isto é, a rentabilidade e riqueza gerada pela classe trabalhadora que ocupa o local em razão de suas atividades desenvolvidas não são retornadas a ela em valores dignos, e os valores ganhos não são suficientes para acessar a parte da cidade dita “legal”. O espaço periurbano é criado em razão disto, pois, estes territórios são em muitos casos a única alternativa de moradia, e isto se dá em razão de existirem diferentes territórios possuidores de valores distintos dentro de um mesmo contexto urbano, conforme Albagli (2004, p.42) expondo que:

Cada território possui capacidade diferenciada de oferecer competitividade aos empreendimentos e rentabilidade aos investimentos, traduzindo assim distintas vantagens de localização produtiva. Existe uma divisão territorial do trabalho e do processo de acumulação de capital que se traduz na hierarquização de lugares e regiões. Tal divisão socioespacial do trabalho é hoje fortemente determinada pela capacidade de cada território de gerar ou de absorver inovações, bem como pela sua maior ou menor disponibilidade de infraestrutura e de mão de obra adequadas à localização dos segmentos econômicos intensivos em conhecimento (ALBAGLI, 2004, p.42).

Assim, o Loteamento Moradia Bela Vista dentro desta hierarquia dos espaços, não possui importância para os grandes detentores da terra, promotores imobiliários por não possui grande valor de troca por eles tão pouco para o estado, que não o reconhece como parte da urbanidade e diante de sua ilegalidade não impede seu desenvolvimento. Deste modo, o desenvolvimento do referido espaço se dá pela classe trabalhadora que não compreende o território como possibilidade de provimento e renda, pois, sua função está na moradia apenas, verifica-se, assim, o trabalho como produzindo o espaço norteado pelo capital.

Contudo, deve-se pensar que mesmo sendo uma territorialidade excluída, deve-se haver e/ou fomentar práticas e/ou políticas voltadas ao reconhecimento

espacial para possibilitar assim, o direito à vida urbana digna, transformada e também renovada (LEFEBVRE, 2001).

#### **4.8 O capital, o Estado, os agentes imobiliários e o segregado: condicionantes para existência do Loteamento Moradia Bela Vista e o papel do Plano Diretor Municipal**

Pensando na cidade capitalista e suas formas de acessar a terra, tem-se agentes que na busca pelo capital fomentam a segregação enquanto outros cujo objetivo é acessar algum tipo de habitação a periferia é a única alternativa viável. Assim, conforme discutido, a terra passa a ser entendida como fonte de renda. Portanto, antes de tecer arguições a respeito do Loteamento Moradia Bela Vista, é necessário discutir o mercado fundiário. Neste contexto, Carlos (2011) discorre sobre este pressuposto expondo que:

[...] numa sociedade capitalista, o acesso à cidade se dá pela mediação do mercado, em função da existência da propriedade privada. Por o outro lado, o monopólio do espaço, separado das condições de meio de produção ou moradia e a partir do desenvolvimento delas, passa a ser fonte de lucro, na medida em que entra no circuito econômico como realização (econômica) do processo de valorização que a propriedade confere ao proprietário (CARLOS, 2011, p. 116).

As urbanidades capitalistas (as quais se incluem aquelas no contexto amazônico que tiveram sua origem a partir da segunda metade do século XX, como, por exemplo, a própria cidade de Colíder), são produzidas por agentes diferentes onde os interesses particulares foram norteadores de suas ações. O Loteamento Moradia Bela Vista que surge no contexto da urbe referida, não deve ser interpretado como o resultado de apenas um movimento e/ou força social e/, ou classe social. Contudo, a busca pelo acúmulo de capital foi determinante para a fragmentação do espaço urbano em territórios desde os estágios iniciais de ocupação da urbanidade, resultando na configuração atual, onde a classe trabalhadora que predomina no Loteamento Moradia Bela Vista é entendida como a mais ativa para construção desta territorialidade excluída. No entanto, deve-se ter em mente que estas pessoas dentro do sistema capitalista tem a função única que é força de trabalho mal remunerada, portanto, aptas para o trabalho como estão, estas vão se submeter a funções disponíveis na urbe unicamente para buscar renda para sustento familiar apenas, acúmulo de riqueza para estas pessoas, é utópico, mesmo tendo situações onde ocorre a compra de lotes neste espaço periurbano para revenda a posteriori e

considerando a situação de proletário em que todos no local se enquadram, Marx (2004) expõe que:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato mercadorias em geral (Marx, 2004, p. 80).

Portanto, no espaço foco da pesquisa, o capital pode ser entendido como a chave para entender a dinâmica local. Ele é o responsável (direta e indiretamente) pela origem e desenvolvimento, visto que, por meio da busca pelo acúmulo de riqueza (como por exemplo a exploração do trabalhador como mercadoria), os agentes produtores do espaço urbano agiram, possibilitando a existência do espaço segregado em questão que é construído constantemente pela classe pobre. Pois, partindo do ponto de vista do capital, conforme explica Harvey (2013), este detesta limites existentes para o bem comum, visto que acúmulo de capital significa poder para quem o detém. Questões sociais e ambientais são consideradas de segunda ou terceira ordem frente ao capitalismo, assim, a segregação é um produto permitido/produzido na cidade capitalista.

Diante da realidade atual dos habitantes do local em análise, é possível formular conjecturas que procuram explicar a situação que se estabelece como resultado de uma sociedade capitalista. A relação de dependência entre a periferia e a cidade capitalista pode ser compreendida como um círculo vicioso no qual se repetem infortúnios. Isso ocorre porque as pessoas que não possuem condições econômicas consideradas confortáveis não são naturalmente vulneráveis, mas sim tornaram-se vulneráveis devido ao fato de outro grupo social se beneficiar dessa condição. No sistema em que nossa sociedade está inserida, todos estão sujeitos às lógicas capitalistas, mesmo que discordem das situações vigentes. A subordinação social, ou seja, a relação de dependência que mantém os indivíduos na cidade, é o produto mais proeminente do sistema, devido à sua eficácia em se manifestar.

Dessa forma, o capital atrelado à cidade é inevitável, sua reprodução se dará a partir deste, conforme apresenta Sposito (1996):

As transformações, que historicamente se deram, permitindo a estruturação do modo de produção capitalista, constituem consequências contundentes do próprio processo de urbanização. A cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão

expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo (SPOSITO, 1996, p. 31).

Nesse sentido, o Loteamento Moradia Bela Vista, desprovido de infraestrutura adequada, corresponde a um espaço resultante da não aceitação urbana, situação verificada analisando a baixa rentabilidade familiar (apresentada no Gráfico 04) e a necessidade de se habitar espaços "baratos" (confirmado pelo entrevistado 02 e exposto no Gráfico 09). Portanto, o capital também define o local de moradia das pessoas e não o faz de forma democrática ou socialmente correta (HARVEY, 2013).

Essencialmente, no âmbito da área de estudo em questão, tem-se observado uma forma de urbanização a baixos salários, conforme descrito e debatido por Maricato (2015). Onde, constata-se que o contexto em questão faz parte de um processo de expansão urbana (no caso, informal) que ocorre sem um planejamento adequado e em desacordo com as diretrizes legais que regulamentam o uso do solo urbano, sendo ocupado por indivíduos de baixa renda. A falta de políticas públicas efetivas de planejamento urbano, a escassez de moradias adequadas e acessíveis, as desigualdades econômicas em si e o acesso limitado a empregos formais são amplamente reconhecidos como fatores determinantes para a existência de ambientes como esse. Devido à condição socioeconômica local, é certo que os residentes que habitam esses locais se enquadram nessa descrição.

No tocante à deficiência de infraestruturas verificada no Loteamento, o Estado encontra-se intimamente ligado à oferta e/ou escassez do pressuposto, permitindo ou negando condições espaciais, conforme explica Maricato (1996):

A tolerância pelo Estado, em relação à ocupação ilegal, pobre e predatória de áreas de proteção ambiental ou demais áreas públicas, por camadas populares, está longe de significar, o que poderia ser argumentado, uma política de respeito aos carentes de moradia ou aos direitos humanos, já que a população aí se instala, sem contar com nenhum serviço público ou obras de infraestrutura urbana. Em muitos casos os problemas de drenagem, risco de vida por desmoronamentos, obstáculos à instalação de rede de água e esgotos, torna inviável, ou extremamente cara, a urbanização futura (MARICATO, 1996, p.64).

Quanto ao Estado, torna-se importante considerar o que determinam as diferentes esferas que contemplam o "Estado", para fins de debate e compreensão do objeto de estudo, verifica-se o que estabelece o instrumento Federal e Municipal, de forma a comparar o que deve, pode ou não ser feito nos documentos (em conjunto) e, na prática (visto a gestão democrática e cooperação citadas nos repertórios).

O Estatuto da Cidade de 2001 é claro, em seu art. 02, expondo que a garantia do direito não só à habitação urbana, mas também à infraestrutura básica e ao lazer, cabendo aos poderes (federais e municipais) realizarem uma gestão participativa e representativa, que garanta, assim, estes direitos em prol do interesse social (BRASIL, 2001). Notoriamente o item é desconsiderado, bastando apenas analisar a estrutura da cidade capitalista e a parcela da população vulnerável economicamente que não possui direito à cidade como observado no estudo.

E, considerando o Plano Diretor Municipal, este apresenta que as edificações habitacionais devem respeitar o que estabelecem as diretrizes federais como a supracitada e quem além da série de documentação mencionada no item “A ótica dos moradores: o processo de construção do loteamento e a fundamentação das experiências individuais”, deve-se considerar, ainda, que designa a Lei de Loteamento e Parcelamento do Solo. No entanto, o próprio plano diretor estipula, em seu Art. 114, que um determinado terreno urbano pode, de fato, ser desmembrado em vários lotes. Para isso, deve possuir infraestrutura básica correspondendo à pavimentação asfáltica, estar corretamente drenado e, ainda, em acordo com as demais exigências, como, por exemplo, respeito ao meio ambiente (COLÍDER, 2015). No entanto, apesar de haver uma série de normativas que orientam o acesso ao solo, não ocorre execução delas quando se considera o Loteamento Moradia Bela Vista, visto que ele nem é interpretado como espaço urbano.

Desse modo, surge um debate de extrema importância que aborda o papel do Estado no contexto do espaço urbano, tendo como base o Plano Diretor Municipal, o qual desempenha uma função fundamental como instrumento primordial para o desenvolvimento e a expansão das áreas urbanas. Esse debate abrange tanto a formulação quanto a implementação desse plano. Em um passado recente, era imprescindível estabelecer um documento direcionador para garantir uma ocupação adequada do ambiente urbano. No entanto, diante do cenário atual, torna-se crucial refletir sobre a efetividade com que esse plano é executado na prática, avaliando sua aplicabilidade e alcance.

Essa discussão revela sua pertinência, principalmente devido ao fato de que, mesmo com a existência desse documento orientador, os municípios não fizeram uso adequado dos instrumentos jurídicos disponíveis para planejar uma expansão territorial de forma a mitigar os efeitos negativos de uma fragmentação espacial. Verifica-se que as cidades continuaram a expandir-se de forma desordenada,

resultando na consolidação de áreas periféricas. Dessa forma, na maioria das cidades que possuem um Plano Diretor, a realidade está distante do ideal, o que evidencia que as normas existem apenas no papel, não sendo efetivamente aplicadas (ANDRADE e CARMO, 2018).

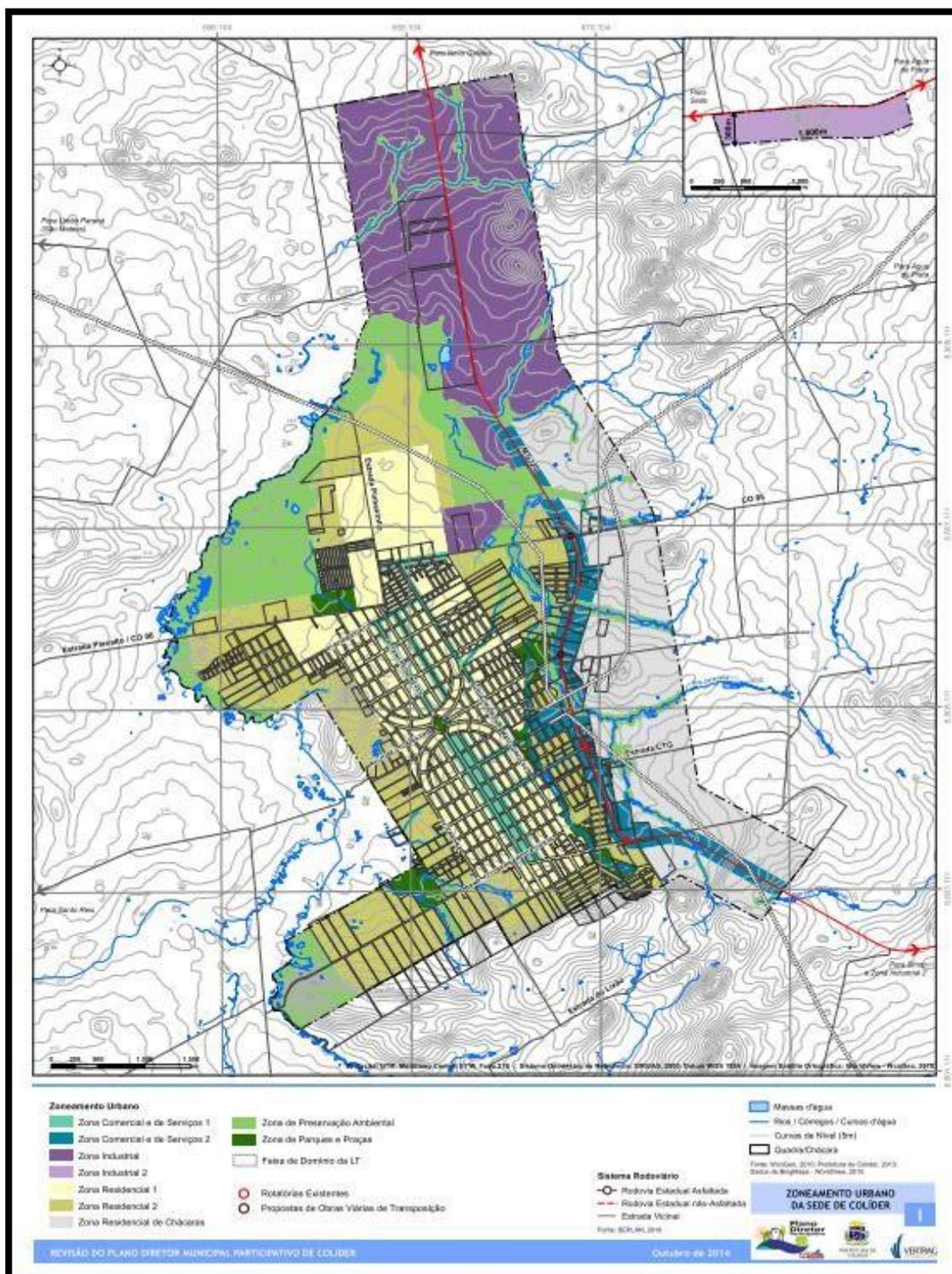
No entanto, é importante mencionar o Plano Diretor Municipal, com ênfase em sua versão mais recente, datada de 2015. No entanto, considerando a passagem do tempo, é plausível argumentar que esse documento já se encontra obsoleto, uma vez que a dinâmica urbana atual difere significativamente daquela de oito anos atrás. Assim, torna-se imprescindível promover alterações nesse plano, levando em consideração a realidade atual e, principalmente, garantindo a inclusão dos segmentos excluídos da sociedade. Isto é, torna-se imprescindível repensar a cidade sob uma nova perspectiva, buscando meios de promover a inclusão e efetivamente melhorar a qualidade de vida. Essa abordagem pode ser um caminho para mitigar algumas das questões éticas relacionadas ao ambiente urbano. É evidente que, na configuração atual das cidades brasileiras, a exclusão se manifesta como um processo notável. No entanto, não é suficiente criar um conjunto de leis que estabeleçam o que deve ser feito. É fundamental que essas leis sejam acompanhadas de ações concretas para sua efetiva implementação.

Nesse contexto, é de suma importância que o poder público conceda a devida atenção às evidências científicas e acolha as recomendações advindas do conhecimento técnico. Isso reforça a necessidade de estabelecer um conjunto de ações que atuem em harmonia, ou seja, um parâmetro orientador que direcione a implementação efetiva dessas medidas. A combinação de uma base legal atualizada, embasada em estudos científicos, juntamente com a efetivação dessas medidas, desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social, mitigação das desigualdades e enfrentamento dos desafios urbanos de maneira mais abrangente e eficaz.

Destarte, resta evidente que o Loteamento Moradia Bela Vista se encontra em desacordo ao que estabelecem as legislações e ações de embargo que deveriam se originar do poder público visando ao não crescimento habitacional na área não ocorrem. Conforme observado no Gráfico 08, grande número de moradores observa, atualmente, ações públicas que não indicam bloqueio no que tange à construção e à progressão das ocupações no espaço. A razão disto revela uma situação local mais delicada, apesar de a maioria dos moradores considerar o Loteamento Moradia Bela

Vista ambiente incluído na cidade, este não está. A exclusão é social, econômica e jurídica, visto que o Plano Diretor Municipal não reconhece o ambiente de estudo como parte da malha urbana da cidade e sim como espaço rural. A constatação se dá a partir do mapa de uso do solo presente no Plano Diretor Municipal, onde se verifica que as margens da MT-320 (em cinza) são definidas como zona residencial de chácaras.

Figura 15 – A cidade de Colíder de acordo com o Plano Diretor Municipal



Fonte: COLÍDER (2015).

Ao examinar a localização do espaço em questão e a abordagem presente nos documentos normativos do poder público municipal, pode-se afirmar que houve negligência por parte do poder público no que concerne à produção e desenvolvimento

desses documentos considerando a exclusão de ambientes que deveriam ser considerados como parte da urbe. Assim, é de extrema importância que exista adequações no Plano Diretor.

Contudo, conforme destacado por Andrade e Carmo (2018), simplesmente informar às pessoas sobre a criação de um novo Plano Diretor ou a atualização do existente não é o bastante; é fundamental que as pessoas tenham a oportunidade de expressar suas opiniões e participar ativamente do processo, reivindicando a efetiva implementação das medidas estabelecidas nos documentos. Dessa forma, o referido plano deve incorporar a participação e adesão popular, sendo essencial um plano participativo, especialmente no que se refere aos locais periurbanos, considerados como áreas territorialmente excluídas. É imprescindível que a situação desses espaços seja minuciosamente analisada e documentada, com o objetivo de garantir a proteção e o aprimoramento das condições de vida da população residente nessas áreas.

A participação da sociedade na construção e revisão dos planos normativos representa um princípio fundamental da governança democrática. Ao envolver os cidadãos no processo de tomada de decisões, é possível assegurar que as políticas e diretrizes sejam verdadeiramente embasadas nas necessidades e aspirações da comunidade. Para isso, é indispensável promover mecanismos de participação pública, como audiências, consultas e debates, nos quais os cidadãos possam expressar suas opiniões e contribuir para a definição das diretrizes que impactam diretamente suas vidas.

Considerando a importância crucial de um Plano Diretor participativo e efetivo, Andrade e Carmo (2018) enfatizam que:

Desta forma entende-se que todos os municípios necessitam de Plano Diretor, elaborado com a participação efetiva da população, que considere a realidade local, não somente transpondo ações a serem realizadas em outros municípios, para que o planejamento e a gestão da cidade sejam orientados por este documento, proporcionando crescimento com sustentabilidade e oportunizando aos munícipes uma vida de qualidade e bem-estar (ANDRADE e CARMO, 2018, p.18).

Além disso, é pertinente ressaltar que a participação da sociedade não deve se limitar exclusivamente à fase de elaboração dos documentos normativos. É essencial estabelecer mecanismos de acompanhamento e fiscalização, a fim de garantir a efetiva implementação das políticas estabelecidas e a plena satisfação dos interesses da comunidade. Para tanto, é necessário promover a transparência e facilitar o acesso

às informações relacionadas aos planos urbanos, possibilitando que os cidadãos estejam cientes das decisões tomadas e sejam capazes de acompanhar o desenvolvimento e a aplicação das políticas estabelecidas.

Dessa forma, ao envolver ativamente a sociedade na construção e revisão dos documentos normativos, bem como na fiscalização de sua implementação, é possível fortalecer a legitimidade e a eficácia dessas políticas, garantindo que elas reflitam os interesses e necessidades da comunidade local. Portanto, trata-se de um ambiente alternativo criado pelo setor privado em desacordo com os trâmites legais da cidade e a razão disto é elucidada por Maricato (2003):

A falta de alternativas habitacionais, seja via mercado privado, seja via políticas públicas sociais é, evidentemente, o motor que faz o pano de fundo dessa dinâmica de ocupação ilegal e predatória de terra urbana. A orientação de investimentos dos governos municipais revela um histórico comprometimento com a captação da renda imobiliária gerada pelas obras (em geral, viárias), beneficiando grupos vinculados ao prefeito de plantão. Há uma forte disputa pelos investimentos públicos no contexto de uma sociedade profundamente desigual e historicamente marcada pelo privilégio e pela privatização da esfera pública (MARICATO, 2003, p. 158).

Todavia, mesmo sendo interpretado como um espaço a parte da cidade/ou da centralidade local, este não deve ser visto como um território que não pertence de forma alguma a cidade, pois, este em decorrência de seu modo de construção é interpretado como territorialidade excluída, isto é, independentemente de sua distância da malha urbana, este faz parte dela, pois, conforme explica Albagli (2004), as diferenças entre os espaços fragmentados formam o todo, dizendo que:

As diferenças e desigualdades territoriais residem tanto em suas próprias características físicas e sociais, como na forma em que se inserem em estruturas mais amplas. Cada território é, portanto, moldado a partir da combinação de condições e forças internas e externas, devendo ser compreendido como parte de uma totalidade espacial (ALBAGLI, 2004, p. 27).

Portanto, ao detentor da terra que a comercializa sem uma infraestrutura básica mínima, a obtenção de lucro consiste no seu objetivo máximo e, quanto ao poder público, a ação efetiva de evitar a segregação é dispensável, pois, apesar da proximidade com o perímetro urbano da cidade, basta apenas não o considerar urbano para garantir a desobrigação quanto a infraestrutura que bairros urbanos necessitam, isto é, a ação por parte do poder público em continuar a considerar o Loteamento Moradia Bela Vista ambiente rural pode ser interpretada como uma “brecha” estratégica nas legislações para se eximir de suas obrigações. No entanto,

sabendo que a comercialização da terra ainda existe no contexto atual, os proprietários de lotes não são considerados agentes imobiliários (como as empresas especializadas), mas especuladores, pelo fato de se considerar alguns dos lotes à venda na localidade tentativas de habitação sem sucesso, fazendo da revenda uma saída para recomposição financeira (LEFEBVRE, 2016).

Nesse sentido, torna-se necessário analisar as intenções subjacentes às ações. Quando o poder público deixar de executar uma determinada ação benéfica para a população de um determinado contexto devido à inexistência de documentos ou conjunto de leis que geram a obrigação (ou ao menos sugerem uma ação), é simples supor que isso ocorre por motivos evidentes, como discutido anteriormente. Portanto, evidencia-se a importância de elaborar um documento direcionador participativo, com o propósito efetivo de atender às necessidades da população que demanda suporte.

Com base no pressuposto, considerando a população do Loteamento Moradia Bela Vista, que, em essência, é composta por pessoas de baixa renda, ele se formou por um processo de segregação induzida, conforme explica Júnior (2010):

Como as políticas de implantação e lançamento dos conjuntos habitacionais e dos loteamentos populares - regulares ou não - são marcadas pelo afastamento espacial e precariedade das condições de vida urbana, os pobres são "obrigados" a conviver nas áreas mais distantes, ficando "reféns" dos territórios em que habitam daí a ideia de segregação induzida (JÚNIOR, 2010, p. 07).

Deste modo, a situação do Loteamento Moradia Bela Vista precisa de observação atenta com o fito de entender a problemática local, visto que, para o poder público, trata-se de um ambiente rural e tais localidades não usufruem de um serviço de infraestrutura básica nos mesmos moldes do ambiente urbano, há, portanto, uma desobrigação em oferecê-lo.

Por outro lado, observando as características gerais do local, fisicamente, não se trata de uma área destinada à produção agrícola conforme evidenciado e discutido, tanto que os moradores da localidade vendem sua força de trabalho na urbe em atividades típicas de cidade e para a cidade e o espaço da habitação não possui outras funções estranhas aquela ligada a moradia (como por exemplo, funções produtivas ligadas ao setor primário).

Além do pressuposto, há outras particularidades que merecem ser debatidas, por exemplo, não há no local um aglomerado massivo de habitações se

desenvolvendo ao ponto de sugerir um processo de favelização tal qual ocorre em grandes centros urbanos, no entanto, isto não sugere uma ocupação planejada, isto é, como não há fiscalização e/ou ordenamentos quanto às formas de se ocupar, construir e/ou acessar o espaço, é possível supor a existência de acúmulo de habitações desordenado num futuro próximo dado a constante comercialização e partilha e lotes (visto que já ocorre a construção de duas ou mais residências num mesmo lote). Ou seja, mesmo que momentaneamente o espaço não seja entendido e atendido como parte da cidade, seu crescimento e forma de ocupação sugere a constante absorção de feições urbanas em especial aquelas ligadas a ambientes periféricos, assim, seu grau de desassistência tende a tornar-se cada vez mais evidente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro momento, destaca-se a inexistência de uma sociedade parcialmente desigual. Ou ela é completamente desigual ou representa um paraíso utópico na terra. Ao considerar a sociedade capitalista, é certo que a desigualdade se manifesta desde sua gênese, devido à limitação no acesso à terra.

Atualmente, nos encontramos em uma sociedade onde o capitalismo é naturalizado. As atividades cotidianas sugerem, ou pelo menos dão a entender, que esse sistema surgiu do nada e se tornou predominante. No entanto, é crucial ter em mente que o capitalismo é uma construção social, beneficiando alguns indivíduos enquanto mantém outros em uma posição secundária. O sistema segregador é tão prejudicial que o sucesso de um indivíduo é atribuído ao sistema, enquanto o fracasso é atribuído à pessoa. A insanidade chegou a um ponto em que se dissemina facilmente a ideia de que o "bom cidadão", o "correto", é aquele que adota uma postura conservadora, respeitando a propriedade e o direito de posse como se isto fosse possível para todos. Por outro lado, aqueles que buscam seus direitos, como o acesso igualitário à terra e/ou habitação justa são rotulados como "terroristas", "guerrilheiros" ou "marginais". É absolutamente inaceitável que os trabalhadores alimentem essas injustiças e aceitem passivamente o que lhes é imposto.

É necessário, portanto, romper o véu que ofusca os olhos dos trabalhadores e impede que eles percebam seu papel no sistema, visto que, o capitalismo suprime esse pensamento libertário e igualitário, colocando todos em uma condição individualista onde os menos privilegiados não têm a capacidade de se destacar.

Portanto, é necessário pensar no coletivo, no verdadeiro indivíduo social em vez do individual. Assim, cabe ao indivíduo excluído buscar ações que visem seu próprio benefício. A classe dominante não fará nada para mudar a situação, pois isso afetaria seus bolsos e sua moral. A mudança de paradigmas resultaria em menos capital acumulado, uma vez que a terra é uma mercadoria lucrativa, e a distribuição igualitária seria prejudicial a esse acúmulo. Além disso, a melhoria das condições dos grupos excluídos incomoda a classe dominante.

Existe um ponto de partida visível para mitigar os impactos da segregação causada pelo capitalismo. Trata-se de capacitar os grupos segregados a compreender quais ações e ideias realmente beneficiarão sua classe. É importante ressaltar que isso não envolve radicalização ou a criação de um movimento revolucionário, mas sim a conscientização social. Naturalmente, será difícil enfrentar o pensamento construído e disseminado pela elite, mas é necessário tentar, pois os membros da elite capitalista dormem tranquilamente à noite enquanto os indivíduos da classe baixa permanecem acordados, sem perspectivas de melhoria em suas condições de vida. No entanto, como despertar essa consciência social em um grupo excluído? nesse contexto, um primeiro passo já foi dado, identificado como um choque de realidade local, isto é, apresentar ao segregado a sua condição e por quais razões ele permanece daquela maneira. Assim, quando o proletário compreende sua situação e a dinâmica do funcionamento social, surgem apenas duas opções no horizonte: aceitação ou luta.

Sendo assim, torna-se imperativo promover a reflexão e o debate em torno das agendas que garantem qualidade de vida para os segregados. É essencial estabelecer um horizonte digno para as pessoas excluídas das áreas urbanas, oferecendo-lhes oportunidades e condições adequadas de vida. Além disso, é necessário considerar que a busca por igualdade não se restringe apenas às questões materiais, mas também envolve a garantia de acesso a serviços básicos, educação, saúde e mecanismos que promovam a inclusão social. Somente por meio de um diálogo aberto e amplo, com a participação ativa de todos os setores da sociedade, será possível construir um futuro mais equitativo e justo para aqueles que enfrentam a exclusão social.

Portanto, com base nessas argumentações, não se conclui. Não se pode realizar tal ação devido à complexidade das relações observadas e à posição do pesquisador e do objeto de estudo, que é a esfera social. O que se constata e se evidencia é a realidade desumana da sociedade capitalista, e essa realidade não

estava oculta por um véu que escondia a situação dos excluídos. Portanto, podemos inferir, com o uso das palavras, que o Loteamento Moradia Bela Vista em Colíder-MT não representa uma forma única de exclusão urbana, exclusiva desse ambiente, nem um processo novo que nunca foi experimentado nas urbanidades capitalistas da região amazônica. E ainda, considerando a forma como o espaço urbano é apropriado de maneira geral, os mesmos problemas habitacionais evidenciados em outras localidades (inclusive na própria área municipal à qual o objeto de estudo pertence) sugerem que esse processo é inerente ao modo de produção urbana submetido ao capitalismo. Isso faz com que o ambiente de pesquisa seja compreendido como mais um processo ativo de segregação, no qual o acesso a uma moradia digna é negado à população economicamente vulnerável.

Ademais, considerando a idade da urbe em questão, o objeto de estudo caracteriza-se como ambiente recente, pois o início das ocupações não corresponde sequer a um período que contemple dois dígitos. Todavia, a disposição das residências no local, onde é perceptível a proximidade e/ou partilha de lotes para mais de uma habitação, sugere o uso massivo da terra como forma de aproveitamento de seu valor acessível para a camada pobre da cidade.

Além disso, a condição das habitações, que, na maioria das situações averiguadas está em desacordo com os padrões considerados como concluídas e/ou aptas a acomodar famílias com dignidade e conforto, fomenta a ideia de que a necessidade do local de moradia era uma emergência para as famílias que as ocupam. Ainda, considerando o nível econômico interpretado como baixo, de forma geral, somado às razões que fizeram essas pessoas habitarem o objeto de estudo, tais fatores sustentam a definição de área segregada, do tipo induzida, visto o direcionamento desse grupo populacional para as áreas pelos agentes produtores do espaço.

Desta forma, é seguro afirmar, ainda, que uma dependência perversa envolve o objeto de estudo, a cidade e o segregado, visto que os detentores dos meios de produção precisam de mão de obra barata e o segregado, de trabalho e habitação, ocupando prontamente ambientes compatíveis com seus ganhos irrisórios e favorecendo comerciantes da mercadoria terra. Portanto, a burguesia, o Estado e os promotores imobiliários não oferecem condições de acesso à cidade central e as suas vantagens (fazendo cumprir a função social da terra) por não ser vantajoso economicamente para seus grupos sociais, condicionando, portanto, tal classe a

bairros periféricos e/ou excluídos como o objeto dessa pesquisa, cria-se, assim, um distanciamento entre grupos sociais distintos que fragmenta a cidade, porém, a exploração da mão de obra desses menos favorecidos economicamente é indispensável para que as classes dominantes continuem dominantes e para que a cidade capitalista continue a existir como existe.

Todavia, a complexidade do objeto de estudo possui maior grau de interpretação, visto que o ambiente não é entendido pela esfera pública como parte da cidade, mas, em seu íntimo, os seus moradores executam tarefas que pertencem à cidade e são para a cidade, estando, desta forma, totalmente ligados à urbe que lhes é negada.

Verifica-se que os agentes supramencionados constituem os principais responsáveis pela reprodução da terra segregada, incluindo o menos favorecido economicamente, tendo em vista que muitos são moradores da (auto) construção.

Sendo assim, o não reconhecimento urbano e a permanência do morador de baixo rendimento em ambiente segregado não é só permissível, em termos jurídicos, como viável para o Estado considerando a arrecadação de capital com a desobrigação de execução de obras onerosas aos cofres públicos.

Ademais, o não barramento, por parte do poder público municipal, assim como sua displicência referente a produção de políticas públicas de urbanismo e habitação em prol das classes baixas fomenta os promotores imobiliários a continuarem convertendo ambientes rurais próximos à urbanidade em bairros excluídos, como o Loteamento Moradia Bela Vista, portanto, conclui-se que muitos se beneficiam com a negação desse ambiente como parte da cidade.

Assim, as alternativas para mitigar a exclusão urbana existente não se resumem a negar o acesso a estes ambientes, visto que aumentaria o número de famílias sem habitação própria, porém, elevar o poder de renda das pessoas para que possam habitar dignamente a cidade e/ou recuperar a habitação que já ocupam, pois, as flutuações do valor da terra e materiais diversos utilizados para adequar as moradias de forma a oferecer o conforto de um lar podem sofrer alterações acompanhando esta eventual alta coletiva de ganhos, portanto, o auxílio financeiro também seria uma ação falível e insuficiente para solucionar a problemática da segregação evidenciada.

No entanto, existem maneiras plausíveis de mitigar os impactos da segregação nas famílias do objeto de estudo e, para tal, o Estado (em sua esfera municipal) deve

abandonar a atual situação omissa, passando a reconhecer a localidade como ambiente urbano, visto que, aos olhos dos moradores (e apenas deles), essa inclusão já existe, partindo daí, infraestruturas adequadas garantirão, minimamente, vida digna aos moradores proporcionando os demais direitos que ainda lhes são negados. Em paralelo ao pressuposto, seria necessário (e urgente) adotar/fomentar políticas públicas pró habitação, por exemplo, a revisão do Plano Diretor Municipal, o documento orientador de políticas habitacionais utilizado pelo município, revela-se desatualizado e não alinhado com os interesses da maioria dos residentes urbanos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade econômica. Nesse sentido, uma alternativa para mitigar os efeitos da exclusão urbana, como discutido anteriormente, seria a revisão e atualização desse plano, com a participação efetiva da comunidade, respaldada por medidas concretas de implementação.

O Plano Diretor Municipal é um instrumento fundamental na definição das diretrizes para o desenvolvimento e ordenamento do espaço urbano. Sua atualização permite adequar as políticas habitacionais às necessidades e demandas da população, garantindo um ambiente mais inclusivo e equitativo. Para isso, é essencial que haja um processo participativo, no qual os cidadãos tenham a oportunidade de expressar suas preocupações, sugestões e aspirações em relação à habitação e ao desenvolvimento urbano.

Além disso, é imprescindível que a revisão do Plano Diretor seja acompanhada de ações efetivas, ou seja, medidas concretas que sejam implementadas para promover a inclusão e combater a exclusão urbana. Isso pode envolver a criação de programas habitacionais acessíveis, o fortalecimento de políticas de regularização fundiária, a ampliação de infraestruturas e serviços nas áreas mais desfavorecidas, e o fomento à participação comunitária em projetos de revitalização urbana.

Dessa forma, a atualização do Plano Diretor Municipal, em conjunto com a participação ativa da comunidade e a implementação de medidas efetivas, pode contribuir significativamente para a promoção da inclusão urbana. Ao considerar as diversas perspectivas e necessidades dos residentes, especialmente aqueles em condições econômicas vulneráveis, é possível direcionar os esforços para criar um ambiente urbano mais justo, com oportunidades equitativas de acesso à moradia digna e ao desenvolvimento socioeconômico. Assim, a atuação benéfica do Estado (em sua forma de poder nacional, estadual e municipal) iria além do reconhecimento de áreas periféricas como na situação de estudo, realizando, portanto, uma reforma urbana de caráter amplo dando possibilidade de acesso justo a urbanidade.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense (contexto, propósitos e contradições)**. 2001. Tese (Doutorado em geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, 323 p.

ALBAGLI, Sarita. Territórios em Movimento. In: LAGES, V. et al. (Orgs). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégias de inserção competitiva**. Brasília: Relume Dumará, 2004. cap. 1, p. 23 – 70.

ALFREDO, Anselmo. Uma Abordagem sobre a Problemática Espaço-Temporal no Capitalismo Contemporâneo. **Boletim Mineiro de Geografia**, Belo Horizonte, n. 13, 2005. Disponível em: [https://www.academia.edu/12828410/Uma\\_Abordagem\\_sobre\\_a\\_Problem%C3%A1tica\\_Espa%C3%A7otemporal\\_no\\_Capitalismo\\_Contempor%C3%A2neo](https://www.academia.edu/12828410/Uma_Abordagem_sobre_a_Problem%C3%A1tica_Espa%C3%A7otemporal_no_Capitalismo_Contempor%C3%A2neo). Acesso em: 23 de julho de 2021.

ARANHA, Elias Alves. **Colíder a cidade e sua formação histórica**. São Paulo: Recanto das Letras, 2019.

AMORIM, Leonice. **Atlas geográfico de Mato Grosso**. Cuiabá-MT: Entrelinhas, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Rio de Janeiro: Boitempo, 1999.

ANDRADE, Jane; CARMO, Judite de Azevedo. Entre o ideal e o real: o Plano Diretor e a realidade do córrego Sangradouro e a expansão urbana de Cáceres, Mato Grosso, no período de 1986 a 2016. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n.º 15, p. 31-53, 2018.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argus, 2009.

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. Reflexões a partir da psicologia sócio histórica sobre a categoria consciência. **Cadernos de Pesquisa**, 2000, p. 125- 142.

BADIOU, Althusser. **Materialismo Histórico e Materialismo Dialético**. São Paulo: Global editora e distribuidora LTDA, 1979.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2015.

BERTRAN, Paulo. **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília (DF): UCG/Codeplan, 1988.

BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Suzana. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*. 2006.

BURGESS, Ernest. **O crescimento da Cidade: Introdução a um projeto de pesquisa**. In: PIERSON, D. Estudos de ecologia urbana. São Paulo: Martins, 1970.

BRASIL. **Lei 10.257, de 10 de Julho de 2001**. Estabelece diretrizes gerais da política urbana. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de publicações, 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso em: 18 out. 2022.

BRAZ, Marcelo. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, Cortez, São Paulo, n. 111, p. 468 – 492, 2012.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade e a Organização do Espaço. **Revista do Depto. de Geografia da USP**, São Paulo, n. 1, 1982.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. FFLCH. São Paulo: 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Cidade e vida urbana: a dinâmica do/no espaço intra-urbano e a formação para participação em sua gestão. In: PAULA, F. M. de A.; CAVALCANTI, L. de S. (org.). **A cidade e seus lugares**. Goiânia: [s.n.], 2007. p. 10 – 27.

CAZAROTTO, Rosmari Terezinha. Leituras de Friedrich Ratzel na produção geográfica brasileira contemporânea. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 30, n. 1, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37486>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave na Geografia. In: CORRÊA, R. L. (Ed.). **Geografia Conceito e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CARLOS. Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARDOSO, Míriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento** – Brasil : JK-JQ. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

COLÍDER (Município). Lei n°. 2864/2015. Institui o Plano Diretor Estratégico do

Município de Colíder. Secretaria do Governo Municipal, Colíder, 2015. Disponível em: [https://www.colider.mt.gov.br/Transparencia/fotos\\_downloads/12980.pdf](https://www.colider.mt.gov.br/Transparencia/fotos_downloads/12980.pdf). Acesso em: 30 de março de 2022.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. **R. bras. Est. Pop**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 87 – 107, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n1/v23n1a06.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CUNHA, José Marcos Pinto da. **A migração no Centro-Oeste Brasileiro no Período 1970/96**: o esgotamento de um processo de ocupação. Campinas: NEPO, 2002.

DUMONT, Tiago Vieira Rodrigues. Segregação sócio espacial e a recente política urbana e habitacional nas cidades brasileiras. **Revista LEVS**, Marília, n. 13, p. 129 – 145, 2014. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/3756>. Acesso em 24 de agosto de 2022.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. 2004. 213 – 225 p. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T2-5SF/Sandra/Entrevistas%20em%20pesquisas%20qualitativas.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2021.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. Editora Perspectiva, 1984. DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DIAS, Edmundo Fernandes. Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes. In: DIAS, E. F. (Ed.). **Instituto de Estudos Socialistas**. São Paulo: [s.n.], 1998. cap. 1, p. 45 – 52.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 23 – 26, 2008.

FILHO, Sidney Cardoso Santos. Baixada Fluminense e as “ilhas de contato” da Globalização: a Territorialidade do Ciberespaço nas Regiões Marginais. *Intellector*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 01 – 06, 2005.

FERNANDES, Florestan. (Org.) **K. Marx, F. Engels**. História. 2 ed. São Paulo: Ática, 1984.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A ocupação como forma de acesso à terra**: A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, Vítor Sérgio. **Artes e Manhãs da Entrevista Compreensiva**. Saúde & Sociedade, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 261-274, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2014.v23n3/979-992/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Programa de Integração Nacional (PIN)**. Rio de Janeiro, 2009.

GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. *Marcha para Oeste na Experiência da Expedição Roncador-Xingu*. In: ANAIS, 2011, São Paulo. **XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011.

GAUDEMAR, Jean Paul. **Mobilidade do Trabalho e acumulação do capital**. Editorial Estampa, 1977.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

Guran, Milton. **Documentação fotográfica e pesquisa científica: notas e reflexões**. Rio de Janeiro: Funarte, 2012.

GUIMARÃES, Marcelo Duncan Alencar. **Os Colonos de Rio Claro: estudo de uma colonização no norte de mato grosso**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1998.

GORENDER, Jacob. **Marxismo sem utopia**. São Paulo: Ática, 1999. WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 8 – 39, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13641>. Acesso em: 19 de jan. De 2021.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2003.

HAESBAERT, Rogério. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 4, 1998.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 22, p. 7–26, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7290>. Acesso em: 19 de jan. De 2021.

HOLZER, Werther. A geografia humanista: uma revisão. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, p. 137 – 147. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6142>. Acesso em: 07/09/2022.

HOLZER, Wherter. O Lugar na Geografia Humanista. **Revista Território**, UFRJ, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 67 – 78, 1999. Disponível em: [ftp://146.164.23.131/terr/N\\_07/v\\_7\\_holzer.pdf](ftp://146.164.23.131/terr/N_07/v_7_holzer.pdf). Acesso em: 22/09/2022.

HOGAN, Daniel Joseph.; CARMO, Roberto Luiz do.; CUNHA, José Marcos Pinto da.; BAENINGER, Rosana. **Um Breve Perfil Ambiental da Região Centro-Oeste. Campinas**: UNICAMP, 2000.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. São Paulo. Boitempo, 2013.

HOGAN, Daniel Joseph. Vulnerabilidades e riscos: entre Geografia e Demografia. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.22, n.1, jan./jun.2005. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-491871>. Acesso em: 19set. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e indivíduo social no processo capitalista de produção. Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo, Cortez, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Colíder. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/colider/panorama>. Acesso em: 15 março. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Histórico do Município de Colíder-MT. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrosso/colider.pdf>. Acesso em: 19 de dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010: Nupcialidade, Fecundidade e Migração – Resultados da Amostra. Rio de Janeiro, p.1-349, 2012.

JÚNIOR, Orlando Moreira. Cidade Partida: segregação induzida e auto-segregação urbana. **Caminhos de geografia**, Uberlândia, V.13, n° 33, p. 07-10, mar 2010.

KAUFFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisas de campo. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

LAKATOS, Eva.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa**. 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

LACOSTE, Yves. **Geografia do subdesenvolvimento**. 8ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

LEITE, Cristina Maria Costa. **O Lugar e a Construção da Identidade**: Os significados

construídos por professores de Geografia do Ensino Fundamental. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris, Éditions Anthropos, 2000.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Tradução de William Lagos. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Itapevi: Nebli, 2016.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Exclusão social e reforma urbana**. São Paulo: FAUUSP, 1994.  
MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151 – 167, 2003.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo. Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo. Expressão popular, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Vozes de Bolso. 2019.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, José de Souza. **Florestan**: sociologia e consciência social no Brasil. [S.l.]: EDUSP, 1998.

ESPAÇO. In: **MICHAELIS**, Moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2021. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=espa%C3%A7o>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Ciência Geográfica**, Bauru, n. 6, 1997.

MOREIRA JÚNIOR, O. Cidade Partida: segregação induzida e autosegregação urbana. **Caminhos de geografia**, Uberlândia, v. 13, n. 33, p. 07 – 10, 2010.

MOREIRA, Erika Vanessa.; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**, UNESP, v. 2, n. 14, p. 48 – 60, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/645/659>. Acesso em: 07 de abril de 2021.

MONTEIRO, Ana Victoria Vieira Martins. Agricultura Urbana e Periurbana: Questões e perspectivas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 32, n. 6, p. 39 – 44, 2022. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=52>. Acesso em: 19/01/2023.

NASCIMENTO, Denise Morado. A autoconstrução na produção do espaço urbano. In: COSTA, J. G. de Mendonça e Heloisa Soares de M. (org.). **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. [S.l.]: Editora C/Arte, 2011. p. 217 – 230.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisa em administração**. São Paulo: FEA-USP, 1996. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em: 26 de junho de 2021.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**, v. 8, n. 8, p. 129 – 153, 2008. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/108>. Acesso em: 27 de fev. De 2021.

NETO, Artur Bispo Santos. Dialética e ontologia em Hegel e Marx. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 10, n. 120, p. 137–145, 2011.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Classe, raça e acesso ao ensino superior no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 138, p. 867 – 880, 2009.

OLIVEIRA, Ricardo Barra.; OLIVEIRA, Jacqueline Silva. **Auto-Segregação e segregação induzida no Contexto socioambiental no Município de Marechal Deodoro-AL**. 2017. Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade. Disponível em: <http://eventos.ecogestaobrasil.net/congestas2017/trabalhos/pdf/congestas2017-et-1-018.pdf>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. São Paulo: Lãnde Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados: Dossiê Desenvolvimento Rural**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185 – 206, 2001.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. São Paulo: Jorge Zahar Ed, 2001.

PAVÃO, Eugênio Da Silva. **Formação, estrutura e dinâmica da economia de Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia brasileira**. 2005. 250 p. Dissertação (Pós Graduação em Economia)— Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.

PIRES, Mauro Oliveira. Programas agrícolas na ocupação do cerrado. **Sociedade e Cultura Revista de Ciências Sociais**, Uberlândia, v. 3, n. 1 e 2, p. 111 – 131, 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/703/70312129007.pdf>. Acesso em: 21 de janeiro de 2021.

PINHEIRO, José Aldair; BAMPI, Aumeri Carlos; SILVA, Carlos Alberto Franco. O projeto de assentamento conjunto Terranova I na borda meridional da Amazônia mato-grossense: efeitos territoriais da ocupação. **InterEspaço**, v. 6, p. 01 – 27, 2020.

QUEIROZ, Francisco Alves.; SOUZA, Laumar Neves. A evolução do conceito de trabalho e sua relação com o desenvolvimento econômico. **Cadernos de ciências sociais aplicadas**, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), p. 146 – 160.

RESENDE, Ubiratan Pereira de. Especulação imobiliária e verticalização urbana: um estudo a partir do parque municipal Cascavel em Goiânia. Geografia: **Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia**, Londrina, v. 27, p. 79 –, 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/34252/24100>. Acesso em: 19 de fev. De 2021.

RIOS, Sadraque Oliveira; COSTA, Jean Mario Araújo.; MENDES, Vera Lúcia Peixoto Santos. A fotografia como técnica e objeto de estudo na pesquisa qualitativa. **Discursos Fotográficos**, v. 12, n. 20, p. 98 – 120, 2016. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/22542>. Acesso em: 26 de junho de 2021.

RODRIGUES, Kelly. **O conceito de lugar**: A aproximação da Geografia com o indivíduo. 2015. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/17/473.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021. RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades Socioespaciais – A Luta Pelo Direito à Cidade. **Cidades**, Brasília, v. 4, n. 6, p. 73 – 88, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo Razão e Emoção São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço**: diálogos em torno da construção do

significado de uma categoria. São Paulo: EdUnesp, 2002.

SAUER, Carl. O. Geografia cultural. **Espaço e Cultura**, n. 3, p. 01-07, 1996. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6706>. Acesso em: 23 jul. 2021.

SANTANA, Arthur Bernady. A BR-163: “ocupar para não entregar”, a política da ditadura militar para a ocupação do “vazio” Amazônico. In: **Anais**. XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.1230.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2022.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida. **O Lugar de Todo Mundo**. Geografia da Solidariedade. Conferência feita no I Encontro Internacional de Geografia da Bahia. 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, Jailson de Macedo. **A cidade na região e a região na cidade**: a dinâmica socioeconômica de Imperatriz e suas implicações na região Tocantina. Imperatriz: Ética, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SEEMANN, Jörn. Friedrich Ratzel entre Tradições e Traduções: Uma Breve Abordagem Contextual. **Terra Brasilis** (nova série), n. 1, 2012, p. 1-16. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/180>. Acesso em: 10 set. 2022.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: Gasperr, 1999.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre Epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. n.º1, Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999. Disponível em: Notas Sobre A Epistemologia Da Geografia. Maio de 2005 | PDF | Geografia | Dialética (scribd.com) . Acesso em: 18 out. 2022.

SURIANO, Andrea Lise Campos. RESCHILIAN, Paulo Romano. Urbanização, habitação e segregação socioespacial. **Revista Univap**, São José dos Campos, v. 18,

n. 32, 2012. Disponível em:  
<http://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/download/108/125>. Acesso em:  
 18 de out. de 2022.

SÁ, Werther Lima Ferraz. **Autoconstrução na cidade informal**: relações com a política habitacional e formas de financiamento. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano) — Universidade Federal de Pernambuco.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. Política habitacional para os excluídos: o caso da Região Metropolitana do Recife. In: CARDOSO, Aduauto, Lúcio. (org.). **Habitação social nas Metrôpoles brasileiras**: Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC, 2007.

SOARES, Cassia Baldini; CAMPOS, Celia Maria Sivali; YONEKURA, Tatiana. Marxismo como referencial teórico-metodológico em saúde coletiva: implicações para a revisão sistemática e síntese de evidências. **Rev. esc. enferm.** USP, São Paulo, v. 47, n. 6, p. 1403-1409, Dec. 2013. Disponível em:  
 <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-62342013000601403&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342013000601403&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 de Dez. 2022.

SILVA, Arivelto Cosme. **Estudo da contaminação do lençol freático através da integração de técnicas geofísicas e geoquímicas em Ji-Paraná/RO**. 136 f. 2008. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Rio Claro, 2008.

SILVA, Renata Maria; BAMPI, Aumeri Carlos. Entre a motivação e a precariedade: a situação camponesa no processo inicial da colonização na gleba Celeste, Vera, MT. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 169–192, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7056>. Acesso em: 19 mar. 2023.

TONET, Ivo.; LESSA, Sérgio. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea**: Segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

VAINER, Carlos Bernardo. Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade. In: NETO, H. P & FERREIRA, A.P. (org.). **Cruzando fronteiras disciplinares**: um panorama dos estudos migratórios. [S.l.]: Editora Revan/FAPERJ, 2005.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo:

Global, 1986.

VILLAÇA, Flávio. **O espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo. Studio Nobel, 2001.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – PARECER CONSUBSTANCIADO FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ÉTICA PARA EXECUÇÃO DA PESQUISA



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A PERIFERIA URBANA FRENTE AO IMPERATIVO CAPITALISTA EXCLUDENTE NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: O CASO DO LOTEAMENTO MORADIA BELA VISTA NA CIDADE DE COLÍDER, MATO GROSSO.

**Pesquisador:** WILLIAN BORGES VIEIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 52839021.7.0000.5166

**Instituição Proponente:** GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.166.425

##### Apresentação do Projeto:

Projeto Mestrado em Geografia

A pesquisa tem como objetivo entender o surgimento e configuração social do loteamento “moradia Bela Vista”, sua estrutura e características. Este se localiza próximo ao espaço urbano do município de ColíderMT, no entanto, sua consideração como parte integrante da cidade não acontece, por não estar ligada diretamente à mancha urbana, não sendo tratada como parte da urbe, do ponto de vista legal. No loteamento em questão evidenciam-se diversos problemas sociais e ambientais. Quando se pensa na cidade, é necessário pensar nos agentes que a constroem dentro de um contexto sócio-histórico, e no que tange ao bairro periférico, sua construção se dá por diferentes fatores e/ou uma combinação destes, sempre estando relacionado, nas sociedades capitalistas, à mercantilização do solo urbano, possibilidades ou não de acesso ao mesmo. A investigação tem como suporte teórico-metodológico o materialismo histórico e dialético, como fundamento para entender como se constituiu o capitalismo na fronteira amazônica e como este liga-se à configuração das cidades da fronteira de recursos, com todos os agentes que a constroem.

##### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

**Endereço:** Av. Tancredo Neves, 1095

**Bairro:** Cavalhada II

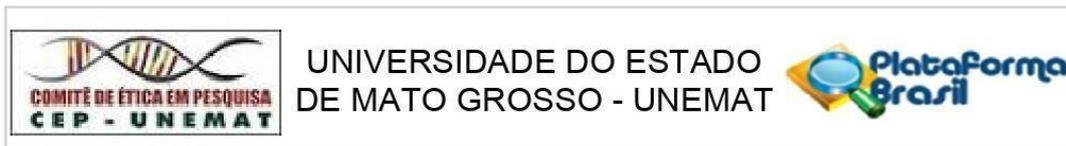
**CEP:** 78.200-000

**UF:** MT

**Município:** CACERES

**Telefone:** (65)3221-0067

**E-mail:** cep@unemat.br



Continuação do Parecer: 5.166.425

Investigar as razões da configuração socioespacial do loteamento Moradia Bela Vista em Colíder-MT, suas características, composição sóciohistórica, e seu grau de inclusão/exclusão à urbanidade local, no contexto da fronteira capitalista amazônica.

**Objetivo Secundário:**

Investigar o processo de constituição histórico-social do loteamento Moradia Bela Vista, e se o espaço se trata de um ambiente segregado, auto segregado ou alternativo de habitação dentro do contexto capitalista de apropriação e mercantilização do solo urbano.;

Identificar os agentes produtores da cidade responsáveis pela criação do loteamento;

Descrever o nível socioeconômico e cultural dos habitantes;

Verificar o grau de urbanização do loteamento em relação às condições de infraestrutura e serviços urbanos;

Analisar qualitativamente, a partir da percepção dos moradores, o loteamento e sua participação e ou exclusão do espaço urbano colidense.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

- A pesquisa apresenta garantia de que danos previsíveis serão evitados, como preconiza a resolução 466/2012.

**RISCOS APRESENTADOS:**

Eventuais riscos remetem a possibilidade de danos de ordem moral e social visto que riscos existentes se baseiam na existência da consciência do participante sobre sua condição de segregado, havendo possibilidade de haver receio na participação por vergonha e/ou medo. Possíveis riscos desta pesquisa ainda estão relacionados ao fato de o participante sentir que suas atividades cotidianas foram interrompidas durante a entrevista, ou entender que a entrevista está acontecendo em momento indevido e/ou aproveitando da situação para abordar assuntos pessoais. Pode ocorrer ainda de o participante se incomodar com a duração da pesquisa, que tem previsão de 30 minutos, aproximadamente. Portanto, as medidas adotadas para minimizar os riscos se baseia na coerência intelectual, onde, os interlocutores (apenas adultos) terão suas identidades preservadas e os dados coletados estarão sob sigilo conforme preconizam o marco legal para pesquisa científica. Neste sentido, para minimizar os riscos supramencionados, para contato com o interlocutor, será escolhido um ambiente com

**Endereço:** Av. Tancredo Neves, 1095

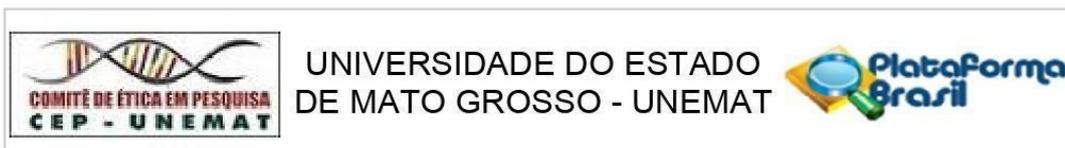
**Bairro:** Cavallhada II

**CEP:** 78.200-000

**UF:** MT **Município:** CACERES

**Telefone:** (65)3221-0067

**E-mail:** cep@unemat.br



Continuação do Parecer: 5.166.425

condições favoráveis a realização da entrevista, onde as questões só serão respondidas por livre e espontânea vontade podendo (o entrevistado) a qualquer momento optar por não responder caso não se sinta à vontade. Quanto a assuntos transversais sem coerência com o objetivo da pesquisa, estes serão desconsiderados. Portanto, o pesquisador responsável assume que os sujeitos da pesquisa não serão identificados em qualquer das formas de divulgação do estudo e de seus resultados, preservando, assim, o anonimato dos mesmos.

#### BENEFÍCIOS APRESENTADOS:

Os benefícios esperados por meio desta pesquisa são de natureza própria (para o pesquisador) e social (para a comunidade). No que tange o pesquisador, o benefício é a produção teórica sobre as construção e reconstrução do espaço urbano da cidade, e como este processo é percebido pela população, possibilitando subsídios as novas orientações quanto a elaboração de políticas públicas e planejamentos que visam a minimização das disparidades sociais visando o bem-estar da comunidade local. E no campo social, a pesquisa oferece elevada possibilidade de conhecimento de condição social por parte da população alvo da pesquisa, visto que, um ambiente onde existe a segregação, potencialmente afeta o modo de vida dos sujeitos por serem excluídos do espaço urbano legal, portanto, sabendo de sua situação e as razões disto, cria-se condições para fomentar na comunidade em contato com a pesquisa, o desejo por mudanças.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta:

- Respeito aos participantes da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;
- Ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- Garantia de que danos previsíveis serão evitados; e
- Relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária.

#### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados de acordo com as exigências da resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS-Conselho Nacional de Saúde.

**Endereço:** Av. Tancredo Neves, 1095

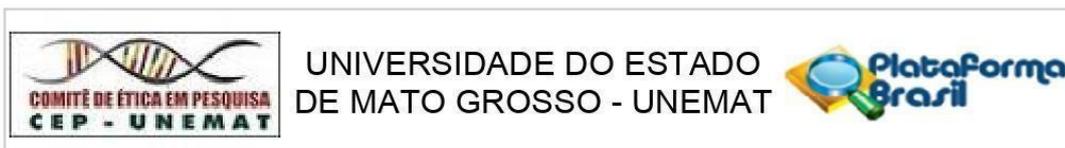
**Bairro:** Cavahada II

**CEP:** 78.200-000

**UF:** MT **Município:** CACERES

**Telefone:** (65)3221-0067

**E-mail:** cep@unemat.br



Continuação do Parecer: 5.166.425

**Recomendações:**

Não há recomendações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Solicitações de adequação no primeiro parecer:

\*Inserir os critérios de exclusão e inclusão dos participantes no projeto e na plataforma Brasil, pois foi enviado apenas TCLE, portanto deve ser informado que não participará pessoas com menos de 18 anos. APRESENTOU OS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO EXCLUSÃO, ATENDEU A SOLICITAÇÃO

\*Inserir na Plataforma Brasil a UNEMAT como proponente e o orientador como membro da equipe de pesquisa. SOLICITAÇÃO ATENDIDA.

\*Imprimir novamente a folha de rosto e colher a assinatura do DPPF do Campus de Cáceres. SOLICITAÇÃO ATENDIDA

\*Falta a declaração do Orientador concordando participar da pesquisa e que respeitará as resoluções 466 e a 510. SOLICITAÇÃO ATENDIDA

Riscos: Suprimir o trecho "Embora praticamente não haja risco", pois sabe-se que toda pesquisa com seres humanos oferece riscos ao participante, tanto no ato da coleta de dados como também na divulgação dos resultados. O CEP UNEMAT não possui gradação de risco, portanto, não descrever por exemplo Riscos mínimos. SOLICITAÇÃO ATENDIDA

Não foram apontados os riscos de estigmatização, medo de serem discriminados após o resultado da pesquisa, vergonha de falar de sua situação no loteamento, medo. Descrever todos os riscos que a pesquisa pode ocasionar ao participante e as medidas que serão adotadas para eliminá-las ou pelo menos minimiza-las. Todos os riscos devem estar no TCLE e nas Informações básicas na Plataforma Brasil. SOLICITAÇÃO ATENDIDA.

Rever os benefícios para o participante, pois a pesquisa só faz sentido se a mesma oferecer benefícios para o participante, sejam eles de imediato ou a longo prazo. SOLICITAÇÃO ATENDIDA

Todos os benefícios devem estar no TCLE e nas Informações básicas na Plataforma Brasil. SOLICITAÇÃO ATENDIDA.

**Endereço:** Av. Tancredo Neves, 1095

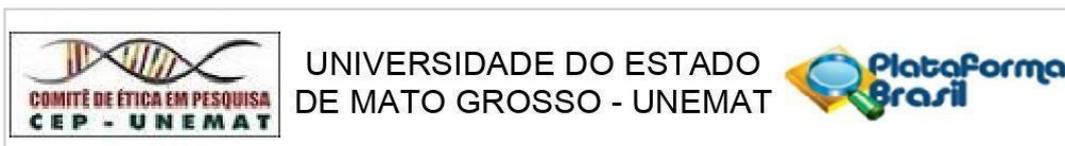
**Bairro:** Cavalhada II

**CEP:** 78.200-000

**UF:** MT **Município:** CACERES

**Telefone:** (65)3221-0067

**E-mail:** cep@unemat.br



Continuação do Parecer: 5.166.425

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso CEP/UNEMAT após análise do protocolo em comento, de acordo com a resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS, é de parecer que não há restrição ética para o desenvolvimento da pesquisa.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1846530.pdf	22/11/2021 12:57:25		Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	22/11/2021 12:57:10	WILLIAN BORGES VIEIRA	Aceito
Parecer Anterior	pareceranterior.pdf	22/11/2021 12:56:08	WILLIAN BORGES VIEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetowillian.pdf	22/11/2021 12:53:47	WILLIAN BORGES VIEIRA	Aceito
Outros	responsabilidadepesquisador.pdf	22/11/2021 12:51:33	WILLIAN BORGES VIEIRA	Aceito
Outros	responsabilidadeorientador.pdf	22/11/2021 12:50:49	WILLIAN BORGES VIEIRA	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	22/11/2021 12:49:53	WILLIAN BORGES VIEIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	nstituicoesenvolvidas.pdf	22/11/2021 12:49:21	WILLIAN BORGES VIEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	livreesclarecido.pdf	22/11/2021 12:48:18	WILLIAN BORGES VIEIRA	Aceito
Outros	instrumentodecoleta.pdf	22/11/2021 12:47:54	WILLIAN BORGES VIEIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	infraestrutura.pdf	22/11/2021 12:47:16	WILLIAN BORGES VIEIRA	Aceito
Outros	encaminhamento.pdf	22/11/2021 12:46:46	WILLIAN BORGES VIEIRA	Aceito
Declaração de concordância	declaracaoindividual.pdf	22/11/2021 12:45:46	WILLIAN BORGES VIEIRA	Aceito
Outros	curriculowillian.pdf	22/11/2021 12:44:43	WILLIAN BORGES VIEIRA	Aceito
Outros	curriculoumeri.pdf	22/11/2021	WILLIAN BORGES VIEIRA	Aceito

**Endereço:** Av. Tancredo Neves, 1095

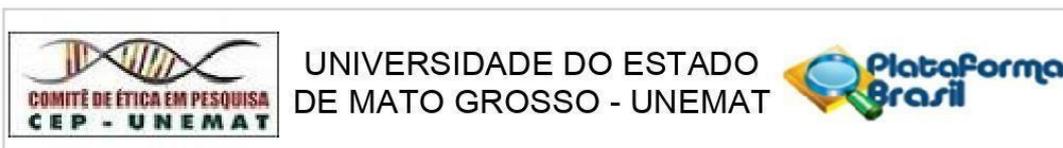
**Bairro:** Cavalhada II

**CEP:** 78.200-000

**UF:** MT **Município:** CACERES

**Telefone:** (65)3221-0067

**E-mail:** cep@unemat.br



Continuação do Parecer: 5.166.425

Outros	curriculoumeri.pdf	12:44:11	VIEIRA	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	22/11/2021 12:43:05	WILLIAN BORGES VIEIRA	Aceito
Outros	coletadadosnaoiniciada.pdf	22/11/2021 12:42:45	WILLIAN BORGES VIEIRA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CACERES, 15 de Dezembro de 2021

---

**Assinado por:**  
**Severino de Paiva Sobrinho**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. Tancredo Neves, 1095

**Bairro:** Cavahada II

**CEP:** 78.200-000

**UF:** MT **Município:** CACERES

**Telefone:** (65)3221-0067

**E-mail:** cep@unemat.br

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM MORADORES SELECIONADOS



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



### Roteiro de questões para entrevistas

Apresentação: O presente documento, tem como objetivo reunir informações sobre o local supracitado para o desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica. As informações coletadas serão utilizadas pelo estudante de pós-graduação **Willian Borges Vieira**, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) para o desenvolvimento da dissertação intitulada “**PERIFERIA URBANA E EXCLUSÃO NA FRONTEIRA CAPITALISTA AMAZÔNICA: ESTUDO DO LOTEAMENTO MORADIA BELA VISTA EM COLÍDER - MT**”, com intuito de se obter título de Mestre em Geografia na linha de pesquisa “Dinâmica Espacial” do programa de pós-graduação Stricto Sensu em geografia da referida universidade. Ressalta-se que nenhuma informação pessoal dos moradores (referente a documentos, e/ou nomes) serão coletados e/ou utilizados e/, ou publicados no resultado da pesquisa e em outros meios.

#### Questões para as entrevistas

- I – Qual é a sua idade e a sua profissão?
- II – Qual é a sua escolaridade?
- III – Foi fácil adquirir um lote/casa neste local?
- IV – A quanto tempo você reside e/ou possui uma residência/imóvel e/, ou lote no Loteamento Moradia Bela Vista?
- V – O Loteamento Moradia Bela Vista não está anexo a cidade de Colíder. Deste modo, por ser afastado da malha urbana, você considera este loteamento como uma área periférica da cidade?
- VI – Antes de adquirir um lote, residência/imóvel e/ou lote no local, você tinha condições de adquirir um imóvel no interior da cidade de Colíder? E em sua visão, quais são os pontos positivos e negativos em morar neste bairro?
- VII – Você deseja que exista alguma ação por parte do poder público municipal que atualmente não existe na localidade? (exemplos: pavimentação asfáltica, rede de esgoto, água encanada e/ou similar).
- VIII – O que mais te atraiu/ motivou a adquirir residência/imóvel e/ou lote no Loteamento Moradia Bela Vista? E sobre a possibilidade de se mudar, atualmente você tem intenções e/ou desejo de um dia se mudar para um bairro que esteja dentro do perímetro urbano da cidade e/, ou outra cidade no futuro?
- IX – Como você considera sua relação com seus vizinhos do loteamento?
- X – Você considera que todas as famílias que moram neste local possuem a mesma condição financeira?
- XI – Você concorda que a condição financeira da maioria das famílias que moram neste loteamento foi um fator decisivo para escolher este lugar para viver?

## APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM IMIGRANTES SELECIONADOS



ESTADO DE MATO GROSSO  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CÁCERES – JANI VANINI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



### Apresentação

O presente documento, tem como objetivo reunir informações sobre imigrantes que vieram de outras regiões para o Centro-Oeste do país. As informações coletadas serão utilizadas pelo estudante Willian Borges Vieira da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) com o objetivo de desenvolver a dissertação intitulada "PERIFERIA URBANA E EXCLUSÃO NA FRONTEIRA CAPITALISTA AMAZÔNICA: ESTUDO DO LOTEAMENTO MORADIA BELA VISTA EM COLÍDER- MT", com intuito de se obter título de Mestre em Geografia na linha de pesquisa "Dinâmica Espacial" do programa de pós-graduação Stricto Sensu em geografia da referida universidade.

Ressalta-se que nenhuma informação pessoal dos entrevistados (como por exemplo, documentos e/ou nomes) serão utilizados e/ou publicados no resultado da pesquisa ou em outros meios caso o pesquisador tenha acesso às informações referidas.

### Roteiro de questões para entrevistas

Questões gerais sobre o entrevistado
I - Nacionalidade do entrevistado: _____
II - Faixa etária <input type="checkbox"/> Entre 18 e 20 anos <input type="checkbox"/> Entre 31 e 40 anos <input type="checkbox"/> Entre 51 e 60 anos <input type="checkbox"/> Entre 71 e 80 anos <input type="checkbox"/> Entre 21 e 30 anos <input type="checkbox"/> Entre 41 e 50 anos <input type="checkbox"/> Entre 61 e 70 anos <input type="checkbox"/> Acima de 80 anos
III - Gênero <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino
IV - Escolaridade <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio completo <input type="checkbox"/> Pós graduação completa <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental completo <input type="checkbox"/> Ensino Superior completo <input type="checkbox"/> Outro: _____
V - Município de residência atual: _____

Questões abertas acerca do deslocamento do entrevistado
I - Como você descreveria sua condição econômica antes de se mudar para o Mato Grosso?
II - Em que ano você se mudou para o Mato Grosso?
III - Quais foram os motivos e/ou objetivos que incentivaram a sua mudança?
IV - Quais foram as principais dificuldades encontradas durante a sua vinda para o Mato Grosso?
V - O que você pode dizer sobre o município de Colider no momento em que chegou ao norte de Mato Grosso?
VI - Como teve acesso a moradia?

## APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO PARA OS CHEFES DE FAMÍLIA



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



### Questionário aos chefes de família do Loteamento Moradia Bela Vista em Colíder-MT

Apresentação: O presente documento, tem como objetivo reunir informações sobre o local supracitado para o desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica. As informações coletadas serão utilizadas pelo estudante de pós-graduação **Willian Borges Vieira**, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) para o desenvolvimento da dissertação intitulada “**PERIFERIA URBANA E EXCLUSÃO NA FRONTEIRA CAPITALISTA AMAZÔNICA: ESTUDO DO LOTEAMENTO MORADIA BELA VISTA EM COLÍDER - MT**”, com intuito de se obter título de Mestre em Geografia na linha de pesquisa “Dinâmica Espacial” do programa de pós-graduação Stricto Sensu em geografia da referida universidade. Ressalta-se que nenhuma informação pessoal dos moradores (referente a documentos, e/ou nomes) serão coletados e/ou utilizados e/, ou publicados no resultado da pesquisa e em outros meios.

<b>Questionário específico</b>			
<i>Sobre o questionado</i>			
<b>1 – Sexo:</b>			
a) Feminino;		b) Masculino.	
<b>2 – Idade:</b>			
a) Menos que 20 anos;	c) Entre 31 a 40 anos;	e) Entre 51 a 60 anos;	g) Acima de 70 anos.
b) Entre 20 a 30 anos;	d) Entre 41 a 50 anos;	f) Entre 61 a 70 anos;	
<b>3 – Escolaridade:</b>			
a) Sem escolaridade;	c) Ensino fundamental completo;	e) Ensino Médio Completo;	g) Superior completo;
b) Ensino fundamental incompleto;	d) Ensino médio incompleto;	f) Superior Incompleto;	h) Pós-graduado(a).
<b>4 – Qual o rendimento mensal da família?</b>			
a) Menos que um salário mínimo;	c) Entre um a dois salários mínimos;	e) Entre três e quatro salários mínimos;	
b) Um salário mínimo;	d) Entre dois e três salários mínimos;	f) Acima de quatro salários mínimos.	
<b>5 – Profissão / trabalho / ocupação:</b>			
<b>6 – Quantas pessoas moram juntas na residência?</b>			
<b>7 – Que idade cada pessoa que aqui reside possui?</b>			
<b>8 – Possui veículo automotor?</b>			
a) Sim;		*Caso a resposta seja positiva. Quantos e tipos?	
b) Não.		R:	
<b>9 – Em sua opinião, seria possível morar neste bairro sem nenhum tipo de veículo?</b>			
a) Sim;		b) Não.	
<i>Sobre a moradia</i>			
<b>1 – Há quanto tempo reside no loteamento Moradia Bela Vista?</b>			
a) Menos que um ano;		d) Entre 05 e 06 anos;	
b) Entre 01 e 02 anos;		e) Entre 07 e 08 anos;	
c) Entre 03 e 04 anos;		e) Mais de nove anos.	
<b>2 – A residência é:</b>			
a) Própria;		b) Alugada;	c) Cedida.
<b>3 – Como conseguiu esta moradia/lote?</b>			
a) Por meio de compra;		c) Outras formas (quais?)	
b) Por meio de troca;		R:	
<b>4 – A moradia foi construída/ financiada por você?</b>			
a) Sim;		b) Não.	
<b>5 – Você sabe informar qual o ano de construção da moradia?</b>			
a) Menos que um ano;		d) Entre 05 e 06 anos;	
b) Entre 01 e 02 anos;		e) Entre 07 e 08 anos;	
c) Entre 03 e 04 anos;		e) Mais de nove anos.	

<b>6 – Qual o tipo de documento a residência possui?</b>	
a) Não possui documentação;	c) Escritura;
b) Contrato de compra e venda;	d) Outros (quais):
<b>7 – Existe alguma melhoria na residência que você deseja realizar, porém, no momento não é possível? Se sim, por qual motivo?</b>	
a) Sim;	*Caso a resposta seja positiva. Qual melhoria?
b) Não.	R:
<b>8 – A residência possui rede de esgoto?</b>	
a) Sim;	*Caso a resposta seja negativa. Qual o destino do esgoto? R:
b) Não.	
<b>9 – A residência possui água encanada?</b>	
a) Sim;	*Caso a resposta seja negativa. Qual a origem da água utilizada? R:
b) Não.	
<i>Sobre o loteamento</i>	
<b>1 – Porque optou por morar neste loteamento?</b>	
a) Pelo baixo preço do terreno/casa;	c) Pela residência/lote ter sido cedida por terceiros.
b) Pela tranquilidade;	d) Outras razões (quais): R:
<b>2 – No loteamento é feita a coleta de lixo?</b>	
a) Sim;	*Caso a resposta seja negativa. Qual o destino do lixo?
b) Não.	R:
<b>3 – Com relação ao poder público referente ao loteamento, você tem conhecimento de alguma ação contrária ao desenvolvimento do loteamento e/ou sua permanência neste lugar?</b>	
R:	
<b>4 – Você consegue ver alguma ação do poder público que beneficie o loteamento?</b>	
a) Sim;	*Caso a resposta seja positiva. Quais ações?
b) Não.	R:
<b>5 – Existe alguma melhoria/ apoio por parte do poder público que você gostaria de ver no Moradia Bela Vista que melhoraria a qualidade de vida, porém não existe?</b>	
a) Sim;	*Caso a resposta seja positiva. Quais ações?
b) Não.	R:
<b>6 – Devido à distância com o centro urbano, existe no loteamento transporte escolar?</b>	
a) Sim;	*Caso a resposta seja negativa. Como os estudantes se deslocam até a escola?
b) Não.	R:
<b>7 – Como você enxerga o Moradia Bela Vista? Sente-se incluído a cidade?</b>	
a) Sim;	b) Não.
<b>8 – Se pudesse optar pelo local de moradia:</b>	
a) Iria permanecer neste loteamento;	
b) Iria para outra residência próxima ao centro urbano.	